

# RELATÓRIO E CONTAS 2023



## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	005
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	006
PRINCIPAIS INDICADORES.....	007
<b>A EMPRESA.....</b>	<b>009</b>
QUEM SOMOS.....	010
MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS.....	011
CADEIA DE VALOR.....	012
OS NOSSOS <i>STAKEHOLDERS</i> .....	014
ORGANIZAÇÃO.....	015
O NOSSO PROPÓSITO.....	018
<b>O NEGÓCIO .....</b>	<b>023</b>
1. A ENVOLVENTE.....	024
2. AS NOSSAS PESSOAS .....	036
3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS .....	041
4. A ATIVIDADE.....	044
5. RISCO E CONTROLO .....	062
6. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO .....	067
7. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES.....	073
8. PERSPETIVAS FUTURAS.....	074
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	075
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	076
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS (ANEXO I) .....	077
12. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	103
<b>CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023 .....</b>	<b>107</b>
CONTAS INDIVIDUAIS .....	108
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA .....	109
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL....	110
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO .....	111
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	112
DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	113
RECONCILIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	113
<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>115</b>
RELATÓRIOS E PARECERES.....	198
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	201



# “A ADDP É UM CASO DE SUCESSO”

**ANTÓNIO MANUEL LEITÃO BORGES**  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros acionistas,

No exercício de mais um ano da sua atividade, a Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP) cumpriu com êxito os objetivos a que se propôs, o que demonstra a trajetória consistente que a empresa tem vindo a percorrer nos últimos anos.

Numa conjuntura macroeconómica adversa, onde sobretudo pontua o impacto dos gastos operacionais com energia, a empresa mantém um percurso de sucessivos superavit, reafirmando um grau de eficiência e desempenho notáveis.

Atravessamos momentos de grande exigência e rigor, que resultam não só do enquadramento legal e gestonário próprio de um setor de atividade fortemente regulado, como é aquele em que a AdDP opera, mas também de uma conjuntura económica marcada por impactos inflacionários significativos, alterações das condições de financiamento bancário e até do funcionamento dos mercados.

Perante todo este cenário que, diga-se, se acentua nos últimos anos, a AdDP tem demonstrado uma assinalável robustez na sua missão de garantir um serviço público com elevados índices de qualidade e sem falhas. E são os resultados recentes e a confirmação da AdDP como uma empresa de elevado desempenho e sustentabilidade quem permite encarar os desafios futuros com toda a confiança.

A AdDP é um caso de sucesso no sector do abastecimento de água, tendo conseguido suprir as carências de água que se verificavam há anos nos Municípios aderentes ao sistema.

Há que realçar a normalidade com que se realiza o abastecimento aos nossos clientes, sem qualquer interrupção ao abastecimento e com níveis de qualidade da água de praticamente 100%.

Aos desafios da neutralidade energética há que acrescentar os da extensão da atividade a mais territórios e onde o abastecimento de água não está completamente garantido.

A AdDP terá importantes contributos na criação de mais redundâncias, numa lógica de gestão integrada dos sistemas, como instrumento essencial no combate às alterações climáticas e na melhoria do serviço público de abastecimento de água, numa lógica de mais coesão social e territorial.

A experiência e o saber acumulados, bom como a capacidade de realização já demonstrada, permitem-nos encarar com otimismo o futuro da empresa.

Quero felicitar os acionistas da Águas do Douro e Paiva, agradecer a todos os meus colegas de Administração e a todos os colaboradores da empresa, pois, mais uma vez, o empenho e a dedicação de todos foram essenciais para os excelentes resultados obtidos.

# O ANO 2023 FOI UM ANO MARCADO PELA LUTA GLOBAL CONTRA A INFLAÇÃO. A GUERRA DA RÚSSIA NA UCRÂNIA, O CONFLITO INICIADO EM OUTUBRO DE 2023 NO MÉDIO ORIENTE (ISRAEL - HAMAS), BEM COMO PELOS ATAQUES RECENTES NO MAR VERMELHO, PESARAM SOBRE A ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL EM 2023, E CONTINUARÃO A FAZÊ-LO EM 2024.

## 2023 EM DESTAQUE

### PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Sentido desde 2022, o aumento geral da inflação, e consequente aumento dos preços de produtos e serviços, voltaram a refletir-se na atividade da AdDP, obrigando novamente a empresa a um esforço adicional na gestão de contratos, de forma a acomodar o aumento de preços de mercado.

Apesar deste contexto adverso, 2023 pode considerar-se um ano bastante positivo no que diz respeito à gestão operacional e financeira da empresa, tendo a AdDP concluído este sétimo ano de atividade com uma prestação de elevada qualidade, praticando uma das tarifas mais baixas do setor.

Esta qualidade de serviço traduz-se em assegurar a continuidade de fornecimento de uma água segura que cumpre as mais elevadas exigências de potabilidade. Em 2023, as análises atingiram uma conformidade de praticamente 100%.

Em 2023, a AdDP atingiu um volume de negócios de 37 milhões de euros, em linha com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e superando em 6,5% o valor registado em 2022.

O volume de água vendido no ano de 2023 foi, em média, de 282 mil m<sup>3</sup>/dia, em linha com o orçamentado para o mesmo período e 3,7% acima do registado em 2022.

Os gastos operacionais em 2023 ficaram 29,4% abaixo do orçamento, em grande parte devido a um menor gasto que o previsto com energia elétrica, em resultado de menores tarifas e menores TAR (Tarifas de acesso a redes) face ao previsto no orçamento. Por outro lado, os gastos operacionais ficaram 48% acima do verificado em 2022, para o mesmo período, uma vez que houve uma subida acentuada dos preços da energia elétrica, por comparação aos contratados para o ano de 2022.

O resultado financeiro apresenta um valor positivo de cerca de 286 mil euros, pois, apesar da subida das taxas de juro, o baixo nível de endividamento da empresa permitiu que uma subida pouco gravosa dos gastos financeiros que ficaram abaixo dos rendimentos conseguidos pela aplicação do fundo de reconstituição de capital social.

Em 2023, com o cumprimento do serviço da dívida ao BEI, foi possível reduzir o endividamento da empresa em 1,4 milhões de euros, igualando o mesmo às disponibilidades financeiras, o se traduziu num endividamento líquido nulo.

Ao nível do plano de investimentos, a taxa de execução anual foi bastante afetada pelo contexto já referido, que condicionou vários concursos e adjudicações. Ainda assim, em 2023 a AdDP investiu cerca de 7,1 milhões de euros, montante que se situa bastante abaixo dos 18,3 milhões de euros previsto no orçamento da empresa para este ano.

Destacam-se os investimentos iniciados para abastecimento de água a Fajões, em Oliveira de Azeméis, bem como intervenções operacionais na Ponte da Bateira, modernização das redes de telecomunicações, e reabilitação da conduta S. Vicente de Louredo / Abelheira. Foi concluída a construção da nova captação do Abelhal, incluindo a linha de adução à ETA de Pousada-Gôve, para reforço do abastecimento a Baião.

No âmbito da gestão energética, em 2023 a AdDP economizou cerca de 360 mil euros através do recurso ao Mercado de Reserva de Regulação (MRR) promovido pela REN (Rede Elétrica Nacional). Esta poupança decorre da diminuição dos custos de energia por via da Reserva de Regulação a descer (aumento de consumo), resultante da mobilização de cerca de 4.385 MWh durante o ano.

A AdDP deu continuidade aos desenvolvimentos de serviços aplicacionais para a digitalização da empresa, implementando automatismos tecnológicos para acelerar a digitalização de vários processos empresariais.

Em 2023, a empresa continuou a apostar em projetos relacionados com a saúde e bem-estar dos trabalhadores. Assim, neste ano, a AdDP iniciou o projeto “Semana da Saúde”, que visou reforçar esta mesma política, e deu continuidade a outros projetos já em curso dos quais se destacam o Apoio Psicológico e o loga Laboral.

Tendo em vista a simplificação e informatização dos processos de Recursos Humanos, foi implementada uma nova ferramenta informática (Success Factors) de apoio à gestão de pessoas, nas vertentes, Gestão de Dados Pessoais e Avaliação de Desempenho.

Em termos de reconhecimento externo das boas práticas de gestão, em 2023 a AdDP viu renovadas as certificações do seu sistema de gestão nos referenciais de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Segurança e Saúde (ISO 45001), Responsabilidade Social (SA 8000), Energia (ISO 50001), Ativos (ISO 55001) e Conciliação (NP 4552).

Numa perspetiva de partilha de recursos, a Águas do Douro e Paiva, S.A. deu continuidade ao protocolo de colaboração com a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., através do qual partilha com esta empresa todas as áreas de suporte à Exploração.

## PRINCIPAIS INDICADORES

	2020	2021	2022	2023
<b>DIMENSÃO</b>				
População servida (milhões hab.)	1,6	1,6	1,6	1,6
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,3636	0,3544	0,3576	0,3673
CTA (€/m <sup>3</sup> )	0,0777	0,0770	0,0777	0,0798
Volume de atividade (milhões m <sup>3</sup> )	101	98	99	103
Volume de negócios (milhões €)	37	35	36	38
Ativo total (milhões €)	202	194	192	192
Colaboradores (n.º)	141	140	151	151
Investimento (milhões €)	3,6	4,9	8,2	7,1
<b>EFICIÊNCIA</b>				
Água não faturada	2,7%	2,7%	2,9%	2,5%
Cash-cost (€/m <sup>3</sup> )	0,18	0,17	0,14	0,23
Colaboradores por extensão de rede (n.º/km)	0,28	0,28	0,30	0,29
Gastos pessoal/EBITDA ajustado (%)	25%	26%	24%	40%
<b>QUALIDADE DO SERVIÇO</b>				
Qualidade da água fornecida (%)	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%
Avarias em condutas (n.º/100 km/ano)	2,2	1,2	1,6	0,4
Resposta a reclamações e sugestões	100%	100%	100%	100%
Prazo médio de recebimentos (dias)	36	35	30	35
Prazo médio de pagamentos (dias)	52	55	39	38
<b>RENTABILIDADE</b>				
ROCE (%)	9,4%	9,4%	12,4%	4,2%
Margem EBITDA (%)	51%	53%	61%	38%
Resultados Operacionais (antes de DRG)	11,0	10,7	14,3	4,9
Gastos Operacionais / Volume de negócios (%) <sup>(*)</sup>	47,6%	44,9%	37,3%	47,5%
Rendibilidade das vendas (%)	21,9%	22,2%	30,4%	10,2%
Rendibilidade dos capitais próprios (%)	26,2%	25,3%	35,3%	12,5%

<sup>(\*)</sup> Valores calculados com base na DR. O detalhe do cálculo pode ser consultado no capítulo II





**A EMPRESA**

## QUEM SOMOS

A sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A., adiante também designada por Águas do Douro e Paiva ou AdDP, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e tem por objeto social a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, pelo período de 20 anos.

O sistema multimunicipal abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, o qual deve ser realizado de forma regular, contínua e eficiente.

O sistema multimunicipal resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio e gerido pela Águas do Norte, S.A..

O sistema multimunicipal integra como utilizadores os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia.



Figura 1 – Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do sul do Grande Porto

A 7 de novembro de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas da Águas do Norte, S.A. deliberou dar acordo à criação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Grande Porto e à constituição das respetivas entidades gestoras: Águas do Douro e Paiva, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A..

A nova sociedade foi, assim, constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, publicado a 1 de fevereiro, tendo o Contrato de Concessão sido celebrado a 22 de fevereiro de 2017, por um período de vinte anos.

Do ponto de vista contabilístico e fiscal, os efeitos da cisão são reportados a 1 de janeiro de 2017.

Os Estatutos da Águas do Douro e Paiva, S.A. foram publicados pelo referido Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

# MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

## MISSÃO

Gerir o sistema de abastecimento de água em alta, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

## VISÃO

Sermos reconhecidos pela nossa eficiência, competência, sustentabilidade e criação de valor para a região.

## POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A Águas do Douro e Paiva (AdDP), assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços do abastecimento de água e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, a AdDP aplica uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

- **Satisfação do Cliente**

Manter o foco na satisfação do cliente, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias com vista à melhoria do serviço prestado aos consumidores;

- **Motivação dos Colaboradores**

Fomentar boas práticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovendo o desenvolvimento e alinhamento pessoal e profissional dos colaboradores, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, formação e melhoria das condições de trabalho, garantindo a igualdade entre homens e mulheres, a consulta e participação dos colaboradores, por forma a assegurar o envolvimento e comprometimento com a melhoria do sistema de gestão;

Respeitar a liberdade de associação, de representação e a igualdade de oportunidades na relação com os colaboradores, recusando todas as formas de discriminação, o trabalho infantil ou trabalho forçado, e assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe estes valores;

- **Eficiência dos Processos**

Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a eficiência, a qualidade do serviço, a segurança do produto, a fiabilidade do fornecimento, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a disponibilização de condições de trabalho seguras e saudáveis, a minimização dos impactes ambientais, eliminação de perigos e redução dos riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes graves com substâncias perigosas utilizadas, das lesões, dos ferimentos e dos danos para a saúde dos colaboradores, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da AdDP, e da comunidade envolvente;

Promover o conceito do pensamento baseado no risco e da tomada de decisão no planeamento, na gestão dos processos e garantia dos ativos, levando em conta os custos/benefícios e riscos para o seu ciclo de vida, de modo a gerar valor para a organização e partes interessadas;

Assegurar a disponibilidade de informação e dos recursos necessários à utilização mais eficiente da energia, à redução das emissões de gases com efeito de estufa e à valorização dos ativos, assegurando a aplicação de critérios de eficiência na conceção e aquisição de produtos, serviços e ativos, quando economicamente viável;

Respeitar integralmente todas as obrigações de conformidade, bem como os requisitos da legislação aplicável, disponibilizando os recursos, monitorizando o cumprimento dos objetivos e metas que asseguram a eficácia e a eficiência do Sistema de Gestão, dando

cumprimento às normas que o suportam nas vertentes de qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde (ISO 45001), gestão de energia (ISO 50001), gestão de ativos (ISO 55001), conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (NP 4552) e responsabilidade social (SA 8000), bem como outros que a AdDP subscreva;

- **Melhoria Contínua e Inovação**

Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão.

- **Transparência e Comunicação**

Adotar uma postura de transparência partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável - económica, social e ambiental.

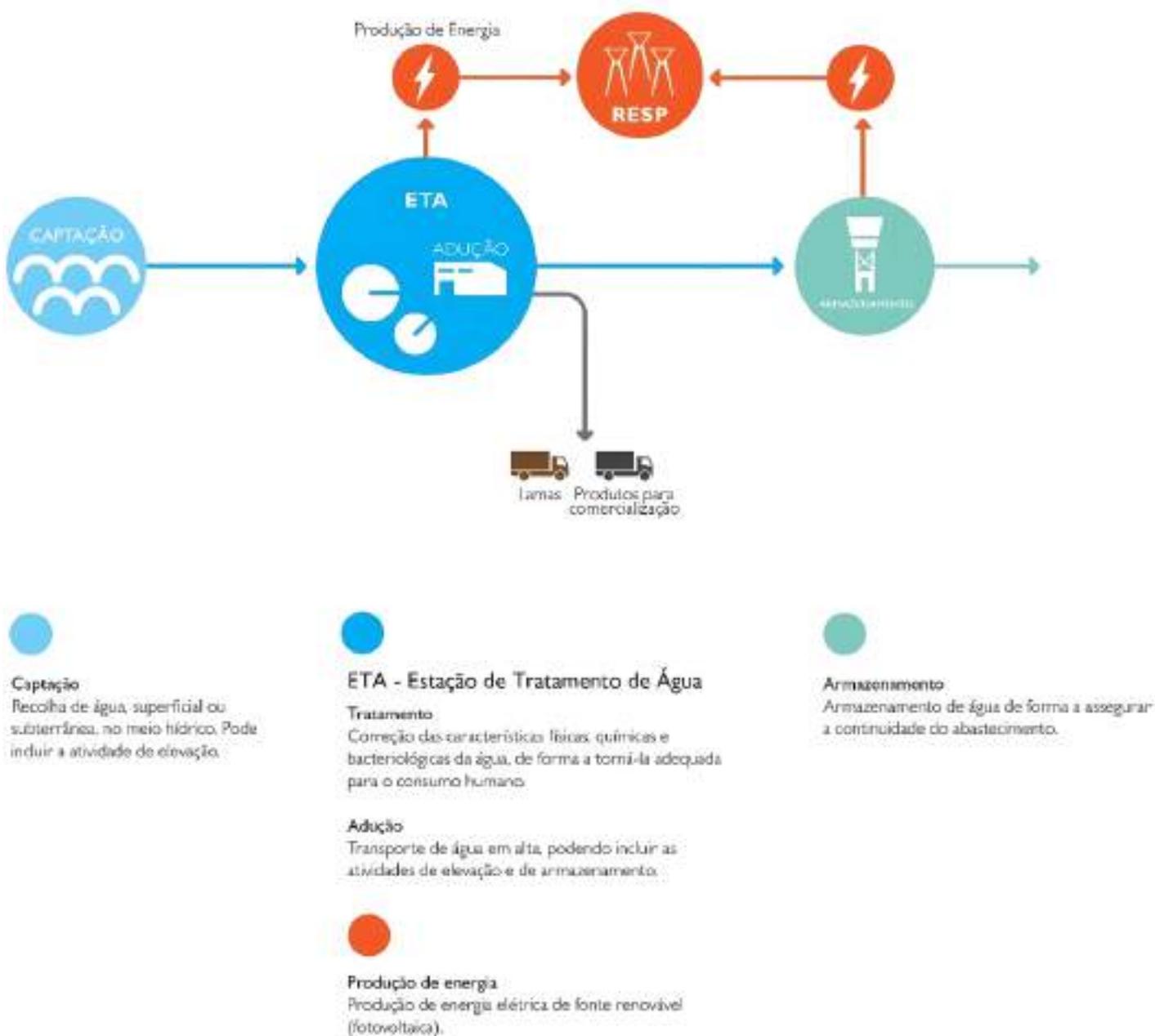
A Política da AdDP é comunicada internamente a todos os colaboradores, está disponibilizada externamente no sítio da empresa na internet ([www.addp.pt](http://www.addp.pt)), é divulgada junto das partes interessadas nos diversos relatórios empresariais publicados para o exterior e também, junto da cadeia de fornecimento, mediante o Regulamento de Fornecedores.

## **CADEIA DE VALOR**

Ainda que a operação seja a sua atividade mais visível, a empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor; agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação das necessidades e expectativas dos clientes, até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo, deste modo, quer para a criação de valor do capital acionista, quer para o cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica seguinte expõe-se a cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

# OPERAÇÃO ÁGUA



ALTA

Figura 2 – Cadeia de valor para a atividade de tratamento e distribuição de água

## OS NOSSOS *STAKEHOLDERS*

A AdDP está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Figura 3 – Stakeholders AdDP

A Águas do Douro e Paiva é conhecedora da importância do diálogo com as partes interessadas, nomeadamente acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do Grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

Assim, dando cumprimento às obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, a empresa tem criado alguns mecanismos de comunicação com os *stakeholders*, sendo de destacar: apresentações públicas nos municípios acionistas, definição de critérios para tratamento e resposta a pedidos de informação e reclamações, ações de comunicação e educação ambiental, nomeadamente visitas de instituições de ensino às infraestruturas da empresa.

Através do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, a empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos. Este departamento atua como interlocutor entre a administração e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Através do sítio da empresa na internet – [www.addp.pt](http://www.addp.pt) – é possível consultar informação sobre a atividade e o desempenho da Águas do Douro e Paiva. Em 2023 o sítio na internet registou cerca de 12.200 visitas.

A Águas do Douro e Paiva cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

# ORGANIZAÇÃO

## ESTRUTURA ACIONISTA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Douro e Paiva, S.A. é uma sociedade de direito privado e capitais públicos. Na estrutura acionista da Águas do Douro e Paiva, S.A. a administração central, através da empresa AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., detém uma participação correspondente a 51% do capital social; os Municípios detêm 49%.

Às tarifas a aplicar pela Águas do Douro e Paiva aos seus utilizadores acrescerá uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser paga à Águas do Norte, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema multimunicipal a esta empresa concessionado.

### ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social estatutário da AdDP é de 20.902.500,00 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é integralmente representado por ações da categoria A, no valor nominal de 1,00 euro cada, as quais são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural.

Os acionistas, a repartição das ações pelos acionistas e o capital social subscrito constam do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e da tabela seguinte.

**TABELA 1 – CAPITAL SOCIAL DA ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.**

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS DA CATEGORIA A	TOTAL DE CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO	% DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	10.660.275	10.660.275	51,00%
Amarante	624.000	624.000	2,99%
Arouca	59.985	59.985	0,29%
Baião	111.000	111.000	0,53%
Castelo de Paiva	55.420	55.420	0,27%
Cinfães	34.420	34.420	0,16%
Espinho	299.350	299.350	1,43%
Felgueiras	241.325	241.325	1,15%
Gondomar	842.185	842.185	4,03%
Lousada	143.325	143.325	0,69%
Maia	566.805	566.805	2,71%
Matosinhos	1.127.560	1.127.560	5,39%
Oliveira de Azeméis	341.605	341.605	1,63%
Ovar	190.375	190.375	0,91%
Paços de Ferreira	227.850	227.850	1,09%
Paredes	319.725	319.725	1,53%
Porto	2.781.220	2.781.220	13,31%
Santa Maria da Feira	486.270	486.270	2,33%
São João da Madeira	77.655	77.655	0,37%
Valongo	575.240	575.240	2,75%
Vila Nova de Gaia	1.136.910	1.136.910	5,44%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.902.500</b>	<b>20.902.500</b>	<b>100,00%</b>

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da empresa está representada no seguinte organograma:

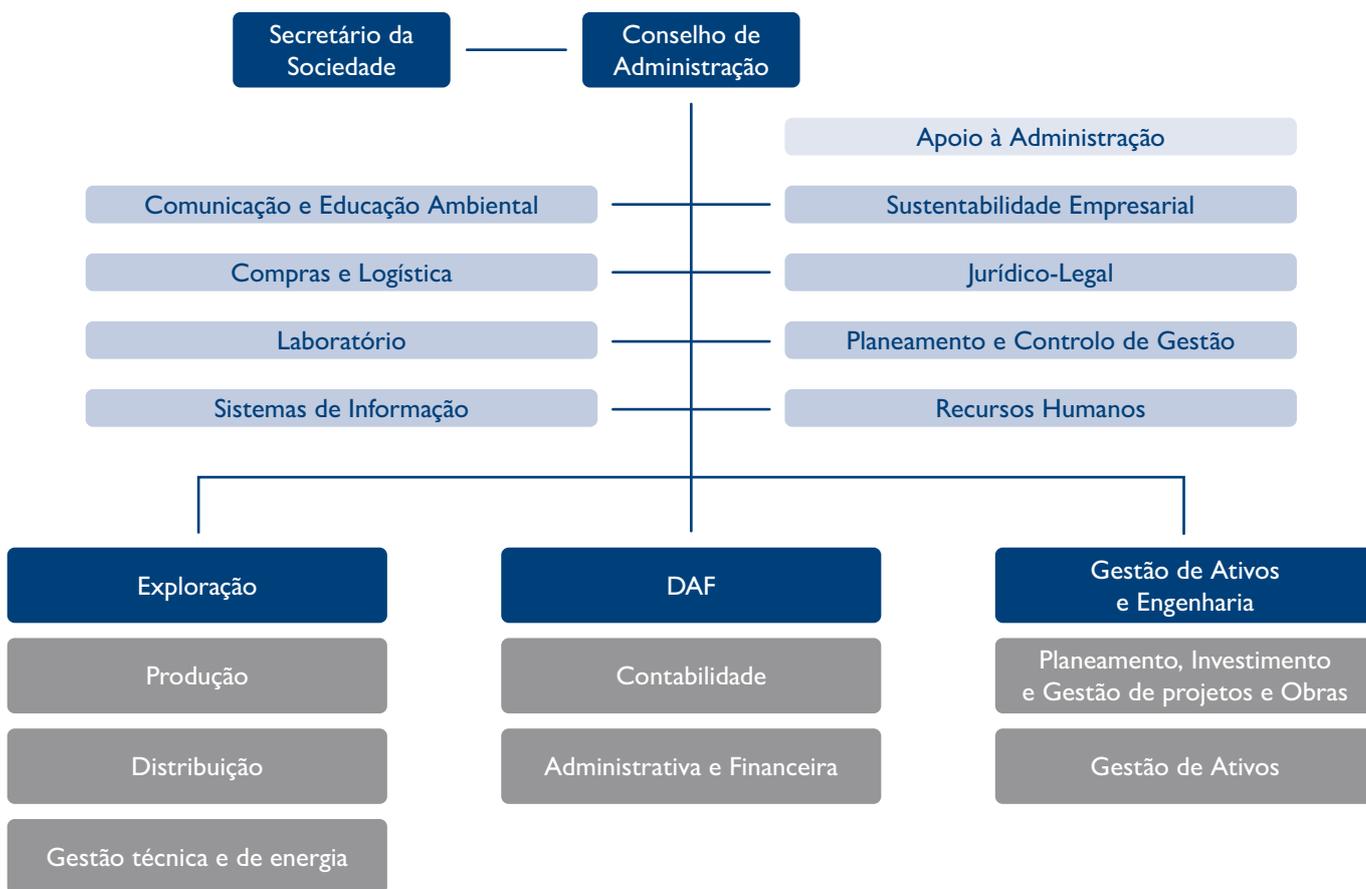


Figura 4 – Organograma em vigor em 2023

### DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A direção Administrativa e Financeira assegura a realização dos procedimentos administrativos e financeiros, de gestão patrimonial e de tesouraria, garantindo as condições necessárias ao cumprimento das obrigações legais e a preparação de informação interna. Esta direção estrutura-se internamente na área de contabilidade e na área administrativa e financeira.

### DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS E ENGENHARIA

A direção de Gestão de Ativos e Engenharia tem a seu cargo a gestão do ciclo de vida das infraestruturas e a coordenação e controlo de execução do plano de investimentos contratualizados pela empresa, onde se incluem novas obras e os trabalhos de beneficiação e recuperação das infraestruturas do sistema existentes, ou de instalações integradas, e a execução dos estudos, projetos, empreitadas e a respetiva coordenação e fiscalização dos trabalhos. Esta direção estrutura-se internamente em Planeamento, Investimentos e Gestão de Projetos e Obras e na Gestão de Ativos.

### DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO

A direção de Exploração tem a responsabilidade do fornecimento e distribuição de água de acordo com os termos definidos no contrato de concessão. Esta direção deve garantir a Operação e Manutenção do Sistema de Água e maximizar a eficiência e a eficácia dos processos operacionais, tendo em vista a otimização do custo total da Exploração. Em articulação com a Gestão de Ativos, visa minimizar o custo total de exploração dos ativos através da gestão adequada do respetivo ciclo de vida nas suas diferentes vertentes (operação, manutenção e substituição).

Esta direção estrutura-se internamente em Produção, Distribuição e Gestão Técnica e de Energia.

## ASSESSORIA À ADMINISTRAÇÃO

O órgão de apoio Assessoria à Administração tem como função assessorar a Administração na promoção de uma cultura de inovação orientada para dar resposta aos desafios do setor, tais como a economia circular, a resiliência das infraestruturas, a transformação digital, a neutralidade energética e carbónica e a melhoria e reengenharia dos processos. Impulsionar o espírito crítico e a inovação científica e tecnológica dentro da organização, estimulando a investigação de novas ideias, de novos processos e novas abordagens ao serviço prestado. Criar redes de conhecimento com as instituições de ensino e centros de I&D nacionais e internacionais. Explorar as oportunidades de aumento de eficiência e da qualidade do serviço, com vista à inovação em processos críticos usando novas ferramentas como a inteligência artificial, modelos preditivos "big data analysis", gestão da informação e modelização baseada na *Internet of Things*. Disseminar iniciativas e projetos de inovação no setor da água, como forma de catalisar o espírito de inovação dentro da organização. Identificar possíveis fontes de financiamento para projetos I&D e preparar candidaturas.

Assessorar a administração da empresa nos projetos em curso, tais como Centro de Inovação e Conhecimento da foz do Sousa e Alargamento a Viseu, bem como em projetos futuros.

## COMPRAS E LOGÍSTICA

O órgão de apoio Compras e Logística assegura a aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das diferentes atividades contratualizadas pela empresa sendo, ainda, responsável pela gestão dos diferentes armazéns localizados no território de intervenção, bem como assegura, ainda, a gestão de toda a frota da empresa. Esta área compreende as compras, a gestão de armazéns e a gestão da frota.

## COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O órgão de apoio Comunicação e Educação Ambiental é responsável por desenvolver a estratégia de comunicação Institucional e desenvolver a área de educação ambiental da empresa.

## JURÍDICO-LEGAL

O órgão de apoio Jurídico-Legal assegura e coordena o apoio e a consulta jurídica, interna e externa, ao conselho de administração, comissão executiva e a todas as direções, departamentos e áreas funcionais da empresa, assegurando a correta e atempada aplicação da legislação que regula o setor de atividade da empresa, bem como coordena e assegura o contencioso da empresa. O departamento Jurídico-Legal atua nas vertentes de análise e apoio jurídico, apoio à contratação pública e contencioso.

## LABORATÓRIO

O órgão de apoio Laboratório é responsável por realizar análises à qualidade da água, quer no processo de tratamento, quer no abastecimento aos municípios e outros clientes. Compreende as vertentes de apoio geral, qualidade, amostragem, ensaios físico-químicos e microbiológicos, que se complementam na garantia de uma monitorização da qualidade de água. O Laboratório é acreditado para a determinação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos e para a atividade de amostragem. Rege-se por um rigoroso controlo de qualidade plasmado no Manual de Qualidade do Laboratório.

## PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

O órgão de apoio Planeamento e Controlo de Gestão tem como função principal o controlo da atividade da empresa e reporte a todas as partes interessadas, sejam internas ou externas, bem como prevenir a ocorrência de situações que possam desviar a empresa dos objetivos e promover ações que assegurem o seu cumprimento. Compete-lhe a elaboração e a monitorização do orçamento anual, a análise de desvios face ao orçamento/planeamento, a elaboração de relatórios de evolução financeira e relatórios de gestão e a contínua atualização do estudo de viabilidade económico-financeira das diferentes atividades da empresa.

## RECURSOS HUMANOS

O órgão de apoio Recursos Humanos assegura a gestão dos recursos humanos que contribua para a eficácia e eficiência da empresa, promovendo o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores, a gestão técnico-administrativa dos recursos humanos, as políticas de compensação e de relações de trabalho, a aprendizagem, formação e desenvolvimento de competências, as políticas de saúde, bem-estar e medicina no trabalho. O departamento de Recursos Humanos compreende a vertente Gestão Administrativa e Gestão estratégica de Pessoas e desenvolvimento.

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O órgão de apoio Sistemas de Informação assegura a gestão de todo o parque informático e a gestão eficiente da rede de sistemas de informação, as infraestruturas tecnológicas e comunicação da empresa, tornando-a mais adequada e acessível a todos os colaboradores, otimizando o fluxo de informação entre os locais onde a empresa desenvolve atividades e destes para o exterior; bem como a promoção, desenvolvimento e acompanhamento de soluções informáticas de apoio e desenvolvimento da eficiência da empresa, nomeadamente de inovação tecnológica e de segurança informática. É constituído pelas vertentes: CISCO, Planeamento e Gestão Administrativa, Segurança, Aplicações, Serviço e Suporte, Operações e Infraestruturas e Comunicações.

## SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O órgão de apoio de Sustentabilidade Empresarial é responsável por assegurar o cumprimento dos procedimentos internos do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, coordenando e promovendo o cumprimento das normas de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, responsabilidade social e energia. Assegura o controlo da qualidade do produto entregue e verifica a implementação dos respetivos planos de segurança, bem como, a implementação e coordenação dos processos de gestão de riscos e emergências.

A Sustentabilidade Empresarial gere, também, o processo de análise e avaliação do desempenho da sustentabilidade empresarial e respetivo reporte, quer na interlocução com as partes Interessadas, quer na coordenação e emissão de relatórios, onde se inclui o relatório de sustentabilidade.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. estabeleceu um protocolo de cooperação com a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., partilhando com esta empresa todas as áreas de suporte necessárias à Exploração do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto.

Este protocolo foi celebrado considerando:

- que o artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, estabelece que, na prossecução do seu objeto social e com vista à eliminação ou redução de serviços duplicados e à minimização de recursos humanos e materiais, as sociedades (Águas do Douro e Paiva e SIMDOURO) devem proceder à partilha desses recursos entre si ou com outras entidades gestoras de sistemas multimunicipais de água e saneamento, mediante faturação dos custos decorrentes dessa partilha;
- que o modelo proposto pela entidade responsável pela prestação dos serviços de reestruturação organizacional preconiza a partilha de recursos e serviços entre a Águas do Douro e Paiva e a SIMDOURO, mormente dos órgãos funcionais de suporte, modelo que foi já praticado no passado entre as mesmas sociedades antes da agregação dos sistemas multimunicipais operada em junho de 2015.

## O NOSSO PROPÓSITO

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela AdDP tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a governança para cumprir o nosso propósito.

## COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdDP em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdDP dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

## COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta, fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Figura 5 – Ambições de sustentabilidade

A atividade desenvolvida pela AdDP tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, e no desenvolvimento económico.

Em 2021, o Grupo AdP revisitou a sua Estratégia de Sustentabilidade. Alinhadas com o Quadro Estratégico de Compromisso, onde foi sistematizada a visão do Grupo até 2030, foram definidas, até 2025, as 7 principais ambições do Grupo. Este Compromisso com a Sustentabilidade 2022-2025 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do *UN Global Compact* e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tendo por base o propósito “Fazer a diferença na vida das pessoas” e a missão de serviço público essencial, as 7 ambições – trabalhar com propósito, agir pelo clima, acelerar a economia circular da água, valorizar os territórios, inovar para impactar, garantir água e saneamento além-fronteiras e educar para a sustentabilidade - vão dar resposta à garantia da prossecução das políticas setoriais, consolidando a AdDP como uma empresa de referência no setor do abastecimento de água.

#### • **Trabalhar com Propósito**

As nossas pessoas estão na base de tudo o que fazemos. Munidas de um forte sentido de missão pelo serviço público que prestam, demonstram um perfil resiliente e trabalham num clima de grande proximidade e motivação para fazer sempre melhor. O orgulho, o entusiasmo e a proatividade das nossas pessoas são o que faz a diferença na qualidade do serviço que prestamos.

É por isso que a AdDP trabalha continuamente para valorizar o seu esforço e a dedicação, para zelar pela garantia das melhores condições de saúde e segurança face aos riscos associados às suas atividades profissionais e para contribuir ativamente para o seu desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida.

Nesta matéria dá-se destaque aos sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho, responsabilidade social e de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal; bem como as múltiplas iniciativas ligadas à promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, como por exemplo a Semana da Saúde.

#### • **Agir pelo Clima**

Estamos conscientes de que um dos impactos mais significativos da nossa atividade se prende com o consumo de energia necessária para garantir o fluxo contínuo de água aos nossos territórios, 24 horas por dia, 365 dias por ano, com elevados padrões de qualidade e segurança, e com implicações ao nível das consequências da sua produção, como as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera.

Ao longo dos anos, a AdDP tem adotado um conjunto de medidas para minimizar estes impactos negativos, sobretudo com a aposta no aumento da eficiência energética das operações e no investimento em produção de energia renovável (eólica e fotovoltaica), tendo atingido elevados níveis de produção e eficiência.

#### • **Acelerar a economia circular da água**

A crise climática tem inúmeras implicações na nossa atividade, como a alteração dos padrões de precipitação e consequentes situações de escassez de água, reduções de caudais dos rios e degradação dos meios hídricos. A valorização da água enquanto recurso essencial à vida, uma preocupação sempre presente desde o início da nossa atividade, nunca foi tão relevante como no contexto atual.

Apesar do baixo nível de perdas de água, a AdDP tem apostado continuamente no aumento da eficiência hídrica, através da redução de perdas e aumento da circularidade na sua atividade, reconhecendo o valor de cada gota de água enquanto recurso precioso. Ao longo do sistema de adução, os medidores de caudal existentes são da maior importância, pois permitem medir os volumes aduzidos e identificar zonas onde pode ocorrer perdas significativas de água. Assim, nos últimos anos, a AdDP tem vindo a efetuar a substituição de vários equipamentos de medição de caudal.

O projeto de produção de telhas de cerâmica a partir de lamas de clarificação de água reflete a orientação da empresa para a circularidade e para a minimização e valorização dos resíduos da atividade. Só no último ano, as 1.700 toneladas de lamas de clarificação de água produzidas na ETA de Lever geraram 13 milhões de telhas.

#### • **Inovar para impactar**

O nosso dia a dia é marcado por uma procura contínua de novas soluções, que nos permita cumprir de forma mais eficaz e eficiente a nossa missão.

Através das colaborações estabelecidas com instituições académicas, de investigação e outros parceiros, a AdDP investe ainda em investigação e desenvolvimento para promover o nascimento de projetos pioneiros. A título de exemplo refere-se o estudo de incorporação de água de lavagem dos filtros e de lamas espessadas da ETA de Castelo de Paiva, em amostras de efluente do reator biológico da ETAR de Fornos, fomentando ainda o desenvolvimento de teses em ambiente empresarial, também elas motor de inovação dentro da organização.

A AdDP tem apostado no desenvolvimento de projetos pioneiros para responder às suas necessidades operacionais, entre os quais se destacam a virtualização de 100% dos sistemas de telegestão, desenvolvida exclusivamente por recursos internos, que constitui um avanço tecnológico significativo em termos de segurança e flexibilidade, e que veio permitir a aumentar a resiliência dos sistemas e a capacidade

de resposta em momentos de crise. Neste tema, destaque também para o projeto *SeeWater - 360 Virtual Reality & Drone Aerial Imaging* que constitui um avanço significativo na forma de avaliar os riscos e das condições de trabalho e das infraestruturas. Este projeto venceu, recentemente, o Prémio de Segurança da *Security Magazine*, na categoria de Inovação.

- **Valorizar os territórios**

Estamos comprometidos com a excelência dos padrões de qualidade e segurança da água que fornecemos, porque reconhecemos a sua importância para a saúde, a segurança e a qualidade de vida das comunidades que servimos.

Ao fornecer um bem essencial, a AdDP permite o desenvolvimento das atividades económicas e cria emprego direto e indireto, sendo uma força essencial à prosperidade nos territórios onde opera. Nesse sentido, a empresa tem reforçado o investimento na adaptação às alterações climáticas, nomeadamente através do aumento da resiliência dos sistemas suscetíveis a fenómenos extremos, como é o caso da interligação Lever – Vale do Sousa ou a nova captação para reforço ao abastecimento de água ao município de Baião.

Destaque também, neste âmbito, para o alargamento do sistema de abastecimento, com a construção de novos pontos de entrega em alta, ampliação de reservatórios e/ou duplicação de condutas, que aumentam a cobertura e conferem redundância aos subsistemas da AdDP.

- **Educar para a sustentabilidade**

A atenção que damos às pessoas é manifestada nas iniciativas que desenvolvemos para os nossos trabalhadores, as suas famílias e as comunidades locais. Apesar da nossa atividade direta não integrar a distribuição de água ao consumidor final, assumimos a responsabilidade de contribuir para a educação e literacia sobre a água, junto das comunidades.

Neste contexto, a AdDP tem tido um papel ativo na promoção de iniciativas junto de escolas, como é o caso do programa de voluntariado “Embaixadores pela Água”, em que o uso racional da água e o consumo de água da torneira são promovidos junto das gerações futuras.

Adicionalmente, a empresa tem uma política de portas abertas no que respeita às suas instalações, permitindo a visita de instituições locais às suas infraestruturas, dando a conhecer a atividade às populações e abordando temas relacionados com o desenvolvimento sustentável, como a neutralidade e autossuficiência energética e a economia circular.





# O NEGÓCIO

# 1. A ENVOLVENTE

## 1.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO <sup>1</sup>

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel - Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho, pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

### GLOBAL

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

### ZONA DO EURO

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da UE perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres deste ano. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais. do verão. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação aumentem o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo IHPC continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6% em termos homólogos registado em outubro de 2022 na área do euro. Em outubro deste ano, estima-se que tenha atingido o mínimo de dois anos de 2,9%. A inflação na UE seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da UE diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Esperamos que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretoras inalteradas. Embora a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo.

<sup>1</sup> Fontes: *FMI World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

## PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

	ESTIMATIVA 2023	ANO 2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

A economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025-2026.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.

## 1.2. O SETOR <sup>2</sup>

A água é, cada vez mais, um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água e o abastecimento mantêm-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do ODS 6, que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS 6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Em março de 2023 realizou-se a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 se concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

### **CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA <sup>3</sup>**

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se a guerra Israel - Hamas a 07 de outubro de 2023, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado, em Diário da República, a 27 setembro de 2022, o Plano de Poupança de Energia 2022-2023. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

<sup>3</sup> Fonte: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt)

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

No 15º relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.<sup>4</sup>

## O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL <sup>5</sup>

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

### PANORAMA NACIONAL

#### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5581 €/m<sup>3</sup>
- Indicador Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%

#### SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitantes servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5351 €/m<sup>3</sup>

Dados RASARP 2022 - volume 1 e RASARP 2023 - volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030<sup>6</sup> estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

<sup>4</sup> Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da ADENE

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

<sup>6</sup> Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

## O GRUPO ADP EM 2023

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecocoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28 em dezembro de 2023.

No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.

### 1.3. A ENERGIA NO GRUPO ADP

#### O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2º semestre, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte. De relembrar que o ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em 2023, apesar do impacto nos mercados ter sido significativamente menor.

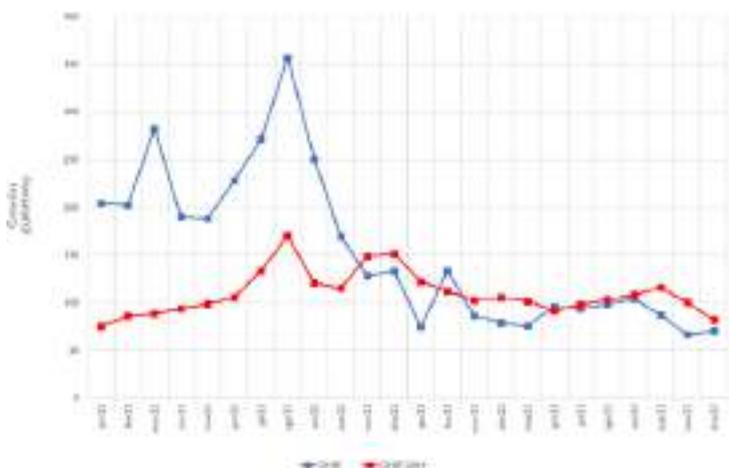


Figura 6 – Eletricidade

Em 2023 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 88,27 €/MWh (tendo sido de 217,84 €/MWh em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo -3,6% face ao ano de 2022.

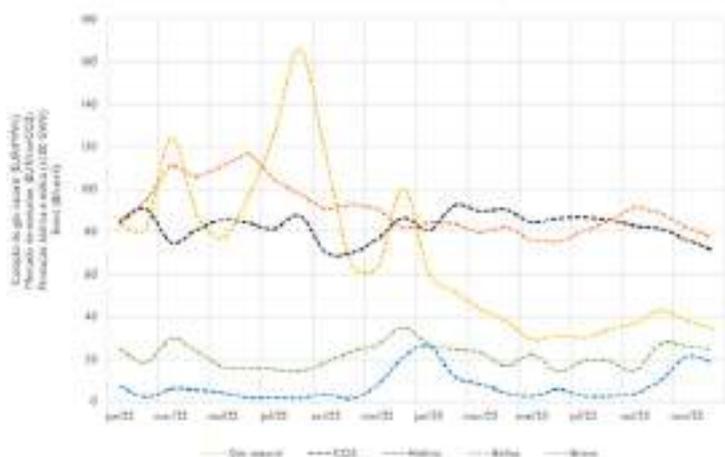


Figura 7 – Componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a redução do preço médio do gás natural que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. A cotação mensal média do CO2 aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+3,6%). A produção hídrica foi significativamente superior (+85,2%), já a produção eólica na Europa em 2023 foi próxima da verificada no ano anterior (-1,5%). Quanto ao brent apresenta um preço médio em 2023 de 82,1 \$/barrel, valor inferior face a 2022 (98,6 \$/barrel).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DO MERCADO DIÁRIO	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	2023/2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2024, reduziram-se face ao ano anterior, com menor expressão do que as verificadas nos mercados diários, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DO MERCADO DE FUTUROS PARA FORNECIMENTO EM 2024	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	2023/2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

No ano de 2023, o consumo nacional foi de 50.728 GWh, superior em +0,8% face ao registado em 2022.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Como se tem referido inúmeras vezes, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2024 as TAR terão um aumento significativo em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte.



Figura 8 – Variação TAR

Em 2023, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1º semestre e outro para o 2º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023 calculando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros).

## O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2023 (+2,4% do que em 2022) cifrando-se em 768,91 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 1,3% do caudal em abastecimento de água e de 6,0% em água residual.

Destes, 739,26 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,4% do que em 2022 e 29,72 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,4% do que em 2022). Este valor de 739,26 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 731,89 GWh e 6,69 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam seis 6 infraestruturas de cinco empresas do Grupo AdP.

No ano de 2023 merece ainda destaque a produção própria de energia (100% renovável), seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2023 apontam para uma produção de 39,24 GWh/ano (+1,8% face a 2022). O autoconsumo foi de 29,72 GWh (+8,6% do que em 2022) e a energia vendida à RESP totalizou 9,52 GWh (-14,9% do que em 2022).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2023 foi de 729,74 GWh, o que representa uma variação de +2,5% do que em 2022, onde o saldo foi de 712,20 GWh (de notar que parte deste aumento se deve à integração das instalações do município de Setúbal na SIMARSUL). A autossuficiência energética do Grupo AdP manteve-se em 5,1% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2023, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2024) deverá atingir em 2023 cerca de 101 milhões de euros (+208,3% do que em 2022), que corresponde a cerca de +68,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado dos preços de energia de mercado elevados.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2023, os 190 veículos 100% elétricos (+59 do que em 2022) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,5 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 214 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 561 tep. Em termos de energia primária, a redução foi de -44,5% (-81,7 tep), e o consumo elétrico foi de 475 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -475 toneladas (-83,5%).

No ano de 2023 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (≈ 1.600 veículos) consumiu cerca de 2,83 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,2% face a 2022 – ano em que foram consumidos 2,99 milhões de litros - e uma variação de +1,2% face a 2021, ano ainda perturbado pela pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,80 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 7.766 l/dia em 2023 (em 2022 o consumo médio diário foi de 8.190 l/dia e em 2021 de 7.676 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2023 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,3 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -15,4% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +7,5% face a 2021 (2,5 milhões de euros, sem IVA incluído). A redução verificada na fatura de combustíveis deve-se à redução do preço médio dos combustíveis.

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis diminuiu face ao ano anterior: -19,0% no gasóleo e de -18,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

## A ESTRATÉGIA DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO<sub>2</sub> nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E, naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

## 1.4. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

## REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

### ADDP - ATIVIDADE EM “ALTA”

A AdDP é concessionária de um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de abastecimento público de água em “alta”.

As tarifas em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a AdDP as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR. Deste mecanismo decorre uma CTA a entregar pela AdDP ao sistema gerido pela Águas do Norte, a beneficiar o serviço de abastecimento de água.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2023, a tarifa e a CTA aplicadas na faturação pela AdDP foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2023, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,24%.

O diploma constituinte da AdDP estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da AdDP, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas cerca de 65,6 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrentes da atividade da AdDP. Aguarda-se decisão da ERSAR sobre a validação do DRG bruto, de natureza superavitária, decorrente da atividade do ano 2023 e registado em demonstração de resultados (2,4 milhões de euros).

## **REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO**

A AdDP está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdDP, disponível em <https://www.addp.pt/dados.php?ref=qualidade-servico>.

## **REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**

A AdDP que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdDP deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2023, no cumprimento da legislação, a AdDP implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdDP são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2023, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022, foi divulgado pela ERSAR.

## **REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR**

A AdDP está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR.

Para esse efeito a AdDP dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2023 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

## 2. AS NOSSAS PESSOAS

A AdDP assume o compromisso de aliar uma conduta de ética e de rigor profissional à valorização do trabalho em equipa e à promoção do desenvolvimento das competências e do mérito dos seus colaboradores.

As políticas de recursos humanos definidas englobam áreas distintas, tais como: a valorização profissional e pessoal, a saúde no trabalho, a inovação, assim como a gestão de oportunidades, baseando-se nos seguintes princípios orientadores:

- igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres;
- recusa de qualquer tipo de discriminação;
- envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores nos projetos empresariais;
- formação e profissionalização dos colaboradores, permitindo o desenvolvimento do seu potencial;
- conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- discrição e confidencialidade no tratamento de dados pessoais e organizacionais;
- cumprimento do código de ética e conduta, da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor, nomeadamente o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho.

O organograma atual da empresa consta do capítulo “Organização” do presente relatório. Tendo em conta que o modelo organizacional preconizado, após cisão da AdNorte, reconstituiu os vínculos laborais das sociedades extintas Águas do Douro e Paiva e SIMDOURO, verificou-se que a primeira é detentora da quase totalidade dos recursos humanos a partilhar entre as duas sociedades. Assim, foi assumido que as áreas de suporte à exploração ficariam afetadas à Águas do Douro e Paiva e todos os colaboradores dessas áreas seriam colaboradores remunerados por esta última entidade. A partilha dos recursos e serviços destas áreas de suporte foi regulada num protocolo, assinado entre as duas empresas, que prevê que os custos decorrentes da partilha sejam faturados, mensalmente, à SIMDOURO.

Em 31 de dezembro de 2023, a AdDP contava com um total de 151 colaboradores, dos quais 144 ativos. Nesta data existiam, também, mais 3 colaboradores com contrato suspenso com a AdDP: 2 por cedência ocasional a outras empresas do Grupo AdP e 1 por nomeação para Órgão Social em outra empresa do Grupo.

O perfil etário dos colaboradores da empresa ronda a idade média de 47 anos, e está expresso no gráfico seguinte.

A distribuição por género apresenta uma preponderância do sexo masculino, com 61% dos colaboradores, face ao sexo feminino que conta com 39%.

Esta diferença pode ser explicada, acima de tudo, pelo predomínio de colaboradores do sexo masculino em funções operacionais. Todavia, esta evidência não resulta da adoção, pela AdDP, de quaisquer práticas discriminatórias, mas sim do facto de, nos processos de recrutamento encetados para funções operacionais, as candidaturas serem quase exclusivamente de candidatos do sexo masculino.

### Nº DE COLABORADORES

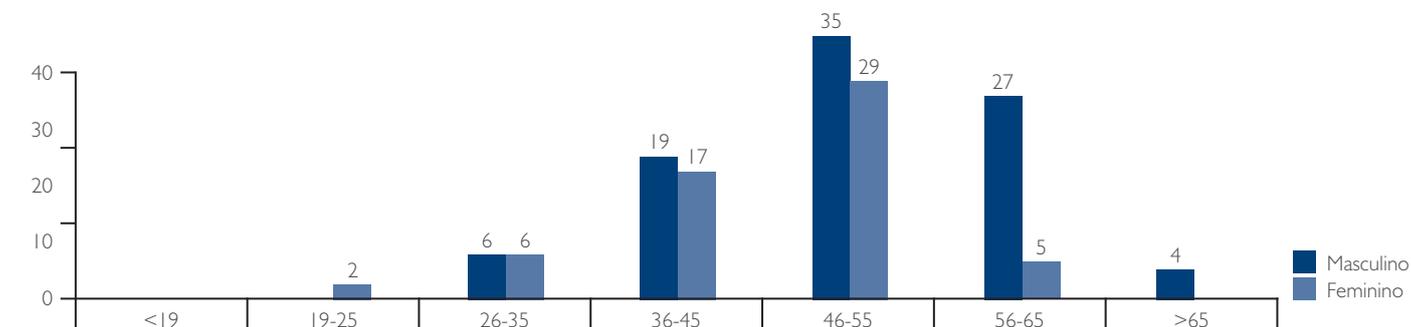


Figura 9 – Colaboradores ao serviço da empresa: distribuição por nível etário e sexo

## GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Em 2023, a empresa deu continuidade ao projeto integrado de Recursos Humanos, SOMOS D'Ouro, criado em 2020 com o objetivo de:

- promover o bem-estar e reforçar uma cultura organizacional preocupada com a saúde, segurança e qualidade de vida dos seus colaboradores.
- elevar as competências e qualificações dos colaboradores em diversas áreas;
- alicerçar conhecimentos, quer nos contextos individuais, como organizacionais e sociais;
- garantir que todas as carreiras integram um projeto adaptado às reais necessidades dos colaboradores e da empresa;
- desenvolver as equipas naturais de modo a criar alinhamento e sinergias, com o objetivo de termos colaboradores mais motivados e focados nos valores da empresa.

O subprojeto Somos Equipas – JUMP foi estendido às áreas operacionais da Exploração, fruto dos resultados muito positivos alcançados na sua implementação no corpo de chefias. Trata-se de um programa especializado em avaliação de comportamentos profissionais, que tem como propósito diagnosticar e trabalhar o estilo comportamental das diferentes equipas naturais, nomeadamente os respetivos pontos fortes e pontos a melhorar, o tipo de liderança da chefia e dinâmica da equipa. Este projeto encontra-se concluído.

Em 2023 deu-se início à simplificação de processos de Recursos Humanos e à implementação de uma nova ferramenta informática de apoio à gestão de pessoas, nas vertentes Gestão de Dados Pessoais e Avaliação de Desempenho já em 2023 e na vertente Desenvolvimento e Formação em 2024. Esta ferramenta, designada *Success Factors*, alavancará a informatização dos processos e facilitará a gestão dos mesmos de uma forma transversal em todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema de Avaliação de Desempenho apresenta-se como um instrumento de gestão dos colaboradores, das suas competências e objetivos, permitindo otimizar e valorizar o desempenho individual e coletivo, fomentando o envolvimento e o compromisso de todos em relação aos objetivos estratégicos da empresa.

Assim, em 2023 decorreu a avaliação de desempenho referente ao ano 2022.

## POLÍTICA DE ESTÁGIOS

A empresa vê o acolhimento de estagiários como uma ação a promover, visando desenvolver projetos que possibilitem a partilha de boas práticas da AdDP com a comunidade envolvente, assumindo-se como um agente de formação e transformação da comunidade escolar.

Em 2023 a AdDP disponibilizou 7 estágios curriculares nas áreas de Recursos Humanos, Laboratório e Exploração.

Estes estágios resultaram de protocolos propostos por diversas instituições de ensino (universidades, escolas profissionais, entre outros), que veem a AdDP como uma empresa de referência no seu sector.

## VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL

O Plano de Formação da AdDP reflete a visão estratégica da empresa e visa dotar os seus colaboradores de competências comportamentais e técnicas, essenciais para atingir uma performance de referência, melhorar os resultados e motivar os colaboradores, permitindo o seu desenvolvimento numa ótica de melhoria contínua.

Em 2022 foi desenvolvido o Plano Plurianual de Formação para o triénio 2022-2024, que teve em conta os seguintes princípios orientadores:

- diagnóstico de necessidades de formação resultante do output dos PDP – Plano de Desenvolvimento Pessoais;
- ações de formação de acolhimento e integração a novos colaboradores;
- ações de formação de carácter legal;
- formação que permita aumentar globalmente o nível e qualificação de equipas ou áreas com necessidades específicas. Por exemplo, formação de gestão de equipas naturais, formação técnica em eletricidade e manutenção, formação técnica na área laboratorial, entre outros.
- cumprir o orçamento de formação.

De carácter plurianual, este plano está devidamente alinhado com o perfil de competências e com os requisitos definidos para cada função, estando, igualmente, em sintonia com o Plano Estratégico da Empresa e com os Planos Sectoriais. No âmbito do seu Plano Plurianual

de Formação, em 2023 decorreram formações técnicas e especializadas para as diversas Direções e Órgãos de Apoio, nomeadamente nas áreas de condução de empilhadores, BIM, Gestão e Controlo de Não Conformidades em Laboratório, Redes Industriais Profibus e Profinet, entre outros.

Globalmente, em 2023 a AdDP promoveu um total de 144 ações de formação, das quais 97 foram ações externas e 47 ações de formação internas, na modalidade intraempresa ou ministrada pelos próprios colaboradores da empresa. Foram dadas 1.158,50 horas de formação versando matérias de ambiente e segurança. Em termos globais, os colaboradores receberam 5.753 horas de formação.

Quanto à área da segurança, foram realizadas diversas sessões de formação, nomeadamente, o Dia da Segurança, Segurança em ATEX, Entrada em Espaços Confinados, Cibersegurança Industrial, entre outros. Concluiu-se, também, a formação "Carta de Segurança – Trabalhos em Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento".

No que diz respeito à formação de cariz técnico, esta abrangeu ações em diversas áreas, tais como Orçamento de Estado, Liderança e motivação de equipas, Fortinet, Contabilidade Básica, entrada em espaços confinados, entre outros.

Com enquadramento na política de formação e desenvolvimento profissional e pessoal, a AdDP comparticipa formações avançadas, devidamente alinhadas com os objetivos e estratégia da empresa e que tenham provimento orçamental. Assim, em 2023 foi possível comparticipar parcialmente as propinas de um doutoramento.

## ABSENTISMO

Durante 2023 o absentismo representou cerca de 4,8% do tempo potencial de trabalho, atingindo cerca de 13.221 horas de ausência, valores em linha com o ano anterior.

Apesar do aumento do número de baixas por doença, representando um acréscimo de 1,2 p.p. face a 2022, o absentismo, em 2023, evidencia apenas um ligeiro crescimento face ao ano anterior, justificado pela considerável diminuição da taxa de absentismo das restantes rúbricas.

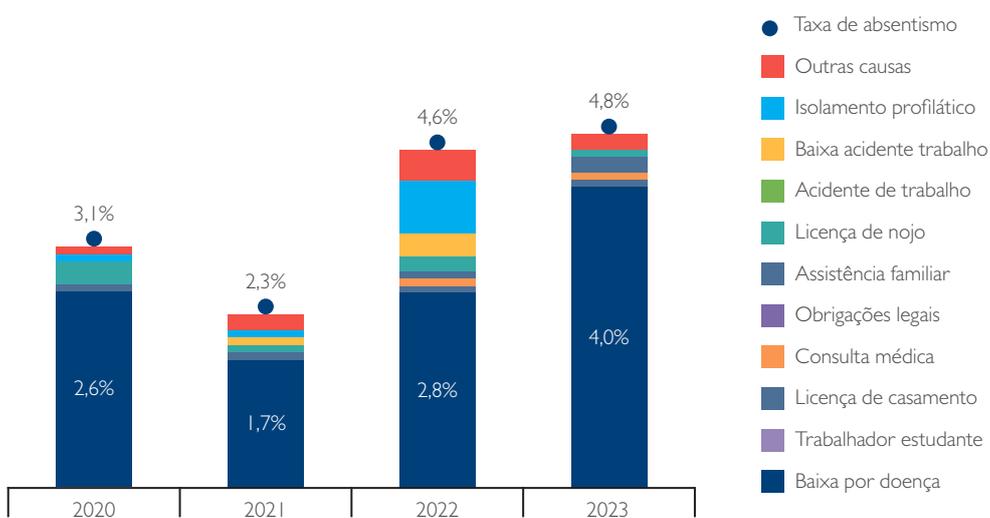


Figura 10 – Evolução da taxa de absentismo - 2020/2023

Com intuito de reduzir cada vez mais a taxa de absentismo, a AdDP tem fomentado diversas políticas, nomeadamente a existência de flexibilidade horária, a realização de um acompanhamento sistemático pela medicina do trabalho e a promoção de práticas de trabalho saudáveis e seguras.

## MEDICINA DO TRABALHO

A Medicina do Trabalho constitui uma área de intervenção basilar, dirigida simultaneamente ao indivíduo e à organização, que valoriza o local de trabalho como espaço para a prevenção primária dos riscos profissionais, a proteção da saúde e o acesso aos serviços de saúde.

Em 2023, ao abrigo do contrato de Medicina do Trabalho em regime de *outsourcing*, foram realizados 131 exames periódicos, 19 exames ocasionais e 5 exames de admissão, conforme o gráfico seguinte:

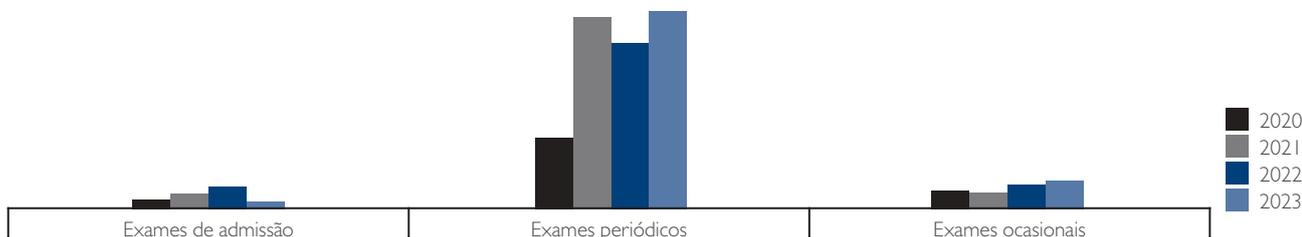


Figura 11 – Exames de Medicina do Trabalho

Os exames complementares, efetuados com o exame periódico, são realizados com base em protocolos de exames adaptados ao grupo de risco de cada trabalhador. Os exames protocolados incluem análises ao sangue e à urina, exame oftalmológico, eletrocardiograma, espirometria e apuramento das necessidades de vacinação.

À semelhança dos anos anteriores, no segundo semestre de 2023 decorreu a campanha de vacinação para a prevenção da Gripe, tendo sido administrada gratuitamente a vacina aos trabalhadores que manifestaram interesse.

Enquadrado no contrato de Medicina do Trabalho, o médico do trabalho, cumprindo um requisito legal, mas essencialmente numa perspetiva de melhoria contínua, concluiu o programa de visitas a todos os estabelecimentos da empresa.

Estas visitas tiveram como objetivo avaliar o ambiente e as condições de trabalho dos trabalhadores e identificar situações passíveis de melhoria. Foram privilegiadas entrevistas individuais aos trabalhadores, com o objetivo de avaliar o impacto das medidas implementadas, por um lado, e por outro, diagnosticar possíveis áreas de melhoria.

## INCENTIVOS SOCIAIS

A AdDP disponibiliza diversos incentivos de âmbito social, com o objetivo de proporcionar condições de trabalho que valorizem os colaboradores, sendo de destacar:

- Cabaz de Berço: esta iniciativa atribui um cabaz-oferta aos filhos dos colaboradores no momento do nascimento. Este cabaz é composto por um valor monetário e por bens de puericultura. Em 2023 este cabaz foi reforçado, com aumento do número de produtos e com reforço do valor do cheque-prenda.
- Equipamentos Sociais: a AdDP dispõe, nas diversas instalações de trabalho, de espaços adequados para que os colaboradores possam realizar uma pausa nos intervalos dos tempos de trabalho, bem como para a realização das refeições.
- Seguro de Saúde: extensível ao agregado familiar, permite a comparticipação das despesas de saúde.
- Seguro de Vida: assegura condições de proteção em caso de morte ou invalidez.
- Natal 2023: atribuição de oferta de Natal a cada colaborador, bem como aos seus filhos até aos 12 anos.
- Dia do aniversário: dispensa de serviço no dia de aniversário do colaborador.
- Bolsas de Estudo: atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, em sequência da estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Águas de Portugal.

## SAÚDE E BEM-ESTAR

2023 foi um ano de continuidade na aposta em projetos inseridos numa política de promoção de saúde e bem-estar dos trabalhadores e por consequência aumento dos níveis de satisfação e do clima organizacional.

Tendo em conta o *feedback* muito positivo dos nossos trabalhadores, foi possível manter um conjunto de medidas de promoção do bem-estar, destacando-se o Apoio Psicológico e o loga Laboral.

Este também foi o ano de arranque do projeto “Semana da Saúde” que visou reforçar esta política de promoção de saúde e bem-estar. Durante toda a semana de trabalho foram realizadas, exposições, *workshops* e *webinars* destacando-se as temáticas da nutrição, gestão de *stress*, gestão das emoções, o exercício físico e a saúde mental.

### REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

(acompanhamento da RCM n.º 18/2014 – Princípio da Igualdade de Género)

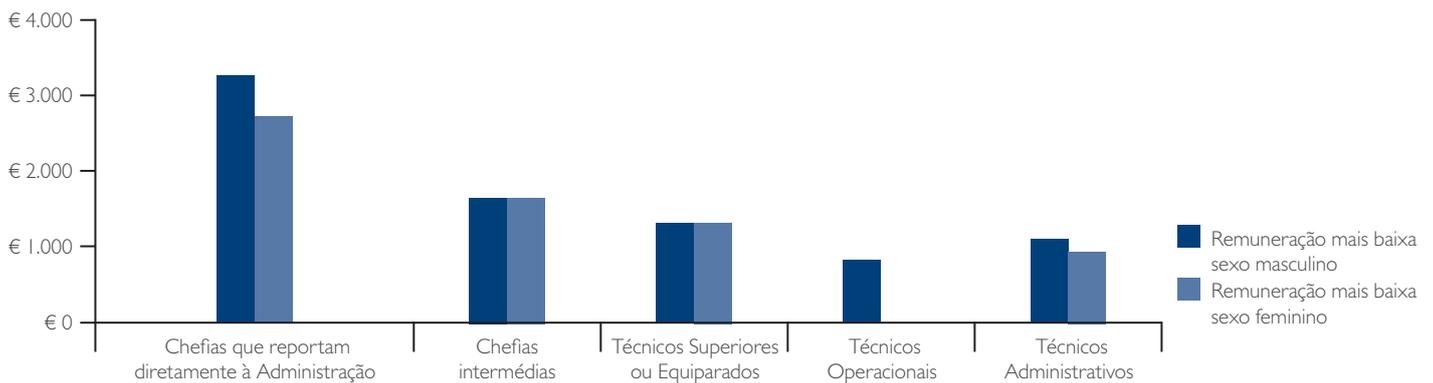


Figura 12 – Remunerações mais baixas por categoria profissional

A análise da distribuição de remunerações por género e categoria profissional é efetuada anualmente. No caso dos técnicos operacionais, conforme já referido, a AdDP não possui qualquer mulher nesta categoria, em virtude de as candidaturas serem quase exclusivamente de candidatos do sexo masculino.

### 3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante AdDP ou Empresa), enquanto empresa concessionária responsável pela construção, gestão e concessão do sistema multimunicipal de abastecimento do sul do Grande Porto, tem como missão gerir o sistema de abastecimento de água em alta, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo AdP, designadamente pela AdDP.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

### DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. estão, ainda, sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Douro e Paiva, S.A. sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidade de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
  - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
  - 1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
  - 1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - 1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
  - 1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
  - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
  - 2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
  - 2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
  - 2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
  - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
  - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
  - 4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
  - 4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimentos e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
  - 4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
  - 4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
  
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
  - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - 5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
  
6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
  - 6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
  - 6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
  - 6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
  - 6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
  - 6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
  
7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

## 4. A ATIVIDADE

A Águas do Douro e Paiva celebrou, a 22 de fevereiro de 2017, um Contrato de Concessão com o Estado Português, tendo ficado concessionária, pelo período de 20 anos, do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto.

Cabe à empresa a conceção, construção e gestão do sistema de captação, tratamento e adução de água “em alta”, em regime de exclusividade, a 20 Municípios, simultaneamente Acionistas e Clientes, onde residem cerca de 1,8 milhões de habitantes: Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia.

São também clientes do sistema os Municípios de Penafiel e de Vale de Cambra.

O sistema de abastecimento em funcionamento, com 8 captações de água (rios Douro, Paiva, Ferro e Vizela, Ferreira, Ovil e captação subterrânea em Ovar), desenvolve-se ao longo de cerca de 513 km de condutas e inclui 5 estações de tratamento de água, 15 estações de cloragem/recloragem, 28 estações elevatórias e 37 reservatórios.

O volume de água anual distribuído pelos clientes atingiu o valor total de 102,9 milhões de metros cúbicos.

A tarifa praticada durante o ano 2023 foi de 0.3673 €/m<sup>3</sup>.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro e do Contrato de Concessão, foi cobrada a Componente Tarifária Acrescida (CTA), a pagar à Águas do Norte, S.A., no valor de 0.0798 €/m<sup>3</sup>. Em termos globais a CTA ascendeu a cerca de 8,2 milhões de euros.

Mesmo considerando a CTA, a tarifa praticada é uma das mais baixas a nível nacional (0.4471 €/m<sup>3</sup>). O montante total das vendas ascendeu a 37,8 milhões de euros.

O Sistema de Gestão da empresa, certificado externamente, define as Políticas Empresariais, os Objetivos Estratégicos e Setoriais, os indicadores de desempenho e todos os procedimentos que garantem a integral conformidade com a legislação e com os requisitos normativos, bem como a melhoria contínua do desempenho da organização nas três vertentes da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Este Sistema de Gestão permite, assim, assegurar a otimização dos processos, procurando garantir a eficiência, a qualidade do serviço, a segurança do produto, a fiabilidade do fornecimento, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactes ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição e dos acidentes.

Além da sua atividade principal, a AdDP exerce, ainda, a atividade de oferta de rede e serviço de comunicações eletrónicas, rentabilizando a rede de fibra ótica instalada ao longo das condutas do sistema adutor.

### 4.1. ATIVIDADE OPERACIONAL

#### 4.1.1. PRINCIPAIS INDICADORES

<b>DIMENSÃO DO SISTEMA</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Número de municípios abastecidos	22	22	22
Comprimento total condutas (km)	508	508	513
Reservatórios (n.º)	37	37	37
Estações elevatórias (n.º)	27	28	28
Estações de tratamento de água (n.º)	5	5	5

INDICADORES ATIVIDADE	2021	2022	2023
Água captada (milhões m <sup>3</sup> )	100,7	102,2	105,5
Água faturada (milhões m <sup>3</sup> )	98,0	99,3	102,9
Consumo de reagentes (t)	2,9	2,7	3,0
Consumo total de energia (GWh)	107,2	106,1*	108,8
Produção de lamas (t)	1.746	1.415	2.074
Qualidade da água (%)	99,9%	99,9%	100,0%
Ocorrência de falhas no abastecimento (n.º/ponto entrega/ano)	0	0	0
Ocorrência de avarias em condutas (n.º/100 km)	1,2	1,4*	0,4

RÁCIOS OPERACIONAIS	2021	2022	2023
Reagentes / Volume faturado (kg/m <sup>3</sup> )	0,030	0,027	0,029
Energia / Volume faturado (kWh/m <sup>3</sup> )	1,087	1,062	1,051
Lamas / Volume faturado (kg/m <sup>3</sup> )	0,018	0,014	0,020
Reagentes / Volume faturado (€/m <sup>3</sup> )	0,005	0,005	0,006
Energia / Volume faturado (€/m <sup>3</sup> )	0,073	0,029	0,132
Lamas / Volume faturado (€/m <sup>3</sup> )	0,001	0,001	0,001
Cash-cost (€/m <sup>3</sup> )	0,17	0,14	0,23

\* valor alterado na sequência da AQS ERSAR 2022

#### 4.1.2. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

O sistema de produção e de abastecimento de água da AdDP encontra-se estruturado em três unidades operacionais e geográficas – Lever, Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

Os subsistemas de Lever e do Vale do Sousa estão ligados entre si pela conduta adutora Ramalde – Galegos.

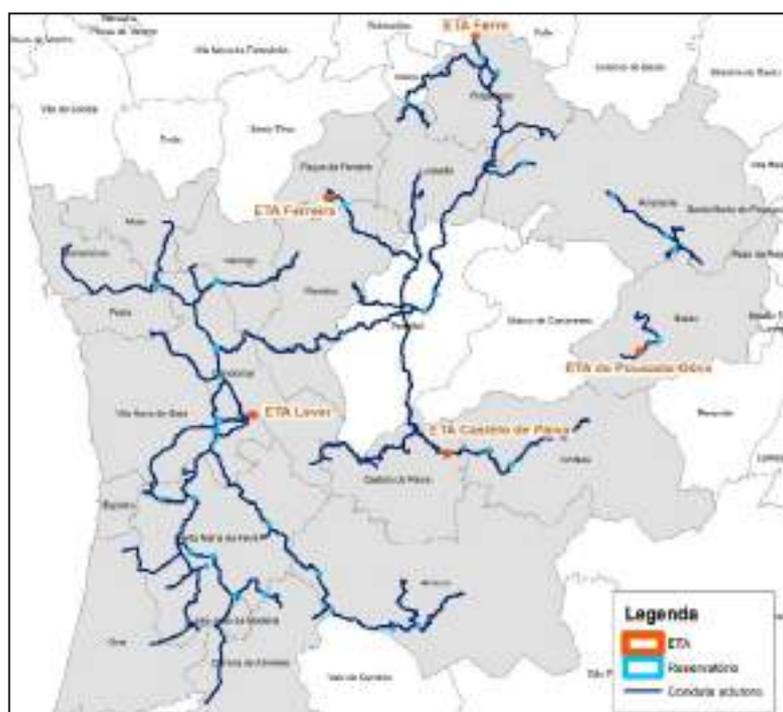


Figura I3 – Sistema de abastecimento de água da AdDP

O Subsistema de Lever encontra-se dividido em dois Setores:

- o Setor Norte abastece Porto, Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo e parte do Município de Paredes, Municípios que, no seu conjunto, consomem cerca de 52% do volume total de água distribuído pela AdDP, e
- o Setor Lever Sul abastece os Municípios de Vila Nova de Gaia, Espinho, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Ovar, Arouca e Vale de Cambra. É responsável por 33% dos consumos.

A principal origem de água deste subsistema é o rio Douro, através de três captações distintas localizadas em Lever: a captação superficial e as captações de Lever Montante e de Lever Jusante. A água captada superficialmente é, depois, tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Lever.

A AdDP integrou, em 2011, no seu sistema a captação subterrânea do Carregal, em Ovar, pelo que parte da água distribuída neste Município tem origem nesta captação.

O subsistema do Vale do Sousa abastece os Municípios de Amarante, Castelo de Paiva, Cinfães, Lousada, Felgueiras, parte do Município de Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel. É responsável por 14% dos consumos.

As origens de água deste subsistema incluem os rios Ferro e Vizela (ETA do Ferro), o rio Paiva (ETA de Castelo de Paiva), o rio Ferreira (ETA do Ferreira) e o rio Douro (através da conduta adutora Ramalde – Galegos).

Em emergência a adutora Ramalde-Galegos poderá funcionar no sentido inverso, abastecendo parte do Subsistema de Lever.

O subsistema do Baixo Tâmega é responsável pelo abastecimento ao Município de Baião, com origem de água no rio Ovil e respetivo tratamento efetuado na ETA de Pousada - Gôve. É responsável por 0,4% dos consumos.

Em 2023, a AdDP abasteceu com normalidade os 20 Municípios utilizadores do Sistema, bem como os Municípios de Vale de Cambra e Penafiel, clientes da empresa.

O volume global de água distribuída foi de 102.933.603 m<sup>3</sup>, salientando-se o número baixo de roturas em condutas, a fiabilidade das instalações afetas ao sistema em exploração e as redundâncias que integram este sistema.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução mensal da água distribuída.

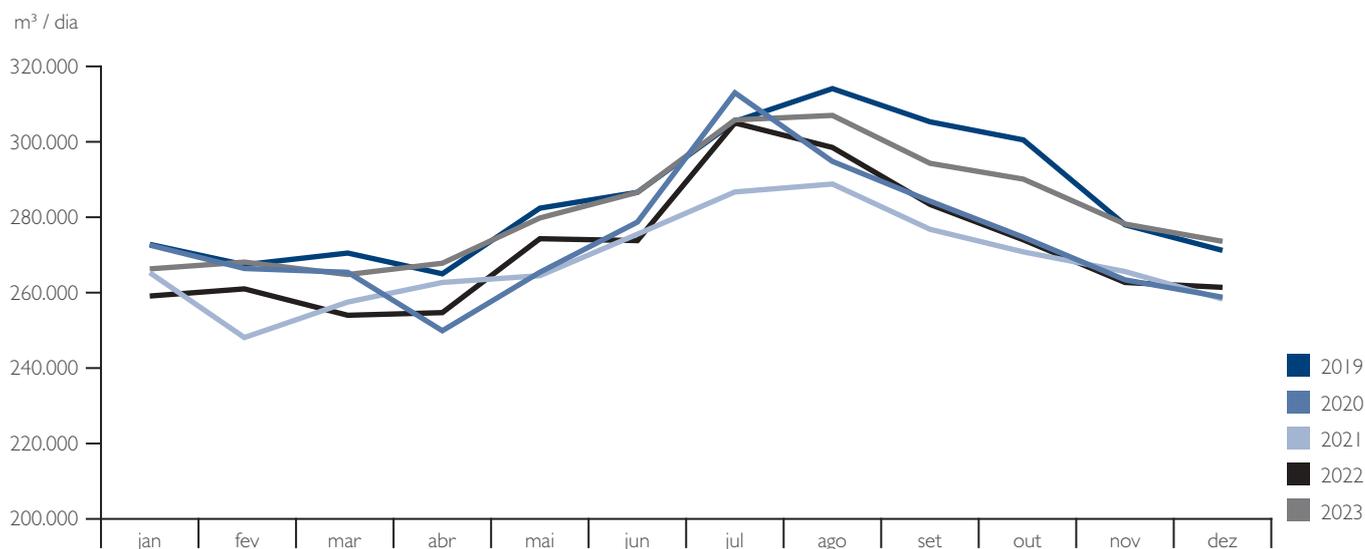


Figura 14 – Evolução mensal da água distribuída

Numa análise ao consumo anual constata-se que os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia, Santa Maria da Feira e Valongo são responsáveis por cerca de 76% do volume global de vendas da AdDP.

O Município do Porto representa cerca de 21% do volume global e os Municípios de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Gondomar cerca de 18%, 12% e 8%, respetivamente.

## ÁGUA EXPORTADA EM 2023

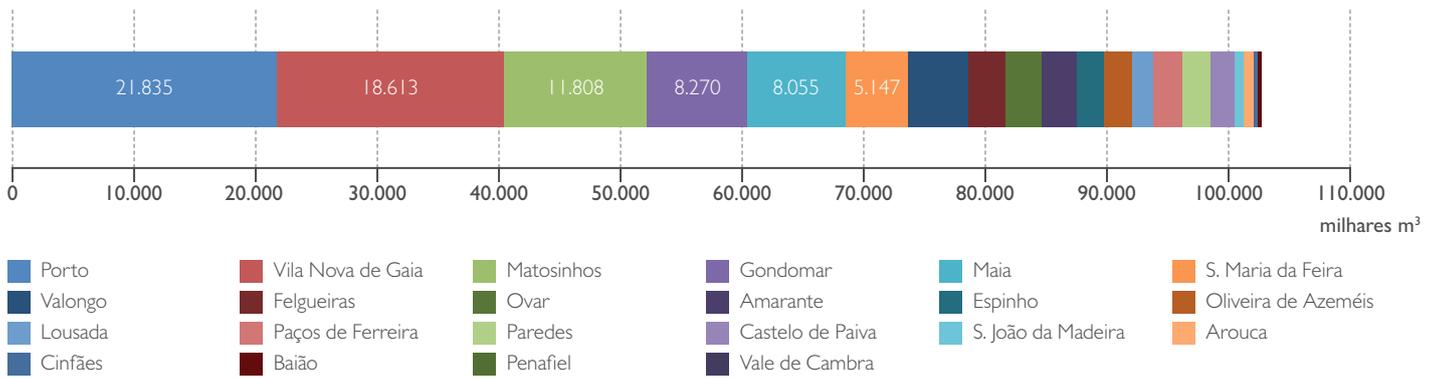


Figura 15 – Água tratada exportada em 2023

## EVOLUÇÃO DA ÁGUA TRATADA EXPORTADA POR MUNICÍPIO

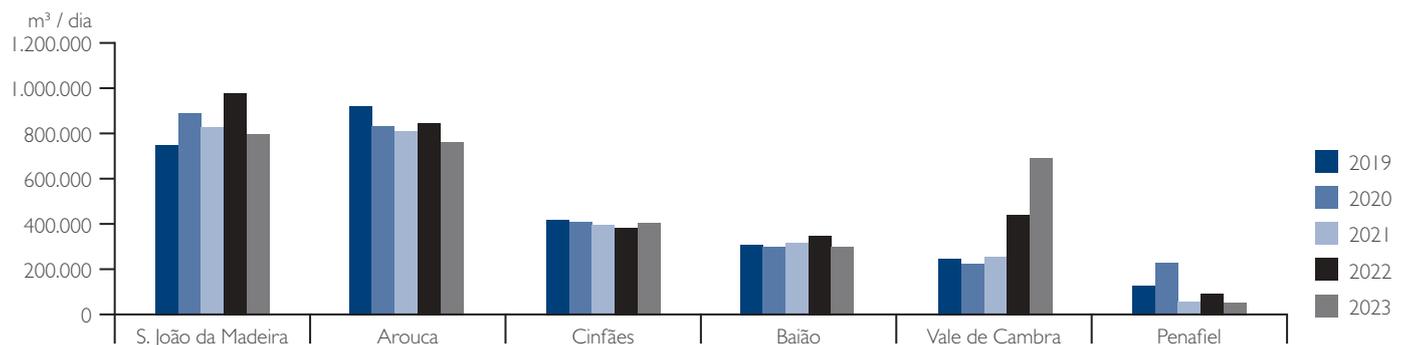
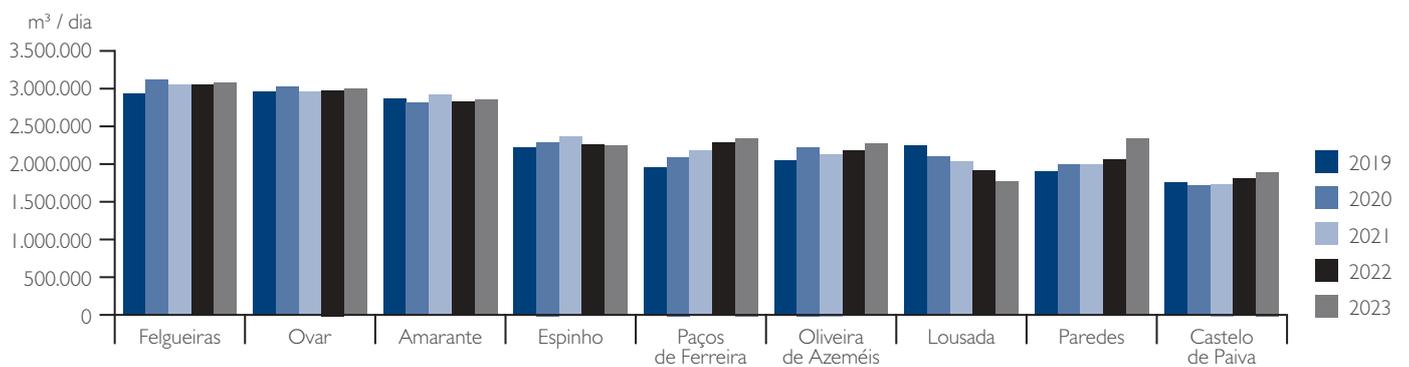
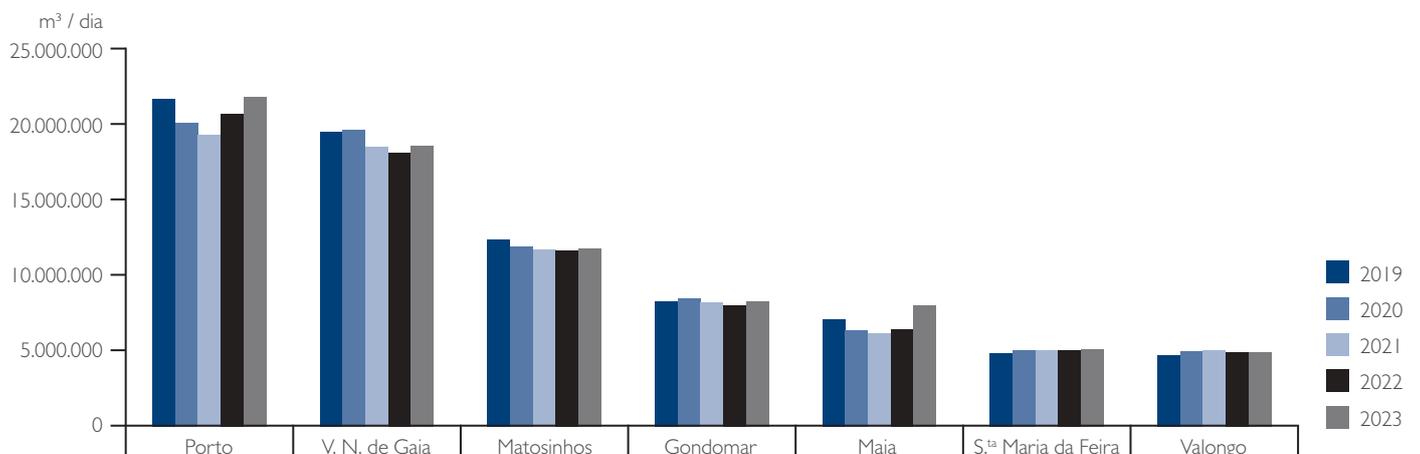


Figura 16 – Evolução da água tratada exportada por Município

**TABELA 2 – VOLUMES DISTRIBUÍDOS POR MUNICÍPIO**

MUNICÍPIO	VOLUME DISTRIBUÍDO (M³)			
	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22
Porto	19.327.487	20.717.777	21.835.046	5,4%
Vila Nova de Gaia	18.562.566	18.175.463	18.613.523	2,4%
Matosinhos	11.776.534	11.687.777	11.808.574	1,0%
Gondomar	8.214.710	8.063.449	8.270.721	2,6%
Maia	6.189.881	6.448.807	8.055.465	24,9%
Santa Maria da Feira	5.048.631	5.081.909	5.147.349	1,3%
Valongo	5.045.255	4.929.908	4.910.213	-0,4%
Felgueiras	3.061.034	3.062.407	3.085.550	0,8%
Ovar	2.970.724	2.991.800	3.007.176	0,5%
Amarante	2.934.759	2.843.387	2.863.674	0,7%
Paços de Ferreira	2.186.433	2.296.511	2.355.097	2,6%
Espinho	2.002.959	2.072.518	2.353.691	13,6%
Oliveira de Azeméis	2.143.663	2.190.656	2.285.049	4,3%
Paredes	2.378.744	2.266.253	2.255.264	-0,5%
Lousada	1.747.366	1.821.844	1.905.215	4,6%
Castelo de Paiva	2.043.697	1.923.015	1.784.510	-7,2%
S. João da Madeira	829.572	981.680	801.962	-18,3%
Arouca	812.400	849.971	764.422	-10,1%
Cinfães	387.416	384.436	407.520	6,0%
Baião	319.753	351.161	302.550	-13,8%
Penafiel	25.813	44.559	69.633	56,3%
Vale de Cambra	6.017	96.746	51.399	-46,9%
	<b>98.015.414</b>	<b>99.282.034</b>	<b>102.933.603</b>	<b>3,7%</b>

A análise da evolução dos consumos permite retirar as seguintes conclusões:

- Em 2023 o volume de água vendido foi, em média, de 282 mil m<sup>3</sup>/dia, em linha com o orçamentado e 3,7% acima de igual período de 2022.
- 7 dos 22 clientes da AdDP apresentaram, em 2023, uma diminuição do consumo face a 2022. Destacam-se os Municípios de S. João da Madeira, Lousada, Arouca e Baião.
- Os restantes clientes evidenciaram aumento de consumo face ao ano anterior; salientando-se Maia, Porto, Vila Nova de Gaia, Paredes, Gondomar e Matosinhos, quando se comparam volumes totais anuais.
- Devido ao reflexo do período pandémico de COVID-19, em 2020, 2021 e 2022 o consumo de água na área de influência da AdDP decresceu, em média, cerca de 3% relativamente a 2019. Em 2023 a venda de água apresentou uma retoma, superando as vendas de 2019 em cerca de 0,6% e mais 3,7% relativamente a 2022.
- Apesar de a maior parte dos clientes ter implementado planos de redução de perdas, a retoma económica, o turismo e a seca (redução captações próprias / poços de particulares), serão os principais fatores a ter em conta para este crescimento.

Em 2023 a AdDP captou 105 milhões de m<sup>3</sup> de água, o que corresponde a uma média diária de 289 mil m<sup>3</sup>.

A AdDP tem em funcionamento 8 captações com produções de água diárias distintas. As principais captações são a captação superficial da ETA de Lever e a captação de Lever Montante. Em 2023, a água com origem nestas duas instalações representou cerca de 84% do total de água captada.

A ligação da captação dos poços subaluvionares de Lever Montante à ETA de Lever permite que parte da água captada nestes poços siga para a ETA. A integração das duas componentes produtivas permite uma exploração do Complexo de Lever mais flexível e económica, bem como a garantia de padrões elevados da qualidade da água captada.

A produção de água para abastecimento da região do Vale do Sousa é assegurada, maioritariamente, pela ETA de Lever e pela ETA de Castelo de Paiva. A ETA de Castelo de Paiva produziu cerca de 5,6 milhões de m<sup>3</sup> em 2023, e a ETA de Lever forneceu a este subsistema cerca de 7,2 milhões de m<sup>3</sup>.

O Complexo do Vale do Sousa conta, ainda, com a capacidade de produção da ETA do Ferro e da ETA do Ferreira.

Tendo em conta a diversidade de origens possíveis para abastecimento aos municípios do Vale do Sousa, e depois das conclusões retiradas de um estudo sobre o melhor regime de funcionamento para as ETA do Vale de Sousa, a forma de funcionamento no Vale do Sousa é a que a seguir se descreve.

No verão, a ETA do Ferreira permanece parada e procede-se ao arranque da ETA do Ferro, reforçando o abastecimento de água às linhas do Vale do Sousa - Norte e Vale do Sousa - Tâmega que, nesse período, veem aumentar fortemente as necessidades de água. No final do verão, a ETA do Ferro é retirada de serviço e coloca-se em funcionamento a ETA do Ferreira, ganhando-se uma redundância parcial à ETA de Castelo de Paiva, necessária nos momentos de elevada precipitação e consequente subida da turvação no rio Paiva. Devido às obras de reabilitação previstas para a ETA do Ferreira, esta instalação esteve fora de serviço em 2023, mantendo-se em funcionamento a ETA do Ferro.

O subsistema do Baixo Tâmega (Baião) é totalmente abastecido pela ETA de Pousada - Gôve.

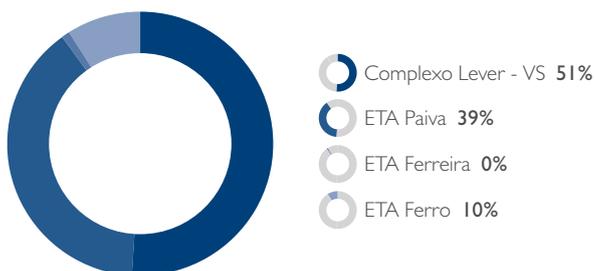
### SUBSISTEMA DE LEVER

Volumes produzidos por origem



### SUBSISTEMA VALE DO SOUSA

Volumes produzidos por origem



### SUBSISTEMA BAIXO TÂMEGA

Volumes produzidos por origem



Figura 17 – Volumes produzidos em 2023, por origem

Em 2023 merece destaque a integração de uma nova infraestrutura no Sistema de Abastecimento para reforço da captação de água no Sistema do Baixo Tâmega.

Ao nível das melhorias implementadas em 2023, registam-se dois novos pontos de entrega e a continuidade na execução de um plano cujas prioridades principais se centram na renovação e reabilitação de equipamentos com mais de 20 anos de atividade, na melhoria na medição dos caudais aduzidos e da eficiência hídrica do sistema, na modernização dos sistemas de automação e telegestão e na redução do impacto da energia na atividade da empresa.

Paralelamente foram desenvolvidos alguns projetos de I&D visando a implementação de melhorias em diferentes etapas da captação e tratamento de água.

Assim, durante o ano 2023, no sentido de aumentar a fiabilidade do sistema em exploração, foram introduzidas melhorias que se revelaram de grande eficácia operacional, sendo de destacar as seguintes:

- **Nova infraestrutura para reforço do abastecimento de água a Baião**

Em 2023 ficou concluída a construção da nova captação do Abelhal, incluindo a linha de adução à ETA de Pousada-Gôve. Inclui-se nesta empreitada o reservatório e EE do Sobreiral e o reservatório de água Bruta na ETA de Pousada-Gôve. Esta nova origem de água no rio Douro irá permitir reforçar a atual captação do rio Ovil que, nos meses de estio, apresenta caudais muito reduzidos. Prevê-se a curto prazo a reabilitação e ampliação da ETA de Pousada-Gôve, garantindo, assim, disponibilidade para o alargamento do abastecimento ao município de Baião para a zona Norte.

- **Novos pontos de entrega de água aos Municípios:**

Novo ponto de entrega em Paredes – os SMAS de Paredes solicitaram à empresa, por motivos relacionados com a falta de água em parte da zona poente do concelho, a entrada em funcionamento de um ponto de entrega anteriormente previsto nessa área municipal. Assim, a AdDP efetuou a montagem do equipamento e acessórios necessários ao início do funcionamento do ponto de entrega PE 405 Santo Amaro - Gandra.

Novo ponto de entrega em Baião – em setembro de 2023, no âmbito do alargamento do sistema de abastecimento à zona de Baião Nascente, teve início o fornecimento de água ao ponto de entrega PE 201-Valadares. Este ponto de entrega serve as freguesias de Valadares, Santa Marinha do Zêzere, Tresouras e S. Tomé de Covelas.

- **Renovação e reabilitação de equipamentos críticos:**

A reabilitação de equipamentos e instalações incidiu em unidades com muitos anos de atividade, que evidenciavam perdas de fiabilidade significativas ou baixos níveis de rendimento energético. Destacam-se as seguintes intervenções:

- **Substituição de três disjuntores de alta tensão na Subestação de Lever Montante**

Os equipamentos substituídos eram os originais da instalação, com mais de 35 anos. Justificou-se a sua substituição pois, sendo críticos para a instalação, apresentavam indícios de perda de fiabilidade.

- **Instalação de nova bomba na Captação da Bateira**

Esta nova bomba na Captação da Bateira, que debita um caudal intermédio relativamente às existentes, permitirá uma gestão mais flexível na produção de água na ETA de Castelo de Paiva e, também, obter ganhos de eficiência energética.

- **Substituição de grupos eletrobomba em diversas instalações**

Foram substituídos grupos nas estações elevatórias de Santa Eulália para Barrosas, Avelal para Pardinhas, Pardinhas para Travanca. Estas intervenções permitirão uma melhoria da eficiência energética superior a 15%. Foi também substituído um grupo da Captação do Vizela.

- **Beneficiações de grupos de bombagem**

Beneficiação de um grupo de bombagem na ETA de Lever e de três grupos na EE de Jovim. Os ganhos de eficiência obtidos (3,5% para os grupos da ETA para Jovim e 8,5% para a de Lever) já permitiram amortizar cerca de metade do investimento efetuado 53.000 euros.

- **Beneficiações várias nas ETA e em diferentes estações elevatórias e reservatórios**

Intervenções na construção civil, sistemas elétricos, equipamentos diversos (controlo analítico, proteção hidráulica e alarmística) que permitiram melhorar a sua operacionalidade e/ou prolongar a sua vida útil ativa.

- **Beneficiações diversas na Rede Adutora**

Decorrente da análise do estado das infraestruturas, foram sendo executadas intervenções em caixas de visita (CV) e outras infraestruturas, tais como, CV100 Adutora Vergada Granja (seccionamento e descarga), CV040 Ad SJ Ver S Redondo (Descarga), CV PEI 40 SJ Madeira, CV010 Adutora Granja S Bento (Descarga), CV Nó 5 no Lugar da Aparecida, Lousada; CV Ponto de Entrega de Oliveira do Arda, Castelo de Paiva; CV ponto de entrega de Vilar de Arca, Cinfães e ainda intervencionadas mais de uma dezena de caixas de visita na EN106. Também foram intervencionadas as ventosas da Adutora SV Louredo - Abelheira, efetuada a beneficiação do acesso PT e drenagem de águas pluviais SV Louredo, a remodelação da câmara de manobras do RE Seixo Alvo, beneficiação da EE S. João de Ver. Em virtude da construção do IC 35 (Penafiel), foram executadas alterações de forma a adequar a conduta de abastecimento ao Vale do Sousa (Rans - Ruival) àquela infraestrutura rodoviária.

- **Melhoria na medição dos caudais e da eficiência hídrica:**

Apesar do baixo nível de perdas de água, nos últimos anos a AdDP tem vindo a efetuar a substituição de vários medidores de caudal localizados nos pontos de entrega de água dos seus clientes, de forma a melhorar a medição dos volumes aduzidos. Ao longo do sistema de adução existem, também, medidores de caudal que são da maior importância para a empresa identificar as zonas onde podem ocorrer perdas significativas de água, os quais, quando se detetam perdas na precisão das suas medições, têm também vindo a ser substituídos.

- **Substituição de caudalímetro DNI 600 na saída da ETA de Lever**

Este medidor foi inicialmente instalado durante a execução da ETA de Lever; há 23 anos, localizado na conduta ETA de Lever - Jovim, uma conduta em aço e de grande diâmetro (DNI 600), responsável pela adução de cerca de 25% do caudal total de saída da ETA de Lever. Por motivos associados à perda de função, no primeiro trimestre deste ano, foi levada a cabo a sua substituição.

- **Substituição de junta DN 600 no abastecimento a Matosinhos**

Diversos equipamentos e acessórios podem apresentar fugas de água ao longo do sistema. Exemplo disso foi, em 2023, a junta localizada sob o tabuleiro da travessia do rio Leça, em Matosinhos. Esta junta, com cerca de 30 anos de funcionamento, era parte integrante da conduta AEP - Freixieiro (DN600), responsável por aproximadamente 25% dos consumos do concelho de Matosinhos, encontrava-se no fim da sua vida útil e com uma fuga de água. Prontamente a AdDP procedeu à substituição deste acessório, sem qualquer impacto para o contínuo abastecimento de água às populações.

- **Intervenção no interior da conduta do LPE (Ligação dos Poços de Captação do Rio Douro à ETA de Lever) de DN 1600 / 1500**

Nesta intervenção no interior da conduta incluindo o caudalímetro, desde a EE de Montante até à etapa de Pré-tratamento, foram removidas as incrustações, aumentando a fiabilidade da medição do volume de água proveniente desta origem e contribuindo para a estabilidade da qualidade da água.

- **Conclusão da reabilitação do revestimento das células do Reservatório de Duas Igrejas**

Face à evolução das patologias do revestimento interior deste reservatório, com capacidade de 5000 m<sup>3</sup>, foi executada a intervenção na Célula 2, tendo a Célula 1 sido reabilitada em 2022. Com esta reabilitação foram eliminadas as fugas existentes nas paredes daquele reservatório.

- **Modernização dos sistemas de automação e telegestão**

A renovação dos autómatos tem por objetivo dotar todas as estações elevatórias, reservatórios e cloragens de controladores de última geração, que apresentam maior desempenho, capacidade, produtividade e segurança, para atender às crescentes demandas por equipamentos, quer da rede de campo (instrumentação, válvulas, variadores de velocidade) quer dos sistemas de comunicação. Os novos sistemas de telegestão (SCADA – *Supervisory Control and Data*) visaram substituir soluções descontinuadas e que não permitiam efetuar o necessário upgrade, de modo a cumprir com os requisitos mínimos aplicados a todos os sistemas de telegestão da AdDP.

- **Remodelação dos sistemas de automação do Sistema Adutor da AdDP**

Em 2023 foram remodeladas as instalações elétricas de duas estações elevatórias – Vale de Ferreiros e Milheirós de Poiães, um reservatório – Monte Pedro, uma cloragem – S. João de ver, e sete pontos de entrega.

- **Substituição de autómatos na rede adutora**

A equipa de automação da AdDP tem vindo a substituir diversos autómatos de pontos de entrega, cujas instalações elétricas não necessitam de remodelação, mas os controladores encontram-se obsoletos e não são compatíveis com os novos transmissores de caudal nem com a velocidade de comunicação exigida pela rede de comunicações da AdDP. Foram substituídos cerca de vinte autómatos de pontos de entrega em 2023.

- **Remodelação dos sistemas SCADA Locais das ETA do Vale do Sousa**

A remodelação do SCADA da ETA de Pousada-Gôve foi efetuada internamente pela equipa de automação e a remodelação do SCADA da ETA do Ferreira foi efetuada por uma aluna do ISEP num estágio curricular na área de automação da AdDP.

- **Projetos de ID**

- **Otimização de coagulantes**

Este trabalho foi desenvolvido por uma aluna da Universidade de Aveiro, aplicando-se ao processo de tratamento da ETA de Lever. Consistiu no teste de novos coagulantes orgânicos alternativos ao coagulante em utilização atualmente, o sulfato de alumínio. Os resultados obtidos indicam a possibilidade de substituição parcial do sulfato de alumínio. No entanto, é necessária a validação dos novos coagulantes para outras condições de qualidade da água.

- **Projeto Ozone4Water**

A AdDP participa no projeto Ozone4Water, que resulta de uma parceria entre a AdP Valor e a Universidade do Porto, sendo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). O projeto consiste numa nova tecnologia disruptiva para tratamento de água potável e de águas residuais, com ozono. No âmbito deste projeto foram iniciados ensaios experimentais com uma unidade piloto, na ETA de Lever. O objetivo é testar uma nova tecnologia de mistura gás (ozono)/ líquido (água), baseado na tecnologia NETmix®, patenteada pela FEUP. Este sistema apresenta uma capacidade de mistura superior ao Venturi e a misturadores estáticos convencionais. Desta forma, prevê-se minimizar o consumo de oxigénio e, ao mesmo tempo, obter um sistema mais compacto, no qual o tempo de contacto para promover a oxidação e desinfeção será reduzido.

#### ◦ Sistema de Ultrassons na Captação da Bateira em Castelo de Paiva

Com os episódios ocorridos em 2022 na captação da Bateira onde a captação de água ficou comprometida devido ao aparecimento de grandes quantidades de algas no rio Paiva, a Exploração tomou medidas para minimizar os impactos se tal voltasse a ocorrer em 2023. Uma das medidas foi um projeto para eliminação das algas pela implementação de um sistema de ultrassons com a instalação de dois emissores no rio Paiva junto à captação da Bateira. Os resultados foram positivos ainda que não totalmente conclusivos. Se é certo que não houve qualquer limitação na captação de água devido ao aparecimento de algas também as condições adversas de 2022 não tornaram a ocorrer. No entanto a experiência adquirida com o estudo da solução implementada e com os ensaios efetuados melhorou a capacidade da Exploração para futuras situações idênticas à de 2022.

### 4.1.3. GESTÃO DE LAMAS

Quanto à produção de lamas de clarificação da água, verificou-se um aumento do valor global relativamente a 2022, em resultado do aumento da água captada (105,5 milhões de m<sup>3</sup> vs 102 milhões de m<sup>3</sup> em 2022) e da percentagem captada superficialmente (36% vs 29% em 2022). A água captada nas origens subaluvionares (Lever Montante e Lever Jusante) não originam produção de lamas.

As lamas de clarificação de água constituem o resíduo produzido em maior quantidade pela AdDP: cerca de 93% da quantidade total de resíduos produzidos. Na ETA de Lever, em 2023, foram produzidas aproximadamente 1,7 mil toneladas de lamas, integralmente valorizadas.

Em 2023 manteve-se a política de valorização destas lamas, iniciada há vários anos e que resultou de uma investigação promovida pela AdDP juntamente com o setor universitário, e de uma parceria com uma empresa do setor cerâmico, sendo as lamas produzidas no processo de tratamento da ETA incorporadas no fabrico de telhas. A solução encontrada foi a ambientalmente mais correta, tratando-se de um exemplo prático de “Economia Circular”, representando para a AdDP um custo inferior ao da deposição em aterro.

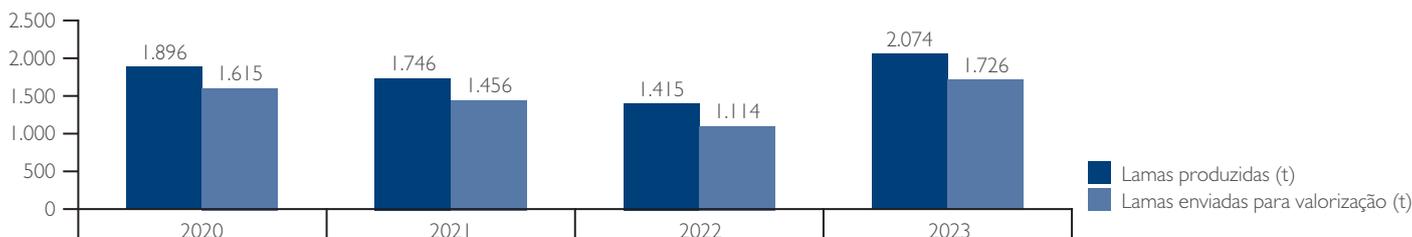


Figura 18 – Gestão de Lamas 2020/2023

### 4.1.4. GESTÃO ENERGÉTICA

Em 2023 foram consumidos cerca de 108,8 GWh de energia no sistema de abastecimento de água, com um custo global de aproximadamente 13,6 milhões de euros.

Os consumos aumentam ligeiramente face aos registados no ano anterior, em resultado do aumento da água vendida em 2023.

Verificou-se um aumento muito expressivo dos custos face a 2022, cerca de 400% acima, essencialmente devido ao facto de as tarifas de 2022 terem sido definidas em 2020, momento em que o mercado de energia elétrica apresentava valores anormalmente baixos. Por outro lado, as tarifas dos contratos que se iniciaram a 1 de janeiro de 2023 aumentaram significativamente na sequência da crise energética na Europa instalada devido ao contexto geopolítico.

A AdDP apresenta 12 instalações consumidoras intensivas de energia: de acordo com o SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia:

- 8 instalações com consumos anuais superiores a 500 tep (EE Lever Montante, ETA de Lever, Jovim, Ramalde, Seixo Alvo, S. Vicente de Louredo, Ponte da Bateira e Quinta do Tapado).
- segundo com o Decreto-Lei n.º 68-A/2015: 4 instalações com consumos anuais superiores a 250 tep (EE Lagoa, EE S. João de Ver, EE Vale de Ferreiros e EE de Figueiró).

O conjunto destas 12 instalações é responsável por mais de 85% do consumo global de energia na AdDP.

A empresa manteve, em 2023, a certificação na norma ISO 50001 das cinco instalações já certificadas: ETA de Lever, EE Lever Montante, EE Jovim, EE Ramalde e Captação da Ponte da Bateira.

Em 2023, a AdDP, através do Mercado de Reserva de Regulação (MRR) promovido pela REN (Rede Elétrica Nacional), economizou cerca de 360 mil euros, resultado da poupança nos custos de energia por via da Reserva de Regulação a descer (aumento de consumo), resultante da mobilização de cerca de 4.385 MWh.

Adequando os períodos de trabalho das estações elevatórias aos períodos de tarifas energéticas mais baixas e integrando sempre as mobilizações no MRR, foi possível a manutenção do valor baixo do consumo em período de hora de Ponta (cerca e apenas de 1,5% do total) e reduzir o consumo em período de Cheias (cerca de 41,6%), com a consequente transição para os períodos de Vazio. Para, no futuro, melhor suportar este processo de gestão eficiente iniciou-se o desenvolvimento uma plataforma capaz de monitorizar e avaliar diariamente o desempenho das instalações e os seus respetivos indicadores de performance, que se prevê concluir no primeiro trimestre de 2024.

Em 2023, foram, ainda, realizadas algumas atividades com vista ao aumento da eficiência Operacional e Energética:

As medidas para redução do impacto da energia centraram-se no aumento da produção de energia de origem renovável para autoconsumo e na otimização tarifária através do Mercado de Reserva de Regulação. Na operação diária deu-se continuidade à gestão eficiente da rede adutora.

Importa, assim, referir:

#### • Produção de energia solar fotovoltaica nas instalações da AdDP

Em 2023 foram instaladas quatro novas unidades de produção de energia para autoconsumo (UPACs), com uma potência instalada de 260 kW e com potencial de produção anual de cerca de 370 MWh – em Lever Montante, ETA de Pousada-Gôve, EE de Jovim e ETA do Ferreira. A totalidade das UPACs instaladas produziram cerca de 240 MWh de energia em 2023, consumida nas instalações da AdDP, evitando-se a emissão de 127,6 tCO<sub>2</sub> equivalente.

Além destas UPACs, a AdDP dispõe de 12 centrais de microprodução de origem fotovoltaica, que produziram, em 2023, 50 MWh de energia para venda à rede.

Ainda ao nível da instalação de painéis solares fotovoltaicos, foi lançado e adjudicado, em concurso público, a colocação de painéis solares fotovoltaicos, com cerca de 2.200 kW em potência total, na ETA de Lever, EE Jovim, EE Lagoa, EE Quintado Tapado, EE Ramalde e EE Seixo Alvo, cuja produção estimada é de cerca de 3,3 GWh, evitando-se a emissão de 1.452 tCO<sub>2</sub> equivalente.



Figura 19 – Utilização de energia elétrica no serviço de AA (kWh/m³)

#### • Produção de energia eólica

Deu-se início a um estudo eólico nas imediações da ETA de Pousada-Gôve. A medição de dados de vento no local, a finalizar em meados de 2024, permitirá caracterizar devidamente o projeto de uma instalação eólica neste no local, investimento previsto para o biénio 2024/2025.

#### • Gestão eficiente da rede adutora

Adequando os períodos de trabalho das estações elevatórias aos períodos de tarifas energéticas mais baixas e integrando sempre as mobilizações no MRR, foi possível a manutenção do valor baixo do consumo em período de hora de Ponta (cerca e apenas de 1,5% do total) e reduzir o consumo em período de Cheias (cerca de 41,6%), com a consequente transição para os períodos de Vazio. Para, no futuro, melhor suportar este processo de gestão eficiente iniciou-se o desenvolvimento uma plataforma capaz de monitorizar e avaliar diariamente o desempenho das instalações e os seus respetivos indicadores de performance, que se prevê concluir no primeiro trimestre de 2024.

## 4.1.5. QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

A AdDP considera determinante, para o bom desempenho da sua atividade, a manutenção de elevados níveis de qualidade da água produzida e distribuída.

Ciente do papel e importância para a saúde pública da comunidade em que se insere, a AdDP, tem implementado um Plano de Segurança da Água (PSA) segundo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Este Plano trouxe uma abordagem diferenciada na gestão da qualidade da água, assente na gestão do risco – em detrimento do controlo de fim de linha – e na proteção da segurança da água, em todos os pontos críticos do seu percurso, desde as origens até à torneira do consumidor final, tendo em conta, obviamente, que o abastecimento aos clientes é feito em alta.

Deste Plano fazem parte procedimentos de controlo de rotina e de emergência que visam assegurar a qualidade da água e a continuidade do abastecimento, e que minimizam o risco de a água chegar aos reservatórios municipais em incumprimento dos parâmetros de qualidade legalmente estabelecidos. Estes procedimentos vão para além do estritamente exigido por lei e estão consignados no Sistema de Gestão da AdDP.

Em 2023, no âmbito do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR, realizaram-se 11.013 determinações na água tratada. O grau de conformidade da água distribuída foi de 99,98%, valor consideravelmente superior a 98,5% (valor de referência da ERSAR para a classificação “Qualidade do serviço boa”).

A tabela que se segue resume os resultados destas determinações e comprova a elevada qualidade da água produzida e distribuída pela empresa.

**TABELA 3 – DETERMINAÇÕES NA ÁGUA TRATADA**

<b>PARÂMETROS</b>	<b>N.º DETERMINAÇÕES</b>	<b>% CONFORMIDADE</b>
Organoléticos	1.264	100%
Físico-químicos	6.486	99,98%
Microbiológicos	3.089	99,97%
Radiológicos	174	100%

Nota: o número de determinações equivale ao número de resultados analíticos obtidos

Todavia, a monitorização da qualidade da água efetuada pela AdDP ultrapassa amplamente os requisitos legais mínimos, quer em número de análises, quer no tipo de parâmetros pesquisados, abrangendo todas as fases dos processos, desde a origem, a captação, o tratamento, a reserva, a adução e a entrega de água aos clientes.

Ainda na vertente da qualidade do produto, a comunicação com os Clientes é encarada, na AdDP, como um fator decisivo, quer ao nível do Sistema de Gestão, quer ao nível da promoção de um clima de transparência e confiança com os Municípios abastecidos. Para tal, a AdDP realiza periodicamente, com todos os seus Clientes, reuniões para discussão dos resultados analíticos e identificação de eventuais ações melhoria, corretivas e preventivas. Estas reuniões permitem confirmar a perceção transversal da excelente qualidade da água fornecida e dos serviços prestados pela AdDP.

Na reunião periódica de final de 2023, efetuou-se um balanço da qualidade da água ao longo do ano e perspetivaram-se as atividades para o ano de 2024. Aproveitou-se, ainda, para partilhar com os clientes o impacto, na AdDP, da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, que estabelece o novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, e que introduziu algumas alterações ao PCQA de 2024, já aprovado pela ERSAR. Apesar da entrada de novos parâmetros a monitorizar e novos valores paramétricos, não é expectável que a nova legislação provoque grandes alterações à qualidade do serviço prestado pela AdDP.

Para além destas e de outras interações, também durante o ano, por solicitação, tivemos reuniões independentes com os clientes Águas e Energia do Porto e Águas de Gondomar, e com a Unidade de Saúde Pública (USP) de Gondomar.

Estes momentos permitem trocar experiências e alinhar objetivos comuns entre Entidades Gestoras e Autoridade de Saúde, que comprovam o espírito de parceria que mantemos com as nossas partes interessadas.

A AdDP manteve a sua participação em grupos de trabalho especializados, de entre os quais se destaca a Comissão Especializada da Qualidade da Água da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

## 4.1.6. O SISTEMA DE GESTÃO DA ADDP

A AdDP, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços do abastecimento de água e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

É neste contexto que, o Sistema de Gestão (SG) da AdDP se encontra certificado nos referenciais normativos:

### REFERENCIAL

ISO 9001	Qualidade
ISO 14001	Ambiente
ISO 45001	Segurança e saúde
SA 8000	Responsabilidade Social
ISO 50001	Energia
ISO 55001	Ativos
NP 4552	Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

Para avaliar a conformidade e detetar oportunidades de melhoria do SG, a AdDP mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas, realizadas por entidades independentes acreditadas pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação, I.P.).

O desempenho e a conformidade do SG e dos vários processos são reportados periodicamente ao Conselho de Administração e, anualmente, é efetuada a revisão global do SG e estabelecidos novos objetivos e metas.

Em 2023 foram realizadas as auditorias externas, por Entidade Certificadora, e obtidas as manutenções das certificações nas normas de Qualidade (ISO 9001:2015), Ambiente (ISO 14001:2015), Segurança e Saúde (ISO 45001:2018), Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (NP 4552:2016), Ativos (ISO 55001:2014) e Energia (ISO 50001:2018), bem como a renovação da certificação na norma de Responsabilidade Social (SA 8000:2018). No que concerne às normas ISO 50001 e ISO 55001, os sistemas certificados têm como fronteiras, respetivamente, o Complexo de Lever; a EE de Jovim, a EE de Ramalde e a EE da Captação da Ponte da Bateira; e os ativos operacionais de elevação no sistema de adução do abastecimento.

Estas certificações constituem o reconhecimento do forte compromisso da AdDP com a sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água, e permitem evidenciar, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas internacionais de gestão estão eficazmente implementadas na organização, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

Também em 2023, a AdDP venceu o Prémio de Segurança da *Security Magazine*, na categoria de Inovação, com o projeto “*SeeWater – 360 Virtual Reality & Drone Aerial Imaging – Uma nova forma de ver o risco*”.

Os Prémios de Segurança da *Security Magazine*, nas categorias de Inovação, Cibersegurança, Segurança corporativa e Segurança no trabalho, constituem uma forma pública de distinguir as organizações que, em cada ano, se tenham distinguido na implementação de projetos inovadores, melhores práticas, desenvolvimentos realizados em matéria de segurança em Portugal.

O projeto *SeeWater* foi concebido e desenvolvido inteiramente pela AdDP e consiste na adoção de novas tecnologias, como drones e câmaras 360, nas múltiplas vertentes da avaliação dos riscos da empresa, de segurança, ambiente, ativos, energia, *security*, segurança da água, emergências e acompanhamento de trabalhos especializados. O projeto foi ainda concebido para melhorar a produtividade e robustecer outras áreas como a formação, projetos, obras, seguros, compras e comunicação com as partes interessadas.

Após uma análise detalhada dos complexos regulamentos REACH (produção e colocação no mercado de produtos químicos) e BPR (produção e colocação no mercado de produtos biocidas), a AdDP encontrou uma forma inovadora de licenciar a produção de 30.000 kg/ano de ozono da ETA de Lever. Em parceria com a associação internacional EurO3zon, consórcio que abrange todos os fornecedores dos equipamentos de ozonização, obteve a *Letter of Access to Data* (LoA) para a ETA de Lever, garantindo assim o licenciamento para produção

de acordo com os regulamentos vigentes. Para este licenciamento, com zero emissões de carbono, uma vez que decorreu sem qualquer deslocação à instalação ou a entidades externas, a AdDP recorreu à integração nos tours interativos, realizados no âmbito do projeto *SeeWater*, de manuais de instruções e ampliação de detalhes, tais como características técnicas e outras. Esta opção de licenciamento, totalmente inovadora no setor em Portugal, e com um elevado potencial de replicação, permitiu evitar os elevados custos de licenciamento iniciais e futuros, bem como assegurar um licenciamento simplificado de futuros sistemas de ozonização a instalar na AdDP.

O investimento em tecnologias avançadas e soluções inovadoras permite aprimorar os processos internos da AdDP e contribuir para um futuro mais sustentável.

#### 4.1.7. AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Durante 2023, assegurou-se a coordenação da gestão de riscos e emergências, efetuando a investigação dos acidentes e quase acidentes e a realização dos simulacros previstos nas Medidas de Autoproteção aprovadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Neste contexto, realizaram-se 11 simulacros:

- 8 simulacros de incêndio e evacuação geral, nas instalações da AdDP que têm trabalhadores em permanência, com a participação dos trabalhadores, trabalhadores temporários, prestadores de serviços, fornecedores e visitantes;
- 3 simulacros de resgate em espaço confinado que visou testar a operacionalidade das medidas de autoproteção, criar rotinas e treinar os procedimentos e comunicações inerentes a este tipo de emergência, avaliar o desempenho da resposta e assegurar a participação ativa de todos os intervenientes.

Dada a criticidade que a segurança dos trabalhadores tem na organização, é prestada atenção especial à investigação de todos os acidentes e quase acidentes com ferimentos pessoais, danos materiais, danos de propriedade, fogos e danos no ambiente, ocorridos ou provocados por indivíduos com vínculo à empresa (trabalhadores, prestadores de serviços, estagiários, trabalhadores por conta própria, entre outros) no local, no tempo de trabalho ou no itinerário, bem como aos acidentes ocorridos ou provocados por quaisquer outros indivíduos desde que se verifiquem nas instalações da empresa. Nesta matéria, durante 2023, não ocorreu qualquer acidente grave ou mortal na empresa.

Na semana em que se celebrou o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, a AdDP refletiu sobre as práticas laborais, analisando não apenas o modo como se trabalha atualmente, mas também como se deveria trabalhar. Assemelhando o trabalhador a atletas de alta competição que zelam pelo cuidado do corpo, na AdDP reconhecemos a necessidade, no dia-a-dia, de cuidar da mente e aprender estratégias de recuperação física e psicológica. Neste contexto, a AdDP convidou o Professor Catedrático de Fisiologia da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, e especialista em melhoria da performance, José Soares, a falar sobre “O impacto do stress e da fadiga na performance e na saúde”. Com uma participação de 90 trabalhadores, a sessão revelou-se envolvente, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de adquirir conhecimentos e discutir estratégias para aprimorar não apenas o desempenho individual, mas também o rendimento das equipas da AdDP.

A AdDP, à semelhança de anos anteriores, voltou a dedicar à segurança dias exclusivos. *PLAY SAFE* foi a edição de 2023, onde 34 equipas competiram novamente pelo Prémio “Campeões da Segurança”. Este ano as equipas foram desafiadas a mostrar os seus conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual e coletiva, ergonomia, primeiros socorros e emergência, regras de segurança para tarefas com riscos especiais e entre outros. Para além de testar conhecimentos, aprender e fortalecer a cultura de segurança da AdDP, pretendeu-se que esta formação decorresse em ambiente de competição saudável.

Em 2023, a AdDP lançou a 3ª edição do Programa de *coaching* individual de ergonomia, o *Ergocoaching 3.0*. Este programa, iniciado já em 2019, tem tido um enorme sucesso e adesão. Com o objetivo de continuar a promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, fornecendo estratégias individuais para posturas e hábitos mais saudáveis e ergonómicos, que promovem a performance no trabalho, melhoramos a iniciativa oferecendo um apoio ainda mais abrangente. Esta edição engloba três áreas-chave, para que os trabalhadores possam desempenhar as suas funções de uma forma mais saudável e produtiva: a ergonomia, a fisioterapia e a nutrição.

O manuseamento de cargas pesadas, nomeadamente tampas metálicas e de betão, é um aspeto significativo a ter em consideração quanto pretendemos evitar Lesões Músculo-esqueléticas (LMERT). A adoção de posturas incorretas por parte dos trabalhadores, juntamente com o elevado peso a manobrar, podem contribuir para a ocorrência de lesões. Para diminuir a taxa de esforço e melhorar o posicionamento que os trabalhadores têm de adotar face à carga, a AdDP procurou conhecer, junto de outras entidades do setor europeias, que metodologias e equipamentos usariam para facilitar estas tarefas. Assim, foram fornecidos aos trabalhadores das equipas da Exploração, manipuladores magnéticos que facilitam o processo de abertura, deslocação e fecho de tampas de caixas de visita, reduzindo consideravelmente o esforço físico a exercer e os riscos de lesões dos trabalhadores nestas tarefas.

Com a adesão ao programa FEUP Prime, iniciativa que visa aproximar as empresas à universidade, foi possível à AdDP estabelecer um protocolo de cooperação e conhecimento com o Laboratório de Alta Tensão (LAT) do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e Computadores (DEEC) da Faculdade de Engenharia de Universidade do Porto (FEUP). Este protocolo veio permitir os ensaios dielétricos de equipamentos de proteção individual utilizados na empresa, nomeadamente de luvas dielétricas. Os ensaios consistem em aplicar tensão elétrica, com uma determinada classe de tensão, assegurando os requisitos mínimos de isolamento dos referidos equipamentos conforme norma IEC 60903:2014 - *Live working - Electrical insulating gloves*. Com esta parceria garantimos a integridade dos equipamentos testados, a segurança aos executantes dos trabalhos e reduzimos muito significativamente os custos com os ensaios.

A AdDP reconhece que o diálogo no local trabalho é uma componente crítica do desempenho do seu SG. Para reforçar a auscultação e o envolvimento dos trabalhadores, nas mais variadas matérias, existem os seguintes grupos focais:

- A Comissão de Ambiente e Segurança (CAS) que funciona como interface entre a Administração e os trabalhadores relativamente a temas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. Esta Comissão integra dois representantes de todos os trabalhadores, eleitos de acordo com a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e dois representantes da Administração (Técnicos Superiores de Segurança). A função da CAS é, através da emissão de recomendações, contribuir para a prevenção de riscos profissionais, acidentes de trabalho e doenças profissionais, para a promoção da saúde, das condições de trabalho e da formação dos trabalhadores, e para a melhoria da gestão ambiental. Durante 2023, a Comissão de Ambiente e Segurança da AdDP reuniu com uma frequência semestral. Este ano foi também marcado pelo término do mandato dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde, pelo que, foi promovido novo ato eleitoral, 100% digital, com o objetivo de fomentar uma maior participação e eliminar as emissões de CO2 inerentes às deslocações das secções de voto às várias instalações da empresa.
- A Equipa de Desempenho Social (EDS), cuja constituição tem uma representação paritária entre elementos da gestão e dos trabalhadores. De realçar que os representantes dos trabalhadores que integram a EDS foram nomeados pelos Sindicatos com representação na empresa. Esta equipa reúne semestralmente e as posições emanadas pelos membros desta equipa são consultivas e não vinculativas. Todavia, a empresa compromete-se a valorizá-las tendo em conta a sua importância para o desejável alinhamento entre as iniciativas da empresa e as necessidades e preocupações dos trabalhadores.
- O Grupo da Conciliação é uma equipa multidisciplinar e transversal, conhecedora da cultura da organização bem como do espectro de funções da mesma, do enquadramento pessoal e profissional dos trabalhadores. A equipa tem ainda um equilíbrio desejado entre sexo feminino e masculino, agregado familiar, e integra elementos da STE, da EXP, dos RHU, elementos de áreas de interface com fornecedores e de gestão de risco nos locais de trabalho. Este Grupo é coordenado pelo Representante da Administração para a Conciliação, reunindo semestralmente, e tem como funções, entre outras, implementar, acompanhar e assegurar o cumprimento de todos os requisitos da norma de Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Baseado no compromisso de fortalecimento dos laços entre os trabalhadores e na melhoria da comunicação interna, a AdDP e a SIMDOURO repensaram a filosofia e estrutura das suas *intranets*, visando torná-las mais acessíveis, mais relevantes e mais humanas.

Foi, assim desenvolvida, a *MyWater*, uma plataforma inovadora, que, mais do que uma simples ferramenta de comunicação, promete revolucionar a forma como os trabalhadores se ligam, interagem e compartilham informações, estando concebida para responder a quatro objetivos transversais:

- Simplificar: otimizar a experiência do utilizador, para aumentar a sua produtividade e motivação. Recorrendo a uma interface intuitiva, a *MyWater* proporciona acesso rápido a informações essenciais e a ferramentas de trabalho eficientes.
- Partilhar e alinhar objetivos: divulgar conteúdos relevantes, conhecimento entre áreas, partilhar resultados e celebrar conquistas, garantindo o alinhamento das equipas em torno dos objetivos organizacionais. Garantir que todos compreendem o propósito e a sua missão, e que, em períodos de mudança, a estratégia é comunicada a todos com a máxima transparência.
- Aproximar: ligar todos, estejam onde estiverem, via *desktop* e *mobile*. A versatilidade do funcionamento em *smartphone* é especialmente importante considerando que as equipas trabalham em instalações dispersas e executam funções muito diversas dentro da empresa.
- Fortalecer: promover a cultura da organização e os seus valores, aumentar a coesão e o sentimento de pertença.

A AdDP acredita que a plataforma *MyWater* irá fortalecer os laços entre as equipas, incentivar a troca de ideias e promover uma maior eficiência na comunicação, fortalecendo ainda mais o espírito colaborativo e inspirador que caracteriza a organização.

## 4.1.8. LABORATÓRIO

O Laboratório da Águas do Douro e Paiva, S.A. apresenta já 26 anos de existência, sendo as suas competências reconhecidas e acreditadas pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação, conforme o Anexo Técnico n.º L0487.

Em 2023 o Laboratório garantiu o controlo analítico da água captada, tratada e distribuída, através da realização de análises nas vertentes Físico-Química, Microbiologia, Biologia e Radiologia (*outsourcing*). Estas análises foram realizadas para os clientes internos do Processo de Controlo Operacional (PCO) e da Sustentabilidade Empresarial (PCQA, PMO e CCC), visando o cumprimento das obrigações legais estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e pela Associação Portuguesa do Ambiente (APA). Foram, também, realizadas análises para a SIMDOURO, abrangendo a matriz de efluentes tratados e torneiras do consumidor, nas áreas de Físico-Química e Microbiologia.

No decorrer de 2023 foram efetuadas 71.418 determinações, sendo 61.625 realizadas internamente e 9.793 em regime de *outsourcing*. Houve um aumento de 939 determinações em comparação com o ano anterior.

Destaca-se a implementação de uma ferramenta informática para gestão dos planos anuais de análises do Laboratório, o GOLAB, integrado com o sistema informático de gestão laboratorial – InLab-Lims. O GOLAB possibilitará a monitorização da atividade do Laboratório, o controlo orçamental e o acompanhamento da execução dos planos analíticos. A integração das duas ferramentas permitirá a utilização otimizada de ambas as plataformas, fortalecendo a eficiência operacional do laboratório.

No âmbito do protocolo de cooperação entre os Laboratórios da AdDP e da Águas do Norte, durante o ano a AdDP realizou para a AdNorte análises de Parasitologia, Fitoplâncton, Microbiologia, COD, COT e cor e a AdNorte realizou para a AdDP análises de Antimónio, Arsénio, Boro, Cádmio, Chumbo, Cobre, Crómio, Mercúrio, Níquel, Oxidabilidade, Potássio, Selénio e Sódio, totalizando 1.473 determinações.

Foram realizadas auditorias internas, com auditores externos, abrangendo todas as áreas de ensaio e requisitos de gestão. Foram igualmente realizadas auditorias externas para acompanhamento da acreditação pelo IPAC, seguindo o referencial normativo NP EN ISO/IEC 17025:2018, para parâmetros físico-químicos, microbiológicos, biológicos e gestão. De referir, também, a realização de uma auditoria externa de extensão a dois parâmetros.

A acreditação foi estendida para dois novos parâmetros: um parâmetro na área de Biologia, a pesquisa de microcistinas por ensaio imuno-enzimático – ELISA; o outro parâmetro na vertente da Microbiologia, o método de pesquisa de microrganismos cultiváveis a 30 °C.

Em contexto de cooperação com o meio universitário, foi desenvolvido um estágio por uma aluna que se encontra a concluir o seu doutoramento no Brasil. O trabalho baseou-se no acompanhamento do método interno de pesquisa e quantificação dos parasitas *Cryptosporidium* e *Giardia* e na sua comparação com a metodologia usada no Brasil.

Foi igualmente realizado um estágio curricular de uma aluna do Curso Técnico de Análises Laboratoriais, da Escola Superior de Saúde da Universidade Fernando Pessoa.

O Laboratório manteve sua colaboração no projeto científico FCT, *CleanWater*, da UCIBIO/REQUIMTE - Laboratório de Investigação Lab. Microbiologia, da Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto. O projeto visou avaliar o impacto do uso massivo de compostos de amónio quaternário-QAC na biodiversidade microbiana e na dispersão de bactérias/genes. Este projeto originou a publicação de dois artigos científicos submetidos ao *34<sup>th</sup> European Congress of Clinical Microbiology and Infectious Diseases (ECCMID)*

Em 2023 o Laboratório manteve a colaboração com a FEUP na colheita e disponibilização de amostras de água do rio Douro, a qual deu origem à publicação do artigo científico: “*Water disinfection by persulfate activation using a nitrogen-doped reduced graphene oxide – PVDF membrane*”

Para 2024 está previsto o início do projeto para pesquisa e quantificação de microplásticos por microscopia FT-IR e a conclusão da implementação da pesquisa de Colifagos somáticos por método imuno-enzimático. Em termos de acreditação, prevê-se a extensão ao método para pesquisa e quantificação de catiões Amónio, Sódio, Cálcio, Magnésio, Dureza Total (cálculo) e Dureza cálcica (cálculo), por cromatografia iónica; a extensão da acreditação das colheitas em águas naturais doces para as águas subterrâneas; e a extensão da acreditação das colheitas destinadas à análise dos parâmetros potássio, urânio, pesticidas individuais.

## 4.1.9. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No que respeita à Comunicação e Educação Ambiental, a AdDP concentrou as suas atividades de 2023 em duas áreas específicas:

- No que diz respeito à comunicação institucional, o principal propósito das atividades realizadas foi manter a imagem, reforçar a identidade e os valores da empresa, além de promover a sua presença na região junto dos *stakeholders*;
- No âmbito da educação ambiental, o objetivo principal das atividades foi sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento sustentável, incentivando a adoção de novos valores e atitudes que buscam solucionar problemas ambientais e sociais.

A estratégia de comunicação implementada foi concebida de modo a alcançar todo o seu público-alvo por meio de diversos canais de comunicação da empresa, incluindo o website, a intranet e as redes sociais. Além disso, houve uma participação efetiva em eventos promovidos pelos municípios, envolvendo campanhas de sensibilização dirigidas à população em geral e aos diferentes grupos etários escolares.

Durante o ano 2023, a AdDP também estabeleceu parcerias com entidades externas para complementar conhecimentos, agregar competências e, conseqüentemente, alcançar um público mais amplo.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações:

- Coordenação do evento “Água para o Futuro”, inserido no Company's Day, como parte do programa FEUP-PRIME, no qual a empresa é participante. A iniciativa, organizada pela AdDP, consistiu numa sessão de trabalho realizada no Grande Auditório da FEUP, com a presença de cerca de 400 participantes, para discutir os principais desafios do setor da água. Contou com a participação de especialistas de diversas áreas, que abordaram diferentes tópicos relacionados com o tema, tais como: “A água em tempos de mudança”, “O futuro Centro de Inovação e Conhecimento da Águas do Douro e Paiva”, “A expansão da Águas do Douro e Paiva para novos municípios” e “O nexus água-energia”;
- Preparação da cerimónia de inauguração da nova Captação do Abelhal no rio Douro para abastecimento do concelho de Baião, que foi presidida pelo Secretário de Estado do Ambiente, Hugo Polido Pires;
- Participação na campanha de sensibilização “Água é Vida, Não a Desperdice”, promovida pelo Grupo Águas de Portugal, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática;
- Integração do júri do concurso promovido pela Câmara Municipal de Felgueiras, no âmbito do PIAS – Projeto Inovador de Ambiente e Sustentabilidade;
- Prossecução do programa de voluntariado “Embaixadores da Água”, que apoia os colaboradores na realização de atividades de sensibilização em várias escolas, partilhando os seus conhecimentos, a sua experiência enquanto profissionais do setor do ambiente e outros temas relacionados com a proteção do ambiente em sala de aula;
- Realização de visitas técnicas às infraestruturas da AdDP direcionadas a diversos estabelecimentos de ensino secundário e superior, bem como a outras entidades, como é o caso do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto. Para além disso foram acolhidas visitas técnicas integradas no programa de seminários e conferências, das quais se destacam a do grupo de representantes da *Aqua Publica Europea* e da Águas de Gaia que participaram no seminário, “*The Value of Water (s): Strategies to Reduce Impact on Freshwater Resources*”, a do grupo de intervenientes do workshop “*European Benchmarking Co-operation*” da Águas e Energia do Porto, e a do grupo de participantes da conferência “*Novos Contributos para a História Industrial Portuguesa*”, do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, de Vila Nova de Famalicão;
- Participação na cerimónia de entrega dos prémios do Concurso de Vídeo “Não Fiques à Seca”, promovido pela Universidade Católica no Porto (UCP), em parceria com as empresas Águas do Douro e Paiva, SIMDOURO e Águas do Norte e no seminário “*Arquimedes: Os Desafios da Água*” que decorreu no Auditório Américo Amorim, da UCP;
- Realização de parceria do projeto “*Valboeiro- Oficina Fluvial*”, organizado pelo Grupo Etnográfico de Valbom e pelo Rancho Folclórico de Melres, para a promoção e preservação da arte da construção destas embarcações das comunidades ribeirinhas do Douro, e na criação de valor patrimonial e económico da região;

- Renovação de parcerias com associações e instituições relevantes para a atividade da empresa como é o caso da AdEPorto - Agência de Energia Porto, APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, APRH - Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, BCSD Portugal - *Business Council for Sustainable Development*, CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica, CVR - Centro para Valorização de Resíduos, ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, IAREN - Instituto da Água da Região Norte, IPQ - Instituto Português da Qualidade, IWA - *International Water Association*, RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal e Fundação de Serralves;
- Atribuição de donativos a instituições de solidariedade social para prossecução da sua missão de apoio à comunidade, como é o caso das associações: Ajudaris - Associação de Solidariedade Social, APPACDM do Porto - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Associação MIDAS- Movimento Internacional para a Defesa dos Animais, Migalha de Amor - Coração da Cidade, NOMEIODONADA - KASTELO, Fundação Portuguesa de Cardiologia - Delegação Norte, Liga Portuguesa Contra o Cancro e Bombeiros Voluntários de Valadares;
- Atribuição de donativo ao Clube Douro e Paiva para apoio ao desenvolvimento de projetos e atividades dirigidas aos colaboradores com o objetivo de promover o seu bem-estar e a sua saúde.
- Atribuição de donativo ao Projeto de Responsabilidade Social Interna relativo à concessão de Bolsas de Estudo 2023/2024, aos filhos dos colaboradores;
- Realização da semana “Colónias de Férias para os filhos dos colaboradores”, com idades entre os 6 e os 12 anos. Estas crianças tiveram oportunidade de explorar a sua criatividade e imaginação com o desenvolvimento de uma variedade de atividades, tais como: oficinas musicais, ateliers criativos, oficinas práticas de agricultura biológica, workshops de culinária saudável, experiências científicas divertidas, sessões de cinema, jogos e outras atividades recreativas;
- Apoio à área de Sistemas de Informação na divulgação da campanha de sensibilização associada ao “Mês Europeu da Cibersegurança”, sob o tema “Cibersegurança é uma responsabilidade partilhada”, que teve como objetivo principal promover as melhores práticas na utilização do ciberespaço, nomeadamente na adoção de comportamentos essenciais para garantir a segurança online e prevenir potenciais ameaças cibernéticas;
- Comemoração da época natalícia com a atribuição de um Cabaz de Natal a todos os colaboradores, bem como a atribuição de cartão-presente aos seus filhos.

Quanto à comunicação interna, foi assegurada a atualização contínua do portal “Somos Água, Somos AdDP”, fornecendo regularmente aos colaboradores notícias sobre as atividades da empresa, do setor e outros conteúdos relevantes.

No âmbito da comunicação externa, foram revitalizadas as contas oficiais nas redes sociais, proporcionando à AdDP uma plataforma para interagir com o público em geral. Esta estratégia de comunicação digital, centrada em transmitir a atividade da empresa, foi executada com uma mensagem clara e imagens originais, com o objetivo de incrementar o valor da água.

#### **4.1.10. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA ADDP**

O Grupo AdP, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui uma responsabilidade acrescida na área da inovação, da investigação e do desenvolvimento, relativamente aos temas associados ao seu *core business*. Nesse contexto, assume um duplo papel na colaboração com as instituições de investigação, traduzido no facto de ser simultaneamente fornecedor e cliente das sinergias que daí advêm, pois disponibiliza recursos e informação para o desenvolvimento da ciência e recebe novos conhecimentos e tecnologias para a melhoria da sua atividade.

Os desafios cada vez mais complexos, decorrentes não só das mudanças políticas, económicas, sociais e tecnológicas da sociedade atual, mas também da crescente exigência dos utilizadores, dão origem a estratégias de gestão cada vez mais assentes em soluções de inovação e eficiência de processos. Por forma a enfrentar estes desafios, o Grupo AdP adota um posicionamento de incentivo continuado, às suas participadas, para atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I), com processos e objetivos definidos de acordo com a sua estratégia empresarial. A AdDP tem-se norteado pelos diversos aspetos de I&D+I decorrentes dessa estratégia, o que, contudo, não pode deixar de se confrontar com as limitações financeiras a que a entidade gestora está sujeita, bem como todas as empresas do setor empresarial do estado.

Em 2023, continuou a dar-se particular atenção aos assuntos orientados para a inovação e para a investigação e desenvolvimento, nomeadamente apoiando projetos e medidas inovadores, bem como teses de mestrado e teses de doutoramento de alunos das instituições de ensino superior. Salienta-se o facto de a AdDP ser parceira do Programa FEUP Prime, da Faculdade de Engenharia da Universidade

do Porto (FEUP). Trata-se de um programa de adesão corporativa focado em oferecer valor real e vantagens competitivas para as empresas parceiras, estabelecendo uma conexão direta com as fontes de talento e conhecimento, que darão às empresas a capacidade de se manterem à frente e disponibilizarem importantes inovações para o mercado. A AdDP tornou-se parceira deste programa no final de 2020, o que permite que os seus processos explorem as vantagens disponibilizadas pelo referido programa corporativo (Feiras de Emprego FEUP, contacto privilegiado com estudantes, realização de um “*Company’s Day*” anualmente, com o apoio da FEUP, entre outras).

Nesse contexto, a 22 de setembro de 2023 teve lugar, no auditório da FEUP, o “*Company’s Day - 2023*” da AdDP e da SIMDOURO, sob o tema geral “A água para o futuro – Os desafios da água num mundo em mudança”. Os principais blocos do evento, em que participaram investigadores de entidades académicas, profissionais de empresas e colaboradores da AdDP e da SIMDOURO, foram os seguintes: i) Projetos, obras e gestão de infraestruturas num tempo de mudança climática; ii) O futuro Centro de Inovação e Conhecimento da AdDP; iii) Água e Energia num setor em mudança; iv) A cooperação pela água e o Grupo AdP; v) A expansão da AdDP a novos municípios e vi) Desafios à eficiência dos sistemas.

Ainda no âmbito do programa FEUP Prime, realizou-se uma palestra dedicada ao tema: “Dos Desafios às Oportunidades: Conceitos e Modelos de Negócio na Economia Circular”, proferida por uma docente da FEUP, que desenvolve investigação especializada nos assuntos relacionados com a Economia Circular. Considerando ser uma temática incontornável para a empresa, esta palestra foi aberta a todos os seus colaboradores.

Também em 2023, a AdDP deu continuidade ao processo de constituição de um Laboratório Colaborativo (CoLAB) do setor da água, em nome do Grupo AdP, na sequência da aprovação da candidatura que a AdDP tinha coordenado e submetido em dezembro de 2021, e da qual tinha depois feito, no 1º trimestre de 2022, a respetiva apresentação pública, defesa perante um júri internacional escolhido pela FCT e resposta aos esclarecimentos escritos pedidos pelo Júri. Desde a criação da Associação respetiva (outubro de 2022) e da primeira Assembleia Geral dessa Associação, em que se elegeram os respetivos órgãos associativos, o colaborador da AdDP que coordenou o processo de criação do CoLAB integra a respetiva Comissão Científica e tem desenvolvido as atividades necessárias, para continuidade do processo. Este não teve, contudo, maior avanço, devido a não ter ainda sido disponibilizada a componente de financiamento público de base, previsto no modelo dos CoLAB, por parte do Estado.

Em 2023 deu-se, ainda, continuidade ao trabalho de I&D protocolado com a FEUP, iniciado em 2022, tendo em vista o desenvolvimento de modelos para Gestão de Ativos em instalações de fornecimento de água. Neste enquadramento, é de relevar o facto de ter sido já concluída uma tese de doutoramento, orientada para esse tema, onde foram utilizados dados da AdDP, pelo respetivo autor, e que deu origem, além da própria tese de doutoramento, a cinco artigos científicos publicados em revistas internacionais da especialidade.

## 5. RISCO E CONTROLO

### 5.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL

A AdDP e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdDP se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno (CI) existente nas empresas, no decurso de 2023 foi dada continuidade à FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a organização e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

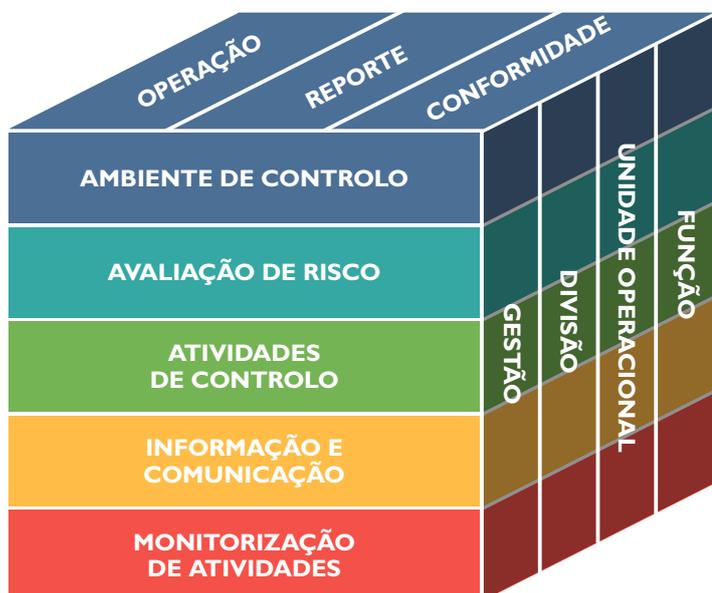


Figura 20 – Organização do Sistema de Controlo Interno

#### • Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

#### • Avaliação dos Riscos

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

## • Atividades de Controle

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controle do processo.

Atividades de controle são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controle são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controle. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controle alternativas.

## • Informação e comunicação

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controle da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controle devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

## • Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controle (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controle Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controle interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdDP sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AdDP, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com <i>Stakeholders</i>	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

Figura 21 – Modelo de Gestão do Risco Empresarial

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

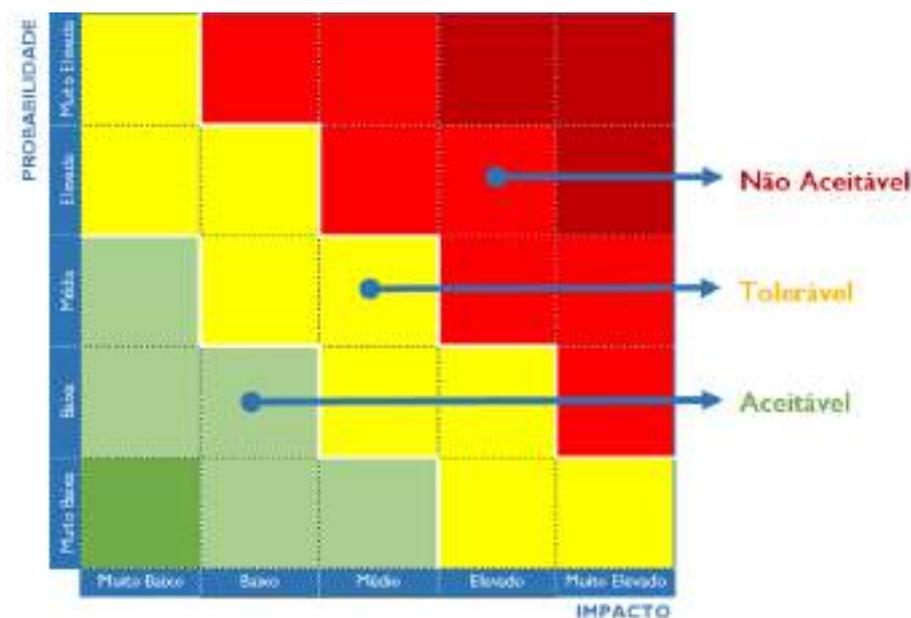


Figura 22 – Matriz de avaliação do risco

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdDP, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela AdDP e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo, o qual compreendeu a revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdDP se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- Adequação de Recursos Humanos;
- Atração e retenção de talento;
- Manutenção e reabilitação das Infraestruturas.

## **5.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

A informação relativa a Risco Financeiro pode ser consultada no ponto 11.2 Gestão do Risco Financeiro, do presente relatório, em Cumprimento das Orientações Legais.

## 6. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

### 6.1. ANTECEDENTES

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio (que agregou a antiga AdDP e três outras empresas do Grupo AdP), entrou igualmente em vigor o respetivo Contrato de Concessão que, na sua cláusula 19.<sup>a</sup>, define e regulamenta o conceito de desvios de recuperação de gastos (já em vigor na AdDP desde 2011), determinando a obrigatoriedade do seu registo anual nas contas da nova empresa.

Simultaneamente, a capitalização dos dividendos em dívida, caso aplicável, passa a ser efetuada tendo por base a rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, sem qualquer acréscimo.

Por via do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, procedeu-se à cisão da Águas do Norte, S.A. que dá origem à nova Águas do Douro e Paiva, S.A. e à nova SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., mantendo-se a Águas do Norte, S.A. com o remanescente dos direitos e obrigações não transferidos para as novas empresas.

Uma das implicações do registo nas contas dos desvios de recuperação de gastos é que o resultado líquido da empresa é sempre igual à remuneração acionista do respetivo ano, sendo que a variação do resultado de um ano para o seguinte resulta de variações no capital próprio a remunerar e de variações nas taxas de referência para remuneração dos capitais.

A análise da evolução do resultado operacional deixa, pois, de ser determinante para validar o desempenho da empresa, sendo importante analisar as rubricas de Balanço e da Demonstração dos resultados, referentes a Desvios de Recuperação de Gastos e a forma como evoluíram no decorrer dos exercícios.

### 6.2. RESULTADOS EM 2023

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação, financeira e patrimonial, alcançados pela AdDP no ano 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A AdDP concluiu o seu exercício económico de 2023 com um resultado líquido positivo de 1.430.864 euros, o que corresponde à remuneração acionista devida no exercício.

Deve também salientar-se o facto de, a partir de 2015, as empresas do Grupo AdP passarem a incluir nas suas contas a atividade da construção que, embora tenha impacto nulo nos resultados operacionais e do exercício, é apresentada nas rubricas de Rendimentos de construção de ativos concessionados e de Gastos de construção de ativos concessionados e pretende representar o serviço prestado ao concedente pela atividade de construção de que a sociedade é responsável.

Para uma mais fácil análise às contas vamos autonomizar os efeitos, quer dos desvios de recuperação de gastos quer do réditto da construção, conforme demonstrado na tabela seguinte.

**TABELA 4 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

<b>ADDP - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Atividade de construção</b>		
Rendimentos de construção de ativos concessionados	7.130.420	8.240.550
Gastos de construção de ativos concessionados	-7.130.420	-8.240.550
<b>Resultado da atividade de construção</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atividade de exploração</b>		
Rédito de contratos com clientes	37.807.512	35.503.255
Custo das vendas	-660.634	-521.134
Fornecimentos e serviços externos	-16.809.581	-7.894.939
Gastos com pessoal	-5.799.994	-5.184.406
Amortizações do exercício	-12.884.533	-10.702.576
Provisões e reversões do exercício	0	0
Perdas por imparidade e reversões	0	0
Subsídios ao investimento	3.375.254	3.242.440
Outros gastos e perdas operacionais	-742.403	-668.930
Outros rendimentos e ganhos operacionais	572.270	529.334
Resultados operacionais (antes de DRG)	4.857.893	14.303.044
Desvio de recuperação de gastos	-2.405.417	-13.303.963
<b>Resultados operacionais</b>	<b>2.452.476</b>	<b>999.081</b>
Gastos financeiros	-417.153	-639.411
Rendimentos financeiros	702.660	751.763
Ganhos/perdas em investimentos financeiros	0	0
<b>Resultados financeiros</b>	<b>285.507</b>	<b>112.352</b>
<b>Resultados antes de imposto (antes de DRG)</b>	<b>5.143.399</b>	<b>14.415.396</b>
<b>Resultados antes de imposto</b>	<b>2.737.983</b>	<b>1.111.433</b>
Imposto do exercício	-1.471.953	-3.792.954
Imposto diferido	195.479	155.579
<b>Resultado líquido do exercício operações (antes de DRG)</b>	<b>3.866.926</b>	<b>10.778.021</b>
Imposto diferido do DRGC	-30.645	3.708.510
<b>Resultado líquido do exercício operações</b>	<b>1.430.864</b>	<b>1.182.568</b>

(valores em euros)

## PROVEITOS E GANHOS

No exercício de 2023, os proveitos totais atingiram os 40.053 milhares de euros, mais 49,9% (13.331 milhares de euros) que os obtidos em 2022.

A variação verificada resulta, essencialmente, da variação do desvio de recuperação de gastos. O aumento nas vendas é responsabilidade, em partes mais ou menos iguais, do aumento da tarifa e do aumento dos caudais fornecidos, relativamente a 2022.

**TABELA 5 – PROVEITOS E GANHOS**

<b>PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Rédito de Contratos com Clientes	37.808	35.503	2.305
Desvio de Recuperação de Gastos	-2.405	-13.304	10.899
Subsídios ao Investimento	3.375	3.242	133
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	572	529	43
Rendimentos Financeiros	703	752	-49
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>40.053</b>	<b>26.722</b>	<b>13.331</b>

(valores em 1.000 Euros)

## GASTOS E PERDAS

O total de gastos e perdas de 2023 atingiu 37.314 milhares de euros, mais 45,70% (11.703 milhares de euros) que os suportados em 2022.

Nesta variação salienta-se o aumento verificado ao nível dos fornecimentos e serviços externos que, por via do aumento dos custos com energia, tem um aumento de cerca de 10.709 milhares de euros, o que mais que compensa a redução conseguida de 1.355 milhares de euros com a rubrica de conservação, tendo-se mantido o esforço no não incremento de todos os restantes fornecimentos e serviços externos.

De salientar, também, o aumento de 616 milhares de euros nos gastos com pessoal, fruto de enquadramentos negociados no âmbito Acordo Coletivo de Trabalho e da aplicação do novo regime de Comissão de Serviço, do aumento de 2.181 milhares de euros nas Amortizações, fruto da autorização do aumento do valor dos Investimentos da concessão e a redução de 222 milhares de euros nos gastos financeiros, consequência da redução significativa do endividamento da AdDP.

<b>GASTOS E PERDAS</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Custo das Merc. Vend. e Mat. Consumidas	661	521	140
Fornecimentos e Serviços Externos	16.810	7.895	8.915
Gastos com o Pessoal	5.800	5.184	616
Amortizações e Ajustamentos	12.884	10.703	2.181
Provisões e Reversões do Exercício	0	0	0
Perdas por Imparidade e Reversões	0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	742	669	73
Gastos Financeiros	417	639	-222
<b>Total dos Gastos e Perdas</b>	<b>37.314</b>	<b>25.611</b>	<b>11.703</b>

(valores em 1.000 Euros)

## 6.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

O Ativo Líquido da AdDP atingiu o montante de 191.622 milhares de euros, evidenciando uma diminuição de 723 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2022.

O investimento líquido diminuiu 16.801 milhares de euros, principalmente pela redução dos investimentos financeiros em 121.145 milhares de euros, pois foi atingido o vencimento das aplicações CEDIM e pelo efeito das amortizações do exercício (cerca de 13 milhões de euros), sendo apenas parcialmente compensado pelo Investimento entretanto realizado no exercício (cerca de 7 milhões de euros).

Não se verifica qualquer variação relevante nos ativos não correntes. Já a variação positiva de 16.304 milhares de euros verificada nos ativos correntes resulta, essencialmente, do aumento do saldo das Disponibilidades, em grande parte materializado em aplicações CEDIC.

Relativamente ao Capital Próprio, este aumenta 307 milhares de euros, essencialmente pelo efeito da variação do resultado do exercício.

Quanto ao Passivo, este não sofreu variações dignas de relevo, tendo o passivo não corrente diminuído 1.196 milhares de euros, e o passivo corrente aumentado 166 milhares de euros.

**TABELA 7 – DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

<b>BALANÇO</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Investimento Líquido	137.236	154.037	-16.801
Clientes e Outros Ativos Não Correntes	28.388	28.614	-226
Ativos Correntes	25.998	9.694	16.304
Total do Ativo	191.622	192.345	-723
Capital Próprio	31.332	31.025	307
Provisões	0	0	0
Passivos Não Correntes	146.059	147.255	-1.196
Passivos Correntes	14.231	14.065	166
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>191.622</b>	<b>192.345</b>	<b>-723</b>

(valores em 1.000 Euros)

## 6.4. SEGUROS

A carteira de seguros da AdDP cobriu um amplo conjunto de riscos, sendo o nível geral de security elevado e abrangendo, nomeadamente, no ramo real: multiriscos comerciais e industriais, perdas de exploração, responsabilidade civil de exploração, responsabilidade civil ambiental e frota automóvel; e no ramo vida, seguro de saúde, vida e acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

## 6.5. INVESTIMENTO

A construção do sistema de abastecimento de água da AdDP encontra-se praticamente concluída, sendo a cobertura do serviço em “alta” de praticamente 100% os municípios abastecidos.

Assim, a maioria do investimento previsto para os próximos anos refere-se a investimentos de reabilitação e substituição, melhoria de operacionalidade e aumento de fiabilidade do sistema.

Em 2023 a execução do Plano de Investimentos da AdDP continuou a ser bastante afetada pelo aumento geral da inflação, que condicionou vários concursos e adjudicações.

Fruto dos constrangimentos que se iniciaram em 2022, devido ao contexto geopolítico, como sejam dificuldades de obtenção de matérias ou a elevada inflação que se tem feito sentir, o valor do investimento em infraestruturas ficou aquém do previsto no plano de investimentos para 2023 e ascendeu a 7,13 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma:

	2023	2022	2021	2020
A. Terrenos	-1.650	18.836	63.903	1.971
B. Estudos e Projetos	179.476	184.049	201.401	130.359
C. Empreitadas/Fornecimentos	4.582.904	4.689.849	3.483.153	2.541.882
D. Fiscalização	49.725	61.471	91.000	70.653
E. Outros investimentos	1.512.716	2.656.535	531.568	317.150
F. Trabalhos própria empresa	807.249	629.810	510.135	558.035
<b>TOTAL</b>	<b>7.130.420</b>	<b>8.240.550</b>	<b>4.881.161</b>	<b>3.620.050</b>

(euros)

Para esta baixa execução orçamental contribuiu também o facto de ainda não ter sido aprovada a Revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que inclui uma revisão do plano de investimentos inicial e propõe novos investimentos a executar. Face aos desvios registados, prevê-se, para o próximo ano, a recuperação do Plano de Investimentos.

Em 2023 foram desenvolvidos projetos no âmbito do cumprimento do Contrato de Concessão, da reabilitação de infraestruturas e da otimização energética, sendo de destacar os seguintes:

- Pré-tratamento dos filtros da ETA de Lever
- Projeto de reabilitação das seguintes instalações da AdDP: ETA de Lever – Edifício de Exploração, Laboratório e Sala QE
- Reabilitação do Reservatório de Amarelhe e de Pousada
- Reabilitação dos reservatórios de Sete Casas e de Avelal
- Reservatório de Souto Redondo (Arouca)
- Reabilitação e Ampliação do Reservatório Souto Redondo (Feira)

De referir, também, os estudos elaborados no âmbito da integração no sistema da AdDP dos concelhos de Vale de Cambra, S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Vila Nova de Paiva.

Em 2023 foram concluídas duas empreitadas desenvolvidas no Município de Baião:

- A captação do Abelhal e respetivas infraestruturas, que vão permitir o abastecimento em quantidade e qualidade a Baião.
- Abastecimento a Valadares, que permitirá o abastecimento de água à Zona Nascente ao Município de Baião.

Ainda durante o ano 2023, foram iniciados três investimentos, no âmbito da digitalização, nomeadamente:

- Sistemas de Videovigilância - CCTV
- Sistemas de telegestão, telemetria e automação
- Modernização de equipamentos de comunicações informáticos e industriais
- Estes investimentos irão ainda decorrer durante o próximo ano.

No âmbito do Sistema de Informação Geográfica da AdDP, em 2023 teve início o processo de implantação do BIM - *Building Information Modelling*. Foram, assim, solicitados todos os projetos de execução e telas finais de obras, em modelo BIM, juntamente com os desenhos em AutoCAD. Foi também realizada formação aos colaboradores.

Em 2024 este procedimento terá continuidade. Pretende-se criar um template BIM para enviar aos projetistas e empreiteiros e elaboração de um caderno de encargos pormenorizados que garanta que todos os modelos desenvolvidos na empresa sejam idênticos e tenham o mesmo grau de pormenor.

De forma a não criar disparidades entre infraestruturas novas e existentes, vai ser realizado um modelo BIM das infraestruturas já em exploração, usando como base uma nuvem de pontos criada por um equipamento laser a adquirir pela empresa.

## **6.6. GESTÃO DE ATIVOS**

A Gestão de Ativos, na AdDP, constitui uma abordagem de apoio à tomada das melhores decisões, através de um conjunto de procedimentos que permitem gerir o desempenho dos seus ativos, minimizando o custo total de cada um ao longo do seu ciclo de vida, com um nível de risco aceitável e mantendo o nível de serviço desejado pelos clientes,

Durante o ano 2023, realizaram-se diversas atividades nas áreas das inspeções e monitorizações, no desenvolvimento de projetos, na análise do risco de falha de captações e elevatórias da empresa e atividades diversas de apoio a outras áreas da empresa, entre outros.

Importa salientar:

- cumprimento do plano de Inspeções.
- alteração dos planos de Inspeção com a inclusão de todas as infraestruturas onde se prevê investimentos
- atualização da folha Modelo de Inspeção de forma a refletir a real situação da Infraestruturas, que sirva de sustentação á necessidade de intervenção
- incorporação dos investimentos resultantes das Inspeções no Plano de Investimentos Geral.

## 7. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Relativamente ao desvio de recuperação de gastos (DRG) de 2023, a Águas do Douro e Paiva, S.A. não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Até à presente data não recebemos o projeto de decisão da ERSAR sobre o de DRG 2023.

## 8. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano 2024 será certamente importante na vida da AdDP, tendo como um dos principais objetivos a aprovação pelo Concedente e do Regulador da revisão de Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que integra o alargamento do âmbito territorial do sistema multimunicipal de abastecimento de água.

Assim, a AdDP fez a sua proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2024 contendo objetivos e metas para a continuidade da atividade atual, mas também incluindo já alguns investimentos a executar no caso da aprovação do alargamento da sua atividade.

Tal como nos anos anteriores, a AdDP orientará o seu foco e a sua estratégia de atuação para a concretização dos objetivos e das metas estabelecidos no PAO.

Genericamente, pretende-se dar continuidade ao cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, em alinhamento com as ambições de sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, dando resposta à garantia da prossecução das políticas setoriais e consolidando a AdDP como uma empresa de referência no setor do ambiente.

A tarifa a aplicar pela AdDP em 2024 será a constante da revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, 0,3794 €/m<sup>3</sup>, e que corresponde à tarifa aplicada no ano de 2023 atualizada da inflação prevista.

A AdDP prevê fornecer um volume de 104 milhões de m<sup>3</sup> de água, em 2024 aos atuais municípios clientes.

Considerando que os gastos continuarão a ser bastante afetados pelo aumento geral da inflação, e, em particular, pelo aumento de preços no mercado mundial de energia, na sequência da crise geopolítica que resultou do conflito armado na Ucrânia, a AdDP terá de envidar todos os esforços na contenção de gastos operacionais e financeiros, de forma a equilibrar o seu rácio de eficiência operacional (peso dos gastos no volume de negócios).

Para 2024 está previsto um investimento total de cerca de 17 milhões de euros, sendo de destacar: a execução das 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> fases da instalação dos equipamentos solar fotovoltaicos, com um investimento global previsto de 4,8 milhões de euros; a conclusão da empreitada de Abastecimento a Fajões (Oliveira de Azeméis), a ampliação do reservatório de Souto Redondo e a substituição de equipamentos na EE de Lever Jusante.

A AdDP irá manter os compromissos assumidos na política empresarial nas várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente através da renovação da certificação do Sistema de Gestão nas normas de qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social, energia, ativos e conciliação.

A AdDP continuará, ainda, a exercer a atividade de oferta de rede e serviço de comunicações eletrónicas, que permite o acesso a serviços de comunicações, nomeadamente internet de grande capacidade.

Sempre tendo como principal preocupação a satisfação dos seus Clientes, a AdDP manterá o empenho na prestação de um serviço eficaz e eficiente, disponibilizando um produto de qualidade a uma tarifa socialmente aceitável e garantindo a satisfação dos seus Clientes.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem de mais um ano de atividade da AdDP, importa salientar que os principais objetivos da empresa foram cumpridos.

Durante 2023 a AdDP distribuiu 102,9 milhões de metros cúbicos de água, aos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra, Valongo e Vila Nova de Gaia. Este valor representou um crescimento de 3,7% face ao ano anterior. A retoma económica, o turismo e a seca (redução captações próprias / poços de particulares) serão os principais fatores a ter em conta para este crescimento.

Relativamente ao investimento nas infraestruturas do sistema de abastecimento de água, destacam-se os investimentos realizados em Baião, com a conclusão da construção da captação do Abelhal, que servirá de reforço à atual captação na ETA de Pousada-Gôve e conclusão da execução do abastecimento a Valadares, que permitirá o abastecimento de água à Zona Nascente ao Município de Baião. Ainda durante o ano 2023, foram iniciados três grandes investimentos, no âmbito da digitalização: novos sistemas de videovigilância – CCTV, atualização dos sistemas de telegestão, telemetria e automação e modernização de equipamentos de comunicações informáticos e industriais.

A gestão rigorosa dos gastos operacionais permitiu, uma vez mais, registar nas contas da AdDP um Desvio de Recuperação de Gastos bruto (DRG) superavitário de 2,4 milhões de euros, o que levou ao aumento do DRG bruto acumulado em balanço, de natureza superavitária, que, no final de 2023, atinge um valor de 65,6 milhões de euros.

Mais uma vez foi possível concluir o ano com um rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios inferior ao previsto no PAO 2023.

Em 2023, com o cumprimento do serviço da dívida ao BEI, foi possível reduzir o endividamento da empresa em 1,4 milhões de euros para 16 milhões de euros, igualando o mesmo às disponibilidades financeiras, o se traduziu num em endividamento líquido nulo.

Na perspetiva social, a empresa tem dado ênfase à motivação e estabilidade dos seus colaboradores, à qualidade da prestação de serviços e à sua atuação como instrumento de desenvolvimento da região em que se insere, nomeadamente, através da promoção dos conceitos de proteção e valorização do ambiente junto da comunidade.

Consciente da importância do seu papel, a AdDP continuará a pautar a sua atividade pelos mais elevados níveis de desempenho, procurando contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região em que se insere, contando com o envolvimento de todos os Colaboradores e o apoio de Acionistas, Clientes, Regulador, Fornecedores e Comunidade Envolvente.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art. 30º dos Estatutos da Sociedade constantes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e ouvido o acionista maioritário, propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 1.430.863,98 euros tenha a seguinte aplicação:

- 71.543,20 euros para reserva legal;
- 1.359.320,78 euros para distribuição de dividendos aos Acionistas.

Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal.

# 11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS (ANEXO I)

Em conformidade com o estipulado nas “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023” (Ofício n.º SAI\_DGTF/2024/271, de 6 de fevereiro de 2024), emanado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a Águas do Douro e Paiva, S.A. procede à divulgação do cumprimento das orientações legais.

**TABELA 9 – LISTA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS CONFORME APÊNDICE 2  
EPNF - EMPRESAS PÚBLICAS NÃO FINANCEIRAS**

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2023	CUMPRIMENTO S / N / N.A.	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO/ REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Objetivos de Gestão	S		ver ponto 11.1 a)
Metas a atingir constantes no PAO 2023			
Nível de endividamento	S	PAO 2023 40 M€ Real 2023 16 M€	ver ponto 11.1 b)
EBITDA	S	PAO 2023 -0,7 M€ Real 2023 14 M€	ver ponto 11.1 b)
Investimento	S	PAO 2023 18 M€ Real 2023 7 M€	ver ponto 11.1 c)
Gestão do Risco Financeiro	S		2,97% ver ponto 11.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S		-3.4% ver ponto 11.3
Evolução do PMP a fornecedores	S		-1 dia ver ponto 11.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	S	255.107 €	ver ponto 11.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.		ver ponto 11.5
Reservas emitidas na última CLC	N.A.		ver ponto 11.6
Remunerações			ver ponto 11.7
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	9.700,27 €	
Fiscalização (CF) - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	2.131,51 €	
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			ver ponto 11.8
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 art.º16º RJSPE e art.º11.º EGP			ver ponto 11.9
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014		<a href="https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes">https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes</a>	ver ponto 11,10
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	<a href="https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos">https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos</a>	ver ponto 11,12
Contratação Pública			ver ponto 11,13
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		não foi submetido nenhum contrato a visto prévio
Adesão ao Serviço Nacional de Compras Públicas	S		ver ponto 11,14
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-1 p.p (ano de referência 2019)	ver ponto 11,15
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			ver ponto 11,17
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99.7%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	51.443 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		ver ponto 11,18
Elaboração Plano para a Igualdade conforme artº 7.º Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		ver ponto 11,11
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		ver ponto 11,19

# 11.1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE E PORTARIA N.º 317-A/2021, DE 23 DE DEZEMBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

## a) Objetivos de Gestão

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AdDP, são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade AdDP eleito, em 2023, para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, seria em 2023 o exposto na tabela seguinte.

Tendo em conta as ponderações definidas e escala definida para a avaliação dos gestores, a avaliação global do desempenho em 2023 atingiria o valor de 3 (Superado).

**TABELA 10 – OBJETIVOS E INDICADORES DE GESTÃO**

INDICADORES	CÁLCULO	MODO DE AVALIAÇÃO	PESO	VALOR ATINGIDO	AValiação <sup>(A)</sup>
<b>Objetivos Estratégicos (alinea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)</b>					
1. Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação ( $\Delta$ ) face ao PAO proposto	3. $\Delta PRC < -0,10pp$ 2. $-0,10pp \leq \Delta PRC \leq +0,10pp$ 1. $\Delta PRC > +0,10pp$	20%	-0.102	3
2. Respeito Prazos Pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-1.2. Nr dias n = Nr dias n-1.1. Nr dias n > Nr dias n-1	10%	-10	3
3. Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	15%	100.0%	3
<b>Objetivos Setoriais (alinea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)</b>					
4. Qualidade da Água Fornecida	AA04ab – Água segura (%)	3. $AQA \geq 99\%$ 2. $97\% \leq AQA < 99\%$ 1. $AQA < 97\%$	20%	100.0%	3
5. Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3. Nº Ações executadas face ao previsto $\geq 90\%$ 2. $80\% \leq \text{Nº Ações executadas face ao previsto} < 90\%$ 1. Nº Ações executadas face ao previsto $< 80\%$	10%	94.5%	3
<b>Objetivos específicos do Gestor (alinea c) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)<sup>(b)</sup></b>					
6. Limitar a água não faturada (ERSAR)	Água não faturada (indicador ERSAR)	3. Água não faturada $\leq 5\%$ 2. $5\% < \text{Água não faturada} \leq 7,5\%$ 1. Água não faturada $> 7,5\%$	25%	2.5%	3

<sup>(a)</sup> Modo de avaliação: Não atingido=1; Atingido=2; Superado=3

<sup>(b)</sup> O objetivo específico do Gestor coincide para os 3 Gestores Executivos da AdDP.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

**TABELA 11 – EXECUÇÃO DO PAO**

<b>INDICADORES</b>	<b>PAO 2023<sup>6</sup></b>	<b>EXECUTADO 2023</b>	<b>DESVIO</b>	<b>OBSERVAÇÕES / MEDIDAS</b>
Resultado Líquido	1.240.269€	1.430.864€	190.595€	O desvio resulta da alteração da taxa de remuneração acionista (OT a 10 anos)
EBITDA	-676.148€	14.367.171€	15.043.319€	Em PAO valor de FSE era de 31,6 milhões de euros mas foi executado apenas 16,8 milhões de euros, pois gastos com fornecimento de energia foram menores que o previsto.
Resultado Operacional <sup>1</sup> (EBIT)	-10.530.840€	4.857.893€	15.388.733€	
Volume de Negócios <sup>2</sup>	37.884.282€	37.807.512€	-76.769€	
Endividamento <sup>4</sup>	33.972.708€	15.972.708€	-18.000.000€	Redução do endividamento previsto na sequência de menores gastos com FSE e realização de menos investimento.
Dívida Líquida Financeira <sup>3</sup> /EBITDA	4878,3%	-0,4%		
Disponibilidades <sup>5</sup>	988.052€	16.024.187€	15.036.136€	Menores gastos e menos investimento que o previsto.

<sup>1</sup> Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

<sup>2</sup> Considera apenas o rédito de contratos com clientes.

<sup>3</sup> Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

<sup>4</sup> Passivo remunerado sem acréscimo de juros

<sup>5</sup> Caixa conforme Balanço

<sup>6</sup> Valores calculados de acordo com valores de FSE e Gastos com pessoal do PAO 2023 aprovados por Despacho nº 347/2023 - SET

## c) Execução de Plano de investimentos (PAO)

TABELA 12 – INVESTIMENTO EXECUTADO EM 2023

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO	PAO 2023	EXECUTADO 2023		DESVIO	OBSERVAÇÕES
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)		
<b>Investimento relativo às fichas acompanhamento RET</b>					
AA056 E1 Solar fotovoltaico - Fase I	1.650	0		-1.650	Concurso internacional lançado apenas após aprovação do inv. em nov.2022. Decorre a fase de projeto de execução.
AA041 E1 Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva	1.500	0		-1.500	Adiado na sequência de reduzir inv. e endividamento em 2023
AA024 E8 Reabilitação e Ampliação RR Souto Redondo	1.050	0		-1.050	Concurso lançado após aprovação do investimento, em dez22
AA023 E4 Duplicação Lagoa-Seixo Alvo, Ampli. EE Lagoa e Reab RR Lagoa	500	0		-500	Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA058 E1 Abastecimento de água a Fajões	750	459	459	-291	Desvio devido a falha na entrega de equipamentos
<b>Outros investimentos</b>					
AA020 E1 Reabilitação da Cobertura do CoCoDAFF	350	0		-350	Aguarda-se a alteração dos CE de projecto desde julho de 2023
AA015 E1 Abastecimento de Água a Baião - Zona Nascente	397	498	498	101	Execução 2022 foi menor devido a dificuldades na aquisição de materiais.
AA016 E1 Beneficiação da captação da ETA do Ferreira	260	0		-260	Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA024 E2 Reabilitação do Reservatório de Jovim	1.000	0		-1.000	Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA024 E4 Reab RR Milheiros Poiares e S Vicente Louredo - I e 2 fase	100	0		-100	Adiada por não ser urgente para reduzir inv. do ano
AA044 E1 Plano de Ações GAE	120	0		-120	Adiada por não ser urgente para reduzir inv. do ano
AA014 E2 Nova Adutora Ramalde - Pedrouços. Reabilitação Fase 2	0	20	20	20	Revisão de preços da empreitada já concluída.
AA014 E3 Nova Adutora Ramalde - Pedrouços. Reabilitação Fase 3	760	0		-760	Adiada na sequência do desvio na conclusão da fase 2.
AA022 E1 Nova captação de abastecimento a Baião	200	861	861	661	Execução 2022 foi menor devido a dificuldades na aquisição de materiais.
AA023 E2 Reab cxs visita Conduta Lever Jovim Ramalde Nova Sintra	200	0		-200	Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA063 E1 Substituição da conduta S. Vicente Louredo - Abelheira	788	369	369	-419	Atraso no início da empreitada em 2022, devido a problemas na encomenda da tubagem
AA032 E1 Reforço/melhoria de taludes	0	67	67	67	Concurso inicial ficou deserto
AA059 E1 Beneficiação dos grupos de bombagem	50	0		-50	
AA009 E4 Aquisição grupo eletrobomba captação da Ponte da Bateira	350	342	342	-8	
AA022 E2 Reforço da Capacidade da ETA de Pousada	415	0		-415	Atrasos na execução projecto. Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA023 E5 Adutora Ruival / Paredes - Alternativa PE de Cête	75	0		-75	Aguarda-se aprovação da revisão do EVEF
AA045 E1 Otimização funcionamento estações elevatórias sistema AdDP	166	0	0	-166	Não é prioritário. A ser realizado parcialmente pela exploração em função da atividade das estações elevatórias.
AA049 E1 Instalação de aerogeradores - Projeto Eólico	500	0		-500	Foi necessário executar projeto piloto de medições de vento.

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO	PAO 2023	EXECUTADO 2023		DESVIO	OBSERVAÇÕES	
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO			
			AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)			
AA052 E2 Proteção catódica 13 filtros 2ª fase Pré-Tratamento ETA Lever	325	5	5	-320	Optou-se por instalar um piloto antes de avançar com a empreitada. Será necessária aprovação do novo investimento.	
AA063 E2 Beneficiações 2 troços no Vale do Sousa	125	0	0	-125	Adiada por não ser urgente para reduzir inv. do ano	
AA064 E1 Reabilitações diversas na ETA de Lever (cc)	100	0	0	-100	inv. Incluídos na linha inv. Substituição	
AA056 E4 Software gestão energia e substituição de analisadores	37	0	0	-37	Verificou-se não ser necessário.	
DIG 01 Modernização Redes de Telecomunicações - Industriais	0		0			
DIG 02 Modernização Equip. Comunicações Infraestruturas - Industriais	0	750	750		execução agregada de fornecimentos previstos em separado (ver abaixo)	
DIG 04 Alteração da sala de comando ETA de Lever	150		0	-150	Concurso nacional, lançado em 11/2023, após aprovação do investimento.	
DIG 5 Novas inst com sistema de telegestão e telemetria	125	64	64	-61		
DIG 6 Novos caudalímetros de faturação, controlo perdas e efic energética	70	99	99	29		
AA007 E8 Remodelação dos WC e pinturas da sede	49	0	0	-49	2 concursos desertos em 2023	
AA045 E2 Reforço da capacidade da EE de Santa Eulália	22	30	30	8		
AA068 E2 Instalação AC EE da Lixa e EE de Santa Eulália	0	2	2	2	antecipação da obra por necessidade da exploração	
AA064 E2 Nova Sist Alarme Detecção Incêndio na ETA de Lever	25	0	0	-25	Reclamação em período de audiência prévia	
AA024 E4.2 Substituição de equipamentos na EE de Lever Jusante	250	0	0	-250	Concurso foi lançado em outubro de 2023	
AA056 E5 Fornecimento de Painéis Solares Jovim, ETA Pousada, ETA Ferreira	0	71	71	71	antecipação de parte do investimento em solar fotovoltaico	
Equipamentos de suporte à operação de Sistemas Industriais	325	20	20	-305		
Sistemas de Telegestão	90	60	60	-30		
Mobilidade e Teletrabalho	25		0	-25		
Sistemas de CCTV	475	476	476	1		
Aquisição de Material Informático	60	49	49	-11		
Cibersegurança, continuidade do negócio e proteção de dados	170	91	91	-79		
Desenvolvimento de Aplicações e Licenças de Software	222	117	117	-105		
Implementação de sistemas de Gestão e Análítica de Caudais	35	35	35	0		
Gestão de Informação - Sistemas de Inteligência de Negócio (BI)	40	40	40	0		
Integração Sistemas-Datawarehouse, IA análise informação	40	42	42	2		
Modernização Redes de Telecomunicações - Industriais	160	0	0	-160	Valor de execução na linha DIG 02 Modernização Equipamentos Comunicações Infraestruturas - Industriais	
Modernização Equipamentos Comunicações Infraestruturas - Industriais	140	0	0	-140	Valor de execução na linha DIG 02 Modernização Equipamentos Comunicações Infraestruturas - Industriais	
Renovação tecnologia telegestão e telemetria em Instalações da AdDP	350	0	0	-350	Valor de execução na linha DIG 02 Modernização Equipamentos Comunicações Infraestruturas - Industriais	
Investimentos de substituição (várias adjudicações)	900	1.201	1.201	301		
Estudos e projetos (várias adjudicações)	460	179	179	-281	atrasos na entrega de alguns projetos	
Terrenos	410	-2	-2	-412	em linha com o desvio das empreitadas	
Fiscalizações (várias adjudicações)	384	50	50	-334	em linha com o desvio das empreitadas	
Assessorias / outros investimentos	1.567	1.137	1.137	-430		
<b>TOTAL INVESTIMENTO (milhares euros)</b>	<b>18.311</b>	<b>7.130</b>	<b>7.130</b>	<b>-11.931</b>		

A Águas do Douro e Paiva executou cerca de 39% do investimento orçamentado para o ano no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2023. A baixa execução do orçamento de investimento deve-se, em parte, ao facto de a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira ainda não ter obtido aprovação e também aos constrangimentos à contratação de empreitadas com vários concursos públicos a ficarem desertos em 2022. Por outro lado, de forma a manter controlado o nível de endividamento, num ano em que se registaram gastos muito elevados com a aquisição de energia elétrica, algumas empreitadas menos urgentes foram adiadas para os anos seguintes. Na tabela seguinte discriminam-se as execuções de investimento em 2023 e apresentam-se justificações sumárias para os desvios face ao PAO 2023.

d) **Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.**

Não aplicável.

e) **Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.**

Não aplicável.

## 11.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da AdDP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

A exposição do risco cambial é reduzida sendo a quase totalidade das operações em euros.

### 11.2.1. RISCO DE MERCADO

#### 11.2.1.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdDP advém da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdDP ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdDP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro real média incorrida em 2023 foi de 2,97% (2,45% em 2022).

**TABELA 13 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO**

	31.12.2023	TX MÉDIA + 1 P.P.	TX MÉDIA - 1 P.P.
Juros (gastos)	541.529	723.862	359.196

O impacto de uma eventual variação de 1 ponto percentual, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, terá uma variação de 33,67%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

### 11.2.1.2 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio na AdDP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdDP.

À data de 31 de dezembro de 2023 não existem saldos em moeda diversa do euro.

### 11.1.2.3 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais na AdDP em energia e combustíveis, representaram aproximadamente 82% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo, através da AdP Serviços, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

## 11.2.2. RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica do negócio subjacente, a tesouraria da AdDP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A AdDP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdDP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

**TABELA 14 – RESPONSABILIDADES DA ADPP POR INTERVALOS DE MATURIDADE RESIDUAL CONTRATUAL**

<b>PASSIVOS</b>	<b>&lt; 1 ANO</b>	<b>1 A 5 ANOS</b>	<b>&gt; 5 ANOS</b>
Empréstimos	1.368.065	6.291.624	8.332.152
Fornecedores	3.588.227	0	736.824
Outros passivos correntes	9.215.300	0	0
	<b>14.171.591</b>	<b>6.291.624</b>	<b>9.068.976</b>

Além dos financiamentos BEI, a AdDP utilizou também, parcialmente, uma linha de suprimentos da AdP-SGPS de renovação bienal no valor de 45 milhões de euros e, também, parcialmente, uma outra linha, igualmente da AdP-SGPS, de apoio à tesouraria, no valor de 5 milhões de euros.

Não se preveem dificuldades para a liquidação dos financiamentos de curto prazo devido ao nível de cash-flow gerado pela empresa e ao facto de ser expectável a renovação das linhas de suprimentos e apoio à tesouraria disponibilizadas pela AdP-SGPS, que ascendem a 50 milhões de euros, e que se encontram totalmente disponíveis.

O objetivo da AdDP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdDP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

Além dos financiamentos BEI, a AdDP utilizou também, parcialmente, uma linha de suprimentos da AdP-SGPS de renovação bienal no valor de 45 milhões de euros e, também, parcialmente, uma outra linha, igualmente da AdP-SGPS, de apoio à tesouraria, no valor de 5 milhões de euros.

Não se preveem dificuldades para a liquidação dos financiamentos de curto prazo devido ao nível de cash-flow gerado pela empresa e ao facto de ser expectável a renovação das linhas de suprimentos e apoio à tesouraria disponibilizadas pela AdP-SGPS, que ascendem a 50 milhões de euros, e que se encontram totalmente disponíveis.

O objetivo da AdDP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdDP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

**TABELA 15 – DÍVIDA / CAPITAL**

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Empréstimos não correntes	14.623.776	15.972.708
Empréstimos correntes	1.368.065	1.302.239
Disponibilidades	16.024.187	2.934.180
<b>Dívida</b>	<b>-32.347</b>	<b>14.340.767</b>
Subsídios ao investimento	40.922.983	43.879.990
Total do capital próprio	31.332.342	31.024.918
Capital	72.255.325	74.904.908
<b>Dívida / Capital</b>	<b>0%</b>	<b>19%</b>

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros. Para este efeito deve ser tratado como capital próprio e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Douro e Paiva assenta tipicamente em três tipos:

- Financiamento bancário remunerado, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI,
- Financiamento pela casa mãe a título de suprimentos e apoio à tesouraria,
- Capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

### **11.2.3. RISCO DE CRÉDITO**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Douro e Paiva. A AdDP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

#### **11.2.3.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO**

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). De facto, do montante de faturação a clientes de 52,1 milhões de euros, a 31,12.2023, o único valor que se encontra vencido é residual e correspondente a juros de mora.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente, neste pressuposto a empresa entende não ser necessário registar nas contas qualquer ajustamento de risco de crédito.

**TABELA 16 – DÍVIDA DE CLIENTES**

	<b>TOTAL VENCIDO</b>	<b>NÃO VENCIDO</b>	<b>ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TIPO</b>	<b>RISCO</b>
AdRA	0	0	90.278	90.278	EG	Baixo
AdNorte	0	176.979	130.976	307.955	EG	Baixo
Epal	0	0	0	0	EG	Baixo
Município de Lousada	0	145.805	48.347	194.152	Mun.	Baixo
SMEAS da Maia	0	0	244.395	244.395	Mun.	Baixo
Águas de Gaia, EM, SA	2.205	1.610.355	575.509	2.188.068	Mun.	Baixo
Município de Felgueiras	0	0	87.347	87.347	Mun.	Baixo
Município de Espinho	0	0	69.387	69.387	Mun.	Baixo
Município de Vale de Cambra	0	0	2.867	2.867	Mun.	Baixo
CMPEA do Porto	0	908.488	652.110	1.560.598	Mun.	Baixo
Município de Castelo de Paiva	0	0	59.376	59.376	Mun.	Baixo
Águas de São João, EM, SA	0	29.174	21.771	50.945	Mun.	Baixo
Penafiel Verde, EM	0	519	0	519	Mun.	Baixo
SMAS de Paredes, SA	0	108.136	71.431	179.566	Mun.	Baixo
Indáqua Feira	0	0	160.775	160.775	Out.	Médio
Águas de Valongo, SA	0	407.387	148.568	555.955	Out.	Médio
Águas de Paços de Ferreira	0	95.690	71.296	166.985	Out.	Médio
Indáqua Matosinhos	0	473.729	352.371	826.101	Out.	Médio
Águas de Gondomar, SA	0	0	256.007	256.007	Out.	Médio
Indáqua Oliveira de Azeméis	0	98.446	73.590	172.036	Out.	Médio
<b>TOTAL</b>	<b>2.205</b>	<b>4.054.707</b>	<b>3.116.400</b>	<b>7.173.312</b>		

E.G. - Empresas do grupo AdP

Mun. - Municípios

Out. - Outros clientes

### 11.2.3.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Douro e Paiva ao risco de crédito, não incluindo os saldos de clientes e outros devedores, a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

**TABELA 17 – RATING DOS DEPÓSITOS**

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à ordem	3.462.346	931.669
Depósitos a prazo - CEDIC	12.559.341	2.000.011
Aplicações financeiras - CEDIM	0	12.146.656
Aplicações financeiras - Fundo de Compensação do Trabalho	14.558	12.645
	16.036.245	15.090.982

RATING	31.12.2023	31.12.2022
A2	0	0
A3	0	0
A-	15.974.477	1.169
Baa1	0	0
Baa2	0	267
BBB+	42.161	15.008.685
BBB	1.962	67.687
Ba3	3.087	0
BB	0	528
sem rating conhecido	14.558	12.645
	16.036.245	15.090.982

Nota: Notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras.

<sup>(9)</sup> Em 31 de dezembro de 2023 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 3.410.902,66 euros (862.017,91 euros em 31 de dezembro de 2022).

### 11.2.4. RISCO DE EXPLORAÇÃO

#### 11.2.4.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A Águas do Douro e Paiva está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

#### 11.2.4.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Na tabela seguinte estão indicados os encargos financeiros suportados pela AdDP nos últimos 5 anos, bem como a taxa média de financiamento.

**TABELA 18 – ENCARGOS FINANCEIROS DA ADDP 2019-2023**

<b>ANOS</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Encargos Financeiros (€)	541.529,00	674.198,30	863.115,85	1.024.727,31	1.279.935,89
Taxa Média de Financiamento (%)	2,97%	2,45%	2,24%	2,14%	2,02%

### 11.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

No sétimo ano de atividade da AdDP a diminuição do endividamento foi de 3,4%, com o valor final do endividamento a situar-se nos 15,9 milhões de euros, de acordo com aplicação da fórmula patente nas “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023”.

**TABELA 19 – VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DA ADDP 2023/2022**

<b>ENDIVIDAMENTO</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	15.972.708	17.252.748
Capital Social realizado	20.902.500	20.902.500
Novos investimentos no ano 2023 (com expressão material)*	0	0
Variação endividamento 2023/2022		-3,4%

\* Nos termos do n.º 1 do artigo 134.º do DLEO 2023, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000€ ou a 10 % do orçamento anual da empresa.

### 11.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços. A referida resolução estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdDP a dezembro de 2023 corresponde a 38 dias, cumprindo, assim, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

**TABELA 20 – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 2023/2022**

<b>PMP</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>VARIAÇÃO 2023/2022</b>	
			<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Prazo (dias)	38	39	-1	-2,6%

**TABELA 21 – DÍVIDAS VENCIDAS A 31/12/2023**

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€)	VALOR DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)		
	0-90 DIAS	90 - 180 DIAS	180 - 360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de Bens e Serviços	1.410.336	86.230	115.407	53.471
Aq. de Capital	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.410.336</b>	<b>86.230</b>	<b>115.407</b>	<b>53.471</b>
<b>Total – Dívidas Vencidas</b>		<b>255.107</b>		

De acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, considera-se «Atraso no pagamento» o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdDP procede trimestralmente à divulgação, no sítio na internet, da sua dívida a fornecedores ([https://www.addp.pt/dados.php?ref=dividas\\_fornecedores](https://www.addp.pt/dados.php?ref=dividas_fornecedores)).

## 11.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA ÚLTIMA AG DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

## 11.6. EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Não foram emitidas reservas na última Certificação Legal de Contas.

## 11.7. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO

A AdDP aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 relativamente aos seus Órgãos Sociais.

Nas tabelas seguintes é possível consultar informação sobre as remunerações atribuídas em 2023.

**TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO (€)
2023-2025	Presidente	Andreia Belisa Gomes Júnior de Araújo Lima <sup>(a)</sup>	500	0
2020-2022/2023-2025	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes <sup>(b)</sup>	425	0
2020-2022/2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira <sup>(c)</sup>	350	350

<sup>(a)</sup> Em representação do Município do Porto

<sup>(b)</sup> Renuncia ao valor da senha fixado

<sup>(c)</sup> Estimativa do valor da remuneração a pagar, à AdP,SGPS, após emissão nota encomenda.

**TABELA 23 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MANDATO  (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		SIM/NÃO	OPRLO <sup>(2)</sup>		IDENTIFICAÇÃO DA DATA DA AUTORIZAÇÃO E FORMA	N.º DE MANDATOS
			FORMA <sup>(1)</sup>	DATA		ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)		
2023-2025	Presidente Executivo	António Manuel Leitão Borges	AG	27/3/2023	Não	-	-	-	3
2023-2025	Vice- Presidente Executivo	Vítor Manuel Simões Dias	AG	27/3/2023	Não	-	-	-	2
2023-2025	Vogal Executiva	Joana Mafalda Felício Ferreira	AG	27/3/2023	Não	-	-	-	3
2023-2025	Vogal Não Executiva	Sónia Raquel Conchinha Pacífico	AG	27/3/2023	Não	-	-	-	1
2023-2025	Vogal Não Executivo	José Luís Gaspar Jorge <sup>(a)</sup>	AG	27/3/2023	Não	-	-	-	1
2020-2022	Presidente Não Executivo	José Luís Carneiro Machado do Vale	AG	15/6/2020	Não	-	-	-	2
2020-2022	Vogal Não Executiva	Lucinda Silva Fonseca Moreira	AG	15/6/2020	Não	-	-	-	1

<sup>(1)</sup> indicar Resolução (R) / AG / DUE / Despacho (D)

<sup>(2)</sup> opção pela remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem / D-Destino)

<sup>(a)</sup> em representação do Município de Amarante

Relativamente aos membros Conselho de Administração que acumulam funções executivas na SIMDOURO, refere-se que, em 2023:

- Joana Mafalda Felício Ferreira foi eleita, em 27/03/2023, Presidente do Conselho de Administração da SIMDOURO, pelo que começou a ser remunerada por essa empresa na mesma data. Assim, a SIMDOURO passou, nessa data, a debitar à AdDP o valor correspondente às funções de Vogal Executiva que exerce na AdDP. Em 2023, tendo em conta a proporcionalidade dos volumes de negócios das duas empresas, o valor debitado à AdDP pela SIMDOURO foi de 48.693 euros (remuneração + benefícios sociais). Até 27/03/2023, como Vogal Executiva nas duas empresas, Joana Mafalda Felício Ferreira era remunerada pela AdDP que depois debitava à SIMDOURO a parte correspondente. Em 2023, tendo em conta a proporcionalidade dos volumes de negócios das duas empresas, o valor debitado à SIMDOURO pela AdDP foi de 10.528 euros (remuneração + benefícios sociais).
- Vítor Manuel Simões Dias, Vice-Presidente do Conselho de Administração da AdDP, é Vogal Executivo da SIMDOURO e é remunerado integralmente pela AdDP que, posteriormente, debita à SIMDOURO o valor correspondente, tendo em conta a proporcionalidade dos volumes de negócios das duas empresas. Em 2023, o valor debitado à SIMDOURO pela AdDP foi de 32.033 euros (remuneração + benefícios sociais).

Face ao exposto, os valores apresentados nos quadros seguintes apresentam os valores auferidos pelos membros do Conselho de Administração na AdDP, conforme processamento salarial na AdDP.

**TABELA 24 - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES**

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES			
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DA AUTORIZAÇÃO E FORMA
Joana Mafalda Felício Ferreira	SIMDOURO	Presidente Executiva	Público	AG 27/03/2023
Vítor Manuel Simões Dias	SIMDOURO	Vogal Executivo	Público	AG 27/03/2023
Sónia Raquel Conchinha Pacífico	AdP, SGPS	Diretora Financeira	Público	AG 27/03/2023
José Luís Gaspar Jorge	CM Amarante	Presidente	Público	AG 27/03/2023

**TABELA 25 - REMUNERAÇÕES MENSIS FIXADAS NA ATA DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO MENSAL FIXADA - EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
António Manuel Leitão Borges	S	C	4.773,18	1.909,27
Vítor Manuel Simões Dias <sup>(a)</sup>	S	C	4.295,86	1.718,34
Joana Mafalda Felício Ferreira <sup>(a)(b)</sup>	S	C	3.818,54	1.527,42
Sónia Raquel Conchinha Pacífico <sup>(e)</sup>	S	C	954,64	0,00
José Luís Gaspar Jorge <sup>(c)</sup>	S	C	0,00	0,00
José Luís Carneiro Machado do Vale <sup>(c)(d)</sup>	S	C	0,00	0,00
Lucinda Silva Fonseca Moreira <sup>(d)</sup>	S	C	926,65	0,00

<sup>(a)</sup> Acumula funções executivas na SIMDOURO

<sup>(b)</sup> Em 27/03/2023 foi eleita Presidente Executiva da SIMDOURO, pelo que passou a ser remunerada por esta empresa.

<sup>(c)</sup> Em virtude da acumulação de funções, não auferiu rendimento pela AdDP

<sup>(d)</sup> Mandato 2020-2022

**TABELA 26 – REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2023**
**REMUNERAÇÃO ANUAL AUFERIDA (€)**

MEMBRO DO CA	FIXA *	VARIÁVEL **	VALOR BRUTO	REDUÇÕES***	VALOR BRUTO FINAL
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5) = (3)-(4)
António Manuel Leitão Borges	85.296,23	0,00	85.296,23	4.264,81	81.031,42
Vítor Manuel Simões Dias <sup>(a)</sup>	78.880,23	0,00	78.880,23	3.944,01	74.936,22
Joana Mafalda Felício Ferreira <sup>(a)(b)</sup>	16.055,48	0,00	16.055,48	802,77	15.252,71
Sónia Raquel Conchinha Pacífico <sup>(e)</sup>	10.740,37	0,00	10.740,37	537,02	10.203,35
José Luís Gaspar Jorge <sup>(c)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
José Luís Carneiro Machado do Vale <sup>(c)(d)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucinda Silva Fonseca Moreira <sup>(d)</sup>	3.033,04	0,00	3.033,04	151,65	2.881,39
			<b>194.005,36</b>	<b>9.700,27</b>	<b>184.305,09</b>

\* O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

\*\* Prémios de Gestão

\*\*\* Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(a) Acumula funções executivas na SIMDOURO

(b) Corresponde à remuneração auferida no mandato 2020-2022. A partir de 27/03/2023 começou a auferir rendimento na SIMDOURO.

(c) Em virtude da acumulação de funções, não auferiu rendimento pela AdDP

(d) Mandato 2020-2022

(e) Estimativa do valor, devido à AdP, SGPS, pela participação no CA da AdDP de uma colaboradora da AdP, SGPS

**TABELA 27 – BENEFÍCIOS SOCIAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2023**
**BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)**

MEMBRO DO CA	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL	ENCARGO	ENCARGO ANUAL	OUTROS	
	VALOR / DIA	MONTANTE PAGO ANO	SEGURANÇA SOCIAL	ENCARGO ANUAL	SEGURO DE SAÚDE	ANUAL SEGURO DE VIDA	SEG. ACIDENTES TRABALHO	ENCARGO ANUAL VIATURAS	ENCARGO ANUAL COMUNICAÇÕES
António Manuel Leitão Borges	7,14	1.713,60	23,75%	20.017,38	1.766,44	1.124,53	923,15	12.533,21	130,07
Vítor Manuel Simões Dias <sup>(a)</sup>	7,14	1.756,44	23,75%	18.470,51	1.766,44	1.012,07	851,57	14.217,47	132,14
Joana Mafalda Felício Ferreira <sup>(a)(b)</sup>	7,14	421,26	23,75%	3.871,82	696,37	281,13	657,94	12.931,12	136,68
Sónia Raquel Conchinha Pacífico <sup>(e)</sup>	0,00	0,00	23,75%	2.423,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
José Luís Gaspar Jorge <sup>(c)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
José Luís Carneiro Machado do Vale <sup>(c)(d)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucinda Silva Fonseca Moreira <sup>5</sup>	0,00	0,00	23,75%	687,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>3.891,30</b>		<b>45.470,78</b>	<b>4.229,25</b>	<b>2.417,73</b>	<b>2.432,66</b>	<b>39.681,80</b>	<b>398,89</b>

(a) Acumula funções executivas na SIMDOURO

(b) Corresponde à remuneração auferida no âmbito do mandato 2020-2022. A partir de 27/03/2023 começou a auferir rendimento na SIMDOURO.

(c) Em virtude da acumulação de funções, não auferiu rendimento pela AdDP

(d) Mandato 2020-2022

(e) Valor correspondente à remuneração estimada para 2023.

**TABELA 28 – ENCARGOS COM VIATURAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2023**

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS								
	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA	MODALIDADE <sup>(1)</sup>	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL	GASTO ANUAL COM RENDAS	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
	[S/N]	[S/N]	(€)				(€)	(€)	(N.º)
António Manuel Leitão Borges <sup>(a)</sup>	S	S	33.679	Outra	2018	2022	586,91	7.042,92	-
Vítor Manuel Simões Dias <sup>(a)(b)</sup>	S	S	33.932	Outra	2018	2022	859,51	9.117,98	-
Joana Mafalda Felício Ferreira <sup>(a)(b)</sup>	S	S	33.932	Outra	2018	2022	859,51	9.117,99	-
Sónia Raquel Conchinha Pacífico	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Luís Gaspar Jorge	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Luís Carneiro Machado do Vale	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Lucinda Silva Fonseca Moreira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> Aquisição; ALD; Leasing ou outra

<sup>(a)</sup> Contrato AOV (Aluguer Operacional de Viatura)

<sup>(b)</sup> A AdDP debitou à SIMDOURO as rendas com viaturas, conforme peso relativo do volume de negócios da SIMDOURO no total de volume de negócios das 2 empresa

**TABELA 29 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO EM 2023**

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
António Manuel Leitão Borges	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Vítor Manuel Simões Dias	0,00	518,31	0,00	-	0,00	518,31
Joana Mafalda Felício Ferreira	377,11	174,59	0,00	-	0,00	551,70
Sónia Raquel Conchinha Pacífico	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Luís Gaspar Jorge	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Luís Carneiro Machado do Vale	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Lucinda Silva Fonseca Moreira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
						1.070,01

**TABELA 30 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL EM FUNÇÕES ATÉ ELEIÇÃO PARA O MANDATO 2023-2025**

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA <sup>(1)</sup>	DATA		
2019-2021	Presidente	Saskia Márcia Ferreira Lopes	AG	2/4/2019	1.281,90	2
2019-2021	Vogal	Luís Miguel Barros Martins Damas	AG	2/4/2019	961,42	2
2019-2021	Vogal	Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes	AG	2/4/2019	961,42	2

<sup>(1)</sup> Indicar AG/DUE/Despacho

**TABELA 31 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL MANDATO 2023-2025**

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA <sup>(1)</sup>	DATA		
2023-2025	Presidente	Saskia Márcia Ferreira Lopes	DUE	25/10/2023	1.336,49	3
2023-2025	Vogal	Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro	DUE	25/10/2023	1.002,37	1
2023-2025	Vogal	Emídio Ferreira dos Santos Sousa <sup>(a)</sup>	DUE	25/10/2023	0	1

<sup>(1)</sup> Indicar AG/DUE/Despacho

<sup>(a)</sup> Em virtude da acumulação de funções, não aufero rendimento pela AdDP

**TABELA 32 – REMUNERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL EM 2023**

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL AUFERIDA (€)		
	BRUTO <sup>(1)</sup>	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS <sup>(2)</sup>	VALOR FINAL (3) = (1) - (2)
Saskia Márcia Ferreira Lopes	18.696,60	934,83	17.761,77
Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro <sup>(a)(c)</sup>	2.804,48	140,22	2.664,26
Emídio Ferreira dos Santos Sousa <sup>(a)(d)</sup>	0,00	0,00	0,00
Ana Isabel da Silva Simões Gaspar <sup>(e)</sup>	0,00	0,00	0,00
Luís Miguel Barros Martins Damas <sup>(b)</sup>	10.564,59	528,23	10.036,36
Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes <sup>(b)</sup>	10.564,59	528,23	10.036,36
		<b>2.131,51</b>	<b>40.498,75</b>

<sup>(a)</sup> depois de 25/10/2023, data de eleição mandato 2023-2025

<sup>(b)</sup> até 25/10/2023, data de eleição mandato 2023-2025

<sup>(c)</sup> Estimativa do valor da remuneração a pagar após emissão Ata Comissão Vencimentos.

<sup>(d)</sup> Em virtude da acumulação de funções, não aufero rendimento pela AdDP

<sup>(e)</sup> Vogal suplente

**TABELA 33 – REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)**

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC			DESIGNAÇÃO			Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	Nº DE INSCRIÇÃO NA OROC	Nº REGISTO NA CMVM	FORMA <sup>(1)</sup>	DATA	DATA DO CONTRATO		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	20161485	AG	2/4/2019	22/7/2019	5	5
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	2/4/2019	-	4	4
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	2/4/2019	-	3	3

<sup>(1)</sup> Assembleia Geral (AG) / Deliberação unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

**TABELA 34 – REMUNERAÇÕES DO ROC EM 2023**

NOME ROC	VALOR ANUAL CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2023 (€)		VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2023 (€)	
	VALOR ANUAL	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANUAL	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	6.780	Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas	10,80	Despesas administrativas não incluídas no contrato
Carlos José Figueiredo Rodrigues	0	-	0	-

A Águas do Douro e Paiva, S.A. não tem Auditor Externo.

## 11.8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO (EGP)

No que se refere a:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

**TABELA 35 – GASTOS COM COMUNICAÇÕES EM 2023**

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		OBSERVAÇÕES
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	
António Manuel Leitão Borges	80	130,07	
Vítor Manuel Simões Dias (a)	80	132,14	
Joana Mafalda Felício Ferreira (a)	80	136,68	
Sónia Raquel Conchinha Pacífico	n.a.	0	
José Luís Gaspar Jorge	n.a.	0	
José Luís Carneiro Machado do Vale	n.a.	0	
Lucinda Silva Fonseca Moreira	n.a.	0	
		<b>398,89</b>	

<sup>(a)</sup> Em virtude da acumulação de funções, em 2023, 31% do valor dos gastos com comunicações deste administrador foi redebitado à Simdouro

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

**TABELA 36 – GASTOS ASSOCIADOS A VIATURAS EM 2023**

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS (€)	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
António Manuel Leitão Borges	477,32	3.481,65	1.511,80	4.993,45	
Vítor Manuel Simões Dias <sup>(a)</sup>	429,59	2.652,46	2.154,09	4.806,55	
Joana Mafalda Felício Ferreira <sup>(a)</sup>	381,86	3.126,96	366,40	3.493,36	
Sónia Raquel Conchinha Pacífico	n.a.	0,00	0,00	0,00	
José Luís Gaspar Jorge	n.a.	0,00	0,00	0,00	
José Luís Carneiro Machado do Vale	n.a.	0,00	0,00	0,00	
Lucinda Silva Fonseca Moreira	n.a.	0,00	0,00	0,00	
				<b>13.293,36</b>	

<sup>(a)</sup> Em virtude da acumulação de funções, em 2023, 31% do valor dos gastos com viaturas deste administrador foi redebitado à Simdouro.

## **11.9. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS**

A AdDP dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

## **11,10. ELABORAÇÃO, DE TRÊS EM TRÊS ANOS, E DIVULGAÇÃO INTERNA E NO RESPECTIVO SÍLIO NA INTERNET<sup>7</sup>, DO RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO.**

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

## **11,11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPECTIVO SÍLIO NA INTERNET<sup>8</sup> DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO**

A AdDP reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com o Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

<sup>7</sup> <https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes>

<sup>8</sup> <https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes>

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdDP, realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2023 da AdDP, foi remetido ao SIOE e à CITE, bem como o Plano para a Igualdade de Género 2024, carregado no Portal do CITE em 15 de setembro de 2023 e remetido para a CIG.

O Plano para a Igualdade de Género encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdDP, podendo ser acedido através do seguinte link: [https://www.addp.pt/dados.php?ref=politica\\_igualdade](https://www.addp.pt/dados.php?ref=politica_igualdade)

## **11,12. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPECTIVO SÍTIO NA INTERNET<sup>9</sup> DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO<sup>10</sup> (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS<sup>11</sup> (ARTIGO 6.º DO RGPC)<sup>12</sup>.**

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, as empresas do Grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPR da AdDP encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O PPR integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado, e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que, potencialmente, poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPR pretende, também, reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do PPR têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo, assim, toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPR, adotado na AdDP foi revisto no início de 2024, e aprovado pelo Conselho de Administração em 17/01/2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

<sup>9</sup> <https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos>

<sup>10</sup> E de avaliação intercalar

<sup>11</sup> Revisto a cada três anos ou sempre que se opere uma alteração que justifique a revisão

<sup>12</sup> <https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos>

O grupo AdP, no qual se inclui a AdDP reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do PPR, que integram o modelo de integridade, são “instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura sã de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público”, e contribuem para “o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido”. Os relatórios vêm, ainda, reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação, em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como “Elevado” no âmbito do PPR, em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do PPR resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados, mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet<sup>13</sup>.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdDP uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A AdDP e o Grupo AdP reforçam, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se, ainda, que em 2019, a empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

## **11,13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

O Grupo AdP assegura, através da AdP SGPS, desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo, também, para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando, assim, um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando, também, riscos e oportunidades.

<sup>13</sup> <https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos>

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública, no seio do Grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia a coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

No ano 2023 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

## **11,14. ADEÇÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)**

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente: Papel e economato, vigilância e segurança, combustíveis rodoviários, veículos automóveis e motociclos, licenciamento de software e serviços conexos e higiene e limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor, não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo, assim, uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

## **11,15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NOS N.ºS 1, 2 E 3 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTA NOS N.ºS 4 E 5 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023**

A tabela seguinte apresenta as medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 133.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) 2023.

**TABELA 37 - EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

EFICIÊNCIA OPERACIONAL (VALORES EM EUROS)	2023 EXEC.	2023 ORÇ. D)	2022 EXEC.	2019 EXEC.	2023/2022		2023/2019	
					Δ ABSOL.	VAR %	Δ ABSOL.	VAR %
(0) EBITDA	14.367	-676	21.763	19.226	-7.396	-34%	-4.859	-25%
(1) CMVMC	661	541	521	524	139	27%	137	26%
(2) FSE	16.810	31.574	7.895	12.892	8.915	113%	3.917	30%
(3) Gastos com pessoal	5.800	6.257	5.184	4.503	616	12%	1.297	29%
i. Relativos aos Órgãos Sociais <sup>a)</sup>	306	288	285	233	21	7%	73	31%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais <sup>a)</sup>	445	442	247	0	198	80%	445	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF) <sup>a)</sup>	320	366	95	0				
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias <sup>a)</sup>	741	921	473	114	268	57%	626	547%
v. Efeitos do absentismo e gastos c/ indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) <sup>a)</sup>	100	0	85	87	15	18%	13	14%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v.	4.089	4.240	4.170	4.243	-81	-2%	-154	-4%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais b)	5.309	20.165	351	0	4.958	1411%	5.309	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	17.961	18.208	13.249	17.919	4.712	36%	42	0%
(7) Volume de Negócios (VN)	37.808	37.884	35.503	37.297	2.304	6%	510	1%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais <sup>b)</sup>	0	0	0	0	0	-	0	-
(9) Volume de Negócios p/ efeitos de apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	37.808	37.884	35.503	37.297	2.304	6%	510	1%
(10) Peso dos Gastos / VN = (6) / (9)	47.5%	48.1%	37.3%	48.0%	10 p.p		-1 p.p	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	5	23	17	14	-12	-69%	-9	-62%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ pessoal)	0	2	2	2	-2	-92%	-1	-89%
iii. Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	493	505	509	436	-16	-3%	57	13%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	10	27	11	45	-1	-10%	-35	-78%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv) cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	509	556	540	497	-31	-6%	12	2%
N.º de Viaturas	61	61	58	54	3	5%	7	13%

<sup>a)</sup> Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023.

<sup>b)</sup> Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

<sup>c)</sup> Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos. A partir de 2019, métrica calculada considerando o efeito da IFRS 16.

<sup>d)</sup> Valores calculados de acordo com valores de FSE e Gastos com pessoal do PAO 2023 aprovados por Despacho n.º 347/2023 - SET

Sobre os valores apresentados na tabela Eficiência Operacional, entende-se oportuno dar as seguintes notas:

## IMPACTOS NOS GASTOS DECORRENTES DE FATORES EXCECIONAIS

No cálculo do rácio de eficiência operacional (Peso dos gastos/Volume de negócios) foram considerados os seguintes impactos decorrentes de fatores excecionais:

- 2022: Gastos para minimização impactos da pandemia de COVID-19 (EPI, testes diagnóstico, horas extra, etc.) no valor de 87,4 mil euros e gastos com a implementação do artigo 21.º do Acordo Coletivo de Trabalho, no valor de 263,8 mil euros
- 2023: Gastos com a implementação do Acordo Coletivo de Trabalho (art.º 21º + Anexo III), no valor de 302,4 mil euros; Variação de gastos com Órgãos Sociais (73 mil euros); Efeito do cumprimento de disposições legais nos gastos com pessoal (reintegração colaboradores no valor de 190 mil euros); Valorizações remuneratórias obrigatórias (comissões serviço 250 mil euros); Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (319 mil euros); Gastos extraordinários com energia e combustíveis na sequência da crise energética devido ao contexto geopolítico (4,2 milhões de euros).

## EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL (PESO DOS GASTOS/VOLUME DE NEGÓCIOS)

Em 2022, devido à acentuada descida das TAR (Tarifas de Acesso à Rede elétrica), os gastos com eletricidade ficaram mais de 60% abaixo do valor gasto em 2021 (-4,3 M€). Esta poupança permitiu acomodar alguns aumentos de preço noutras rubricas, em virtude da subida de inflação acima do esperado (reagentes, tratamento de lamas, combustíveis e aluguer de viaturas, entre outras). Permitiu, ainda, acomodar a atualização salarial de 2022. Ainda assim, o rácio de eficiência operacional ficou 10,4 p.p abaixo do previsto no PAO, cuja métrica foi definida com base em 2019.

Em 2023, verifica-se o cumprimento do rácio GO/VN definido no PAO, com base no ano de 2019, apesar da subida acentuada da energia e da inflação, cujos reflexos se verificaram em subidas de gastos com matérias-primas (reagentes) e alguns fornecimentos e serviços externos.

## EVOLUÇÃO DO VALOR DO CONJUNTO DE GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ALOJAMENTO, AJUDAS DE CUSTO, FROTA E ESTUDOS/CONSULTORIA

Analisando a evolução do valor do conjunto de gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota e estudos/consultoria, conclui-se pelo cumprimento do valor do PAO e pela descida face ao valor real de 2022. A descida deve-se em grande parte à descida nos gastos com Deslocações e Alojamento, numa tentativa de controlar o valor total de FSE gastos em 2022. Relativamente à frota, refere-se que o aluguer das 3 viaturas aprovadas no PAO 2023 ocorreu apenas no final do ano de 2023, o que justifica a descida de gastos com frota por comparação com a previsão do PAO.

## 11,16. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGO 131.º DO DLEO 2023 | DESPACHOS, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 E 12 DE MAIO DE 2023, DOS SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TESOURO E DAS FINANÇAS).

Durante o ano de 2023 não se verificou variação no n.º de trabalhadores da AdDP, conforme se constata pela observação da tabela seguinte.

**TABELA 38 - RECURSOS HUMANOS**

	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC.	2023/2022	
				Δ ABSOL.	VAR. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	10	10	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	141	141	141	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>163</b>	<b>163</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
N.º Trabalhadores / N.º CD	14	14	14	0	0%
Gastos com Pessoal / Total (OS+CD+T)	35.583	38.389	31.806	3.777	12%

## TABELA 39 - TAXA DE ATUALIZAÇÃO DA MASSA SALARIAL

### DESPACHOS DE 15-12-2022 E 12-5-2023, SET E SEF

Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022) - AdDP	4,4%
Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022) - Grupo AdDP	5,0%

## 11, 17. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2023 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2023)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e com as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou, também, a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos, individualmente, poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

Na tabela seguinte apresentam-se as disponibilidades e aplicações financeiras em 2023:

**TABELA 40 – PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**

<b>IGCP</b>	<b>1º TRIM 2023</b>	<b>2º TRIM 2023</b>	<b>3º TRIM 2023</b>	<b>4º TRIM 2023</b>
Disponibilidades	1.427.753	1.893.886	1.899.416	3.410.903
Aplicações financeiras MLP	12.010.557	12.010.557	12.010.557	0
Aplicações financeiras CP	0	0	0	12.500.000
<b>Total</b>	<b>13.438.310</b>	<b>13.904.443</b>	<b>13.909.973</b>	<b>15.910.903</b>

<b>BANCA COMERCIAL</b>	<b>1º TRIM 2023</b>	<b>2º TRIM 2023</b>	<b>3º TRIM 2023</b>	<b>4º TRIM 2023</b>
BPI	121.487	73.210	43.294	42.161
Santander	925	908	216	1.163
BCP	387	3.212	3.158	3.087
CGD	1.267	1.267	962	1.962
Bankinter	1.136	1.055	3.233	3.070
<b>Total</b>	<b>125.201</b>	<b>79.650</b>	<b>50.862</b>	<b>51.443</b>
<b>Juros auferidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(valores em euros)

## **11,18. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO**

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

## **11,19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA**

A AdDP, de acordo com o estabelecido no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não é considerada uma grande empresa (número médio de trabalhadores inferior a 500), pelo que não está obrigada à apresentação da Demonstração Não Financeira. Não obstante, a informação requerida no n.º 2 dos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC poderá ser encontrada nos capítulos “O Nosso Propósito” e “As nossas Pessoas”, do presente Relatório de Gestão.

## **11,20. QUADRO COM INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SÍTIO DO SEE NA INTERNET**

Não aplicável.

Conforme orientações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a AdDP não divulga informação no sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE) na internet por não ser participada diretamente pelo Estado. A divulgação da informação é feita pela PARPÚBLICA.

## 12. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS



### RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

#### 1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, os não executivos devem cumprir as funções de vigilância e controlo sobre os administradores das sociedades em questão, nomeadamente sobre o seu desempenho e a sua moralidade, entre os artigos 407º e 408º.

#### 2. Atividade

Nos termos da Lei de transição para o Sistema de Gestão Dúo, adotamos a seguinte estrutura de trabalho por conta de administração, acompanhando a gestão da empresa e o desenvolvimento dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com especial atenção nos casos em que, devido ao caráter crítico das circunstâncias, se verificassem situações de risco para a empresa.

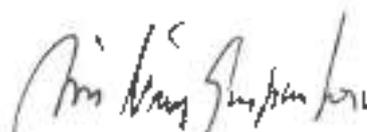
#### 3. Parecer

Não se verificou qualquer situação que possa ser considerada como incompatível com a moralidade e a probidade dos administradores executivos, nem qualquer situação que possa ser considerada como incompatível com a moralidade e a probidade dos administradores executivos.

Porto, 17 de maio de 2024

Os Administradores Não Executivos da Água do Douro e Paiva, SA

  
Sónia Raquel Coimbra Pereira

  
António Carlos Gaspar Jorge

Por fim, o Conselho de Administração, reconhecendo o contributo e apoio que tem recebido, de forma direta ou indireta, na prossecução dos objetivos da Águas do Douro e Paiva, S.A., agradece:

Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática,

À Águas de Portugal, SGPS, S.A.,

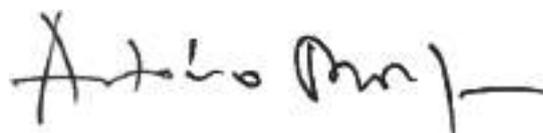
Aos Municípios acionistas da empresa,

Aos restantes órgãos da empresa,

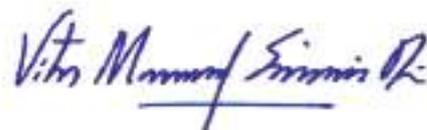
E, finalmente, aos Colaboradores da empresa que com a sua elevada dedicação tornaram possível a concretização dos objetivos definidos.

Porto, 27 de fevereiro de 2024

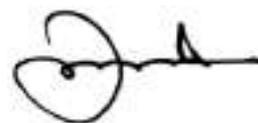
O Conselho de Administração,



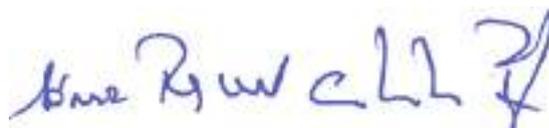
António Manuel Leitão Borges



Vítor Manuel Simões Dias



Joana Mafalda Felício Ferreira



Sónia Raquel Conchinha Pacífico



José Luís Gaspar Jorge







# CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

## CONTAS INDIVIDUAIS

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano 2023.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira
- Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral
- Demonstração das Variações do Capital Próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do ROC
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal de Contas

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativos Não Correntes</b>			
Ativos intangíveis	8	136.654.847	141.188.159
Ativos fixos tangíveis	9	430.378	457.404
Ativos sob direito de uso	10	136.618	231.549
Outros ativos financeiros	11	14.558	12.159.301
Impostos diferidos ativos - desvio de recuperação de gastos	12/22	16.401.333	16.431.978
Impostos diferidos ativos - outros	12	11.986.408	12.182.082
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>165.624.143</b>	<b>182.650.474</b>
<b>Ativos Correntes</b>			
Inventários	13	769.586	697.548
Clientes	14	7.173.312	5.432.210
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	801.408	0
Outras ativos correntes	15	1.229.053	630.198
Caixa e seus equivalentes	16	16.024.187	2.934.180
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>25.997.546</b>	<b>9.694.136</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>191.621.689</b>	<b>192.344.610</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	17	20.902.500	20.902.500
Reservas e outros ajustamentos	17	8.998.978	8.939.850
Resultado líquido do exercício	17	1.430.864	1.182.568
<b>Total do capital próprio</b>		<b>31.332.342</b>	<b>31.024.918</b>
<b>Passivos Não Correntes</b>			
Acréscimos de gastos para investimento contratual	20	20.424.483	19.399.305
Subsídios ao investimento	21	40.922.983	43.879.990
Empréstimos	18	14.623.776	15.972.708
Passivos da locação	10	82.032	79.706
Fornecedores e outros passivos não correntes	19	736.824	668.600
Impostos diferidos passivos	12	3.662.983	4.054.136
Desvio de recuperação de gastos	22	65.605.334	63.199.917
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>146.058.415</b>	<b>147.254.364</b>
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos	18	1.368.065	1.302.239
Passivos da locação	10	59.341	54.440
Fornecedores e outros passivos correntes	19	12.803.526	11.422.950
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	0	1.285.700
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>14.230.932</b>	<b>14.065.329</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>160.289.347</b>	<b>161.319.692</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>191.621.689</b>	<b>192.344.610</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Rédito de contratos com clientes	24	37.807.512	35.503.255
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	25	7.130.420	8.240.550
Desvio de recuperação de gastos	22	-2.405.417	-13.303.963
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	26	-660.634	-521.134
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	25	-7.130.420	-8.240.550
Fornecimentos e serviços externos	27	-16.809.581	-7.894.939
Gastos com pessoal	28	-5.799.994	-5.184.406
Amortizações do exercício	29	-12.884.533	-10.702.576
Subsídios ao investimento	21	3.375.254	3.242.440
Outros gastos e perdas operacionais	30	-742.403	-668.930
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	572.270	529.334
<b>Resultados operacionais</b>		<b>2.452.476</b>	<b>999.082</b>
Gastos financeiros	32	-417.153	-639.411
Rendimentos financeiros	33	702.660	751.763
<b>Resultados financeiros</b>		<b>285.507</b>	<b>112.352</b>
<b>Resultados antes de imposto</b>		<b>2.737.983</b>	<b>1.111.434</b>
Imposto do exercício	23	-1.471.953	-3.792.954
Imposto diferido - desvio de recuperação gastos	23/12	-30.645	3.708.510
Imposto diferido - outros	23/12	195.479	155.579
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>38</b>	<b>1.430.864</b>	<b>1.182.568</b>
<b>Rendimento integral</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado por ação</b>	<b>17</b>	<b>0.068</b>	<b>0.057</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Saldo inicial - 01 de janeiro de 2022		20.902.500	1.944.969	6.957.195	0	753.707	30.558.371
Reforço da Reserva Legal	-	0	37.685	0	0	-37.685	0
Distribuição de dividendos (2021)	-	0	0	0	0	-716.021	-716.021
Resultado líquido de 2022		0	0	0	0	1.182.568	1.182.568
<b>Saldo final - 31 de dezembro de 2022</b>		<b>20.902.500</b>	<b>1.982.654</b>	<b>6.957.195</b>	<b>0</b>	<b>1.182.568</b>	<b>31.024.918</b>
Reforço da Reserva Legal	17	0	59.128	0	0	-59.128	0
Distribuição de dividendos (2022)	17	0	0	0	0	-1.123.440	-1.123.440
Resultado líquido de 2023	17	0	0	0	0	1.430.864	1.430.864
<b>Saldo final - 31 de dezembro de 2023</b>		<b>20.902.500</b>	<b>2.041.783</b>	<b>6.957.195</b>	<b>0</b>	<b>1.430.864</b>	<b>31.332.342</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	40.050.464	39.019.144
Pagamentos a fornecedores	(18.872.646)	(10.197.431)
Pagamentos ao pessoal	(6.416.031)	(5.332.136)
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	(3.495.819)	(2.638.739)
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	(994.110)	(1.401.830)
	<b>10.271.858</b>	<b>19.449.008</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de subsídios de investimento	418.247	593.998
Recebimentos de investimentos financeiros	12.010.557	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(95.335)	(952)
Pagamentos de ativos intangíveis	(7.227.115)	(6.964.532)
	<b>5.106.353</b>	<b>(6.371.485)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	6.000.000	2.500.000
Recebimento de juros aplicações financeiras	575.247	563.278
Recebimentos financeiros - Outros n. especificados	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	(7.280.040)	(15.716.740)
Pagamentos de capital dos passivos da locação	12.083	(107.179)
Pagamentos de juros e gastos similares	(646.974)	(833.047)
Pagamentos de dividendos	(1.007.850)	(642.350)
	<b>(2.347.533)</b>	<b>(14.236.038)</b>
Varição de caixa e seus equivalentes	<b>13.030.677</b>	<b>(1.158.515)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>2.934.169</b>	<b>4.092.684</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>15.964.846</b>	<b>2.934.169</b>
	<b>13.030.677</b>	<b>(1.158.515)</b>

Ver nota 16.2

## DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	2.500	2.500
Depósitos à ordem	3.462.346	931.669
Depósitos a prazo (sem acréscimo de juros a receber)	12.500.000	2.000.000
	15.964.846	2.934.169
Descobertos bancários de depósitos à ordem	0	0
	15.964.846	2.934.169

Ver nota 16.2

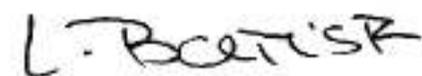
## RECONCILIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

	31.12.2022	PAGAMENTOS	RECEBIMENTOS	31.12.2023
Empréstimos bancários BEI	17.252.748	1.280.040	0	15.972.708
Empréstimos - empresa-mãe	0	6.000.000	6.000.000	0
Total de empréstimos	17.252.748	7.280.040	6.000.000	15.972.708

Ver nota 18.2

## ASSINATURA DAS CONTAS DO EXERCÍCIO

A Contabilista Certificada



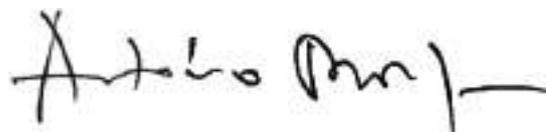
Lurdes Batista

O Diretor Administrativo e Financeiro

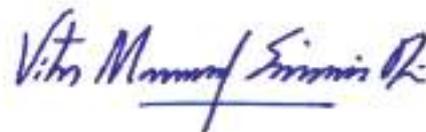


Paulo Lagoa

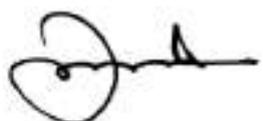
O Conselho de Administração,



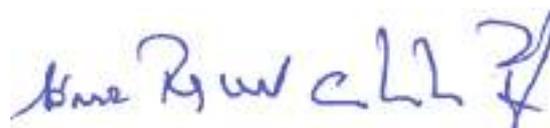
António Manuel Leitão Borges



Vítor Manuel Simões Dias



Joana Mafalda Felício Ferreira



Sónia Raquel Conchinha Pacífico



José Luís Gaspar Jorge





# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

## 1.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante designada também por AdDP, empresa, concessionária ou sociedade) foi constituída em 11 de fevereiro de 2017, tendo a sua sede social na Rua de Vilar, 235 – 5º andar, no Porto, com o número de matrícula e identificação de pessoa coletiva 514.310.774.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. tem como objeto a exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto.

## 1.2. ATIVIDADE

A Águas do Douro e Paiva, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas do Norte, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, tendo-lhe sido atribuída a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no contrato de concessão.

Por efeito da cisão da sociedade Águas do Norte, S.A. operada nos termos e pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, foram transferidos para a concessionária todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas do Norte, S.A., e que para ela tinham sido transferidos mediante a transferência do património global da sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A. com o número de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503.537.624, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio.

A concessionária sucede ainda em todos os direitos e obrigações de que a Águas do Norte, S.A. é titular desde a data da sua constituição e que não resultaram da transferência prevista no número anterior, mas respeitam ainda ao sistema, sendo transferidos todos os elementos patrimoniais que correspondem à universalidade de bens, direitos e obrigações relacionados, direta ou indiretamente, com as infraestruturas do sistema e que à data da cisão se encontram na esfera da Águas do Norte, S.A..

A AdDP tem como objeto social a exploração e gestão em regime de exclusivo do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, o qual integra como utilizadores os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Porto, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Valongo, Vila Nova de Gaia, Paredes, Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira.

A atividade da empresa vigorará por um período de 20 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do vigésimo ano, i.e. 31.12.2036. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a Águas do Douro e Paiva, S.A., em 22 de fevereiro de 2017. Este contrato previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo do desvio de recuperação de gastos, correspondendo este à diferença existente, à data da extinção da sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A. com o número de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503.537.624, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, entre os resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, bem como à diferença verificada, anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2017, entre o resultado líquido obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas que permitissem a cobertura integral dos gastos das atividades em cenário de eficiência produtiva e uma remuneração adequada dos capitais próprios da concessionária.

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

### 1.3. ACIONISTAS

O capital social subscrito está representado por 20.902.500 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, encontrando-se realizado na totalidade.

A estrutura atual do capital subscrito e realizado é a seguinte:

ACIONISTAS	%	N.º AÇÕES	CAPITAL REALIZADO
ADP - Águas de Portugal	51	10.660.275	10.660.275
Município de Amarante	2,99	624.000	624.000
Município de Arouca	0,29	59.985	59.985
Município de Baião	0,53	111.000	111.000
Município de Castelo de Paiva	0,27	55.420	55.420
Município de Cinfães	0,16	34.420	34.420
Município de Espinho	1,43	299.350	299.350
Município de Gondomar	4,03	842.185	842.185
Município de Maia	2,71	566.805	566.805
Município de Matosinhos	5,39	1.127.560	1.127.560
Município de Oliveira de Azeméis	1,63	341.605	341.605
Município de Ovar	0,91	190.375	190.375
Município de Porto	13,31	2.781.220	2.781.220
Município de St <sup>a</sup> . Maria da Feira	2,33	486.270	486.270
Município de S. João da Madeira	0,37	77.655	77.655
Município de Valongo	2,75	575.240	575.240
Município de Vila Nova de Gaia	5,44	1.136.910	1.136.910
Município de Paredes	1,53	319.725	319.725
Município de Lousada	0,69	143.325	143.325
Município de Felgueiras	1,15	241.325	241.325
Município de Paços de Ferreira	1,09	227.850	227.850
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>20.902.500</b>	<b>20.902.500</b>

### 1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de fevereiro de 2024.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

#### 2.1.1 INTRODUÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

#### 2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdDP estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdDP e respetivas notas são apresentadas em euros (EUR), salvo indicação explícita em contrário.

#### 2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em Outras reservas, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Douro e Paiva, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2023 não existem saldos em moeda diversa do euro.

## 2.3 ATIVIDADE REGULADA

### 2.3.1 INTRODUÇÃO

A Águas do Douro e Paiva S.A., enquanto gestora do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Douro e Paiva, S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdDP está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

### 2.3.2 ENQUADRAMENTO – ATIVIDADE CONCESSIONADA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (rendimento) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### **2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do ativo intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

### **2.3.4 AMORTIZAÇÕES**

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

### 2.3.5 ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Douro e Paiva, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), na rubrica acréscimos de custos para investimentos contratuais, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 2.3.6 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) a diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A Águas do Douro e Paiva, S.A. regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente decreto-lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

### 2.3.7 VALOR RESIDUAL

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

## 2.4 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Douro e Paiva, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

## 2.5 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem e as que se encontram divulgadas ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas notas.

## 2.5.1 PROVISÕES

A Águas do Douro e Paiva, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Douro e Paiva, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber e na situação financeira dos clientes.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A 31,12.2023 não existem provisões na AdDP.

## 2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### 3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

#### 3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos.

#### 3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

### 3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2024 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela EU

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

- Ainda não endossadas pela EU

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2024.

### 3.4 NORMAS EM REVISÃO

#### IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

## 4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### 4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da Águas do Douro e Paiva, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

A exposição do risco cambial é reduzida sendo a quase totalidade das operações em euros.

### 4.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Douro e Paiva, S.A.. A AdDP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

#### 4.2.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). De facto, do montante de faturação a clientes de 52,1 milhões de euros, a 31.12.2023, o único valor que se encontra vencido é residual e correspondente a juros de mora.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente, neste pressuposto a empresa entende não ser necessário registar nas contas qualquer ajustamento de risco de crédito.

	<b>TOTAL VENCIDO</b>	<b>NÃO VENCIDO</b>	<b>ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TIPO</b>	<b>RISCO</b>
AdRA	0	0	90.278	90.278	EG	Baixo
AdNorte	0	176.979	130.976	307.955	EG	Baixo
Epal	0	0	0	0	EG	Baixo
Município de Lousada	0	145.805	48.347	194.152	Mun.	Baixo
SMEAS da Maia	0	0	244.395	244.395	Mun.	Baixo
Águas de Gaia, EM, SA	2.205	1.610.355	575.509	2.188.068	Mun.	Baixo
Município de Felgueiras	0	0	87.347	87.347	Mun.	Baixo
Município de Espinho	0	0	69.387	69.387	Mun.	Baixo
Município de Vale de Cambra	0	0	2.867	2.867	Mun.	Baixo
CMPEA do Porto	0	908.488	652.110	1.560.598	Mun.	Baixo
Município de Castelo de Paiva	0	0	59.376	59.376	Mun.	Baixo
Águas de São João, EM, SA	0	29.174	21.771	50.945	Mun.	Baixo
Penafiel Verde, EM	0	519	0	519	Mun.	Baixo
SMAS de Paredes, SA	0	108.136	71.431	179.566	Mun.	Baixo
Indáqua Feira	0	0	160.775	160.775	Out.	Médio
Águas de Valongo, SA	0	407.387	148.568	555.955	Out.	Médio
Águas de Paços de Ferreira	0	95.690	71.296	166.985	Out.	Médio
Indáqua Matosinhos	0	473.729	352.371	826.101	Out.	Médio
Águas de Gondomar, SA	0	0	256.007	256.007	Out.	Médio
Indáqua Oliveira de Azeméis	0	98.446	73.590	172.036	Out.	Médio
<b>TOTAL</b>	<b>2.205</b>	<b>4.054.707</b>	<b>3.116.400</b>	<b>7.173.312</b>		

E.G. – Empresas do Grupo AdP

Mun. – Municípios

Out. – Outros clientes

## 4.2.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco de crédito, não incluindo os saldos de clientes e outros devedores, a 31 de dezembro de 2023:

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à ordem - nota I 6	3.462.346	931.669
Depósitos a prazo - CEDIC	12.559.341	2.000.011
Aplicações financeiras - CEDIM - nota I 1	0	12.146.656
Aplicações financeiras - Fundo de Compensação do Trabalho	14.558	12.645
	16.036.245	15.090.982

RATING	31.12.2023	31.12.2022
A2	0	0
A3	0	0
A-	15.974.477	1.169
Baa1	0	0
Baa2	0	267
BBB+	42.161	15.008.685
BBB	1.962	67.687
BBB-	3.087	0
BB	0	528
sem <i>rating</i> conhecido	14.558	12.645
	16.036.245	15.090.982

Nota: Notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras.

## 4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica do negócio subjacente, a tesouraria da Águas do Douro e Paiva, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A Águas do Douro e Paiva, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Douro e Paiva, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Passivos			
Empréstimos	1.368.065	6.291.624	8.332.152
Fornecedores	3.588.227	0	736.824
Outros passivos correntes	9.215.300	0	0
	<b>14.171.591</b>	<b>6.291.624</b>	<b>9.068.976</b>

O valor de 1,3 milhões de euros relativo a financiamentos de curto prazo é constituído pelas amortizações a efetuar em 2024 dos financiamentos BEI.

Além dos financiamentos BEI, a AdDP utilizou também, parcialmente, uma linha de suprimentos da AdP-SGPS de renovação bienal no valor de 45 milhões de euros e, também, parcialmente, uma outra linha, igualmente da AdP-SGPS, de apoio à tesouraria, no valor de 5 milhões de euros.

Não se preveem dificuldades para a liquidação dos financiamentos de curto prazo devido ao nível de cash-flow gerado pela empresa e ao facto de ser expectável a renovação das linhas de suprimentos e apoio à tesouraria disponibilizadas pela AdP-SGPS, que ascendem a 50 milhões de euros, e que se encontram totalmente disponíveis, conforme nota 18.6.

## 4.4 RISCO DE MERCADO

### 4.4.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Águas do Douro e Paiva, S.A. advém da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro real média incorrida em 2023 foi de 2,97 % (2,45% em 2022).

### ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO

		31.12.2023	31.12.2022
Juros suportados	Real - nota 32	541.529	674.198
Juros suportados	Tx Média + 1 p.p.	723.862	949.381
Juros suportados	Tx Média - 1 p.p.	359.196	399.015

O impacto de uma eventual variação de 1 ponto percentual, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, terá uma variação de 33,67%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

#### 4.4.2 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais na AdDP em energia e combustíveis, representaram aproximadamente 82% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

#### 4.5 RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Águas do Douro e Paiva, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Douro e Paiva, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não correntes	14.623.776	15.972.708
Empréstimos correntes	1.368.065	1.302.239
Disponibilidades	16.024.187	2.934.180
<b>Dívida</b>	<b>-32.347</b>	<b>14.340.767</b>
Subsídios ao investimento	40.922.983	43.879.990
Total do capital próprio	31.332.342	31.024.918
<b>Capital</b>	<b>72.255.325</b>	<b>74.904.908</b>
Dívida / Capital	0%	19%

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros. Para este efeito deve ser tratado como *capital próprio* e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Douro e Paiva, S.A. assenta tipicamente em três tipos:

- financiamento bancário remunerado, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI,
- financiamento pela casa mãe a título de suprimentos e apoio à tesouraria,
- capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

## **4.6 RISCO DE EXPLORAÇÃO**

### **4.6.1 RISCO DE CATÁSTROFE**

A Águas do Douro e Paiva, S.A. está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### **4.6.2 RISCO REGULATÓRIO**

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## 5. COMPARABILIDADE

Não foi introduzido ou alterado qualquer princípio contábilístico que leve à necessidade de reexpressar as contas de anos anteriores.

Os valores finais das demonstrações financeiras de 2023 são diretamente comparáveis com os valores apresentados em 2022.

## 6. INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público.

O objeto da concessão compreende ainda a conceção, a construção, a instalação, a aquisição das infraestruturas e instalações necessárias para a realização da sua atividade.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	ATIVIDADE EM ALTA	
	AA	CONSTRUÇÃO
	31-12-2023	31-12-2023
Rédito de contratos com clientes	37.807.512	0
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	7.130.420
Desvio de recuperação de gastos	-2.405.417	0
Custo com mercadorias e matérias consumidas	-660.634	0
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	-7.130.420
Fornecimentos e serviços externos	-16.809.581	0
Gastos com pessoal	-5.799.994	0
Amortizações do exercício	-12.884.533	0
Subsídios ao investimento	3.375.254	0
Outros gastos e perdas operacionais	-742.403	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	572.270	0
<b>Resultados operacionais</b>	<b>2.452.476</b>	<b>0</b>
Gastos financeiros	-417.153	0
Rendimentos financeiros	702.660	0
<b>Resultados financeiros</b>	<b>285.507</b>	<b>0</b>
<b>Resultados antes de imposto</b>	<b>2.737.983</b>	<b>0</b>
Imposto do exercício	-1.471.953	0
Imposto diferido	164.834	0
<b>Resultado líquido do exercício operações</b>	<b>1.430.864</b>	<b>0</b>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

	ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS A 31.12.2023
Outros ativos financeiros	14.558	0	14.558
Clientes	7.173.312	0	7.173.312
Outros ativos correntes	54.117	0	54.117
Caixa e seus equivalentes	16.024.187	0	16.024.187
<b>Total do ativo</b>	<b>23.266.175</b>	<b>0</b>	<b>23.266.175</b>
Empréstimos não correntes	0	14.623.776	14.623.776
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	736.824	736.824
Empréstimos correntes	0	1.368.065	1.368.065
Fornecedores e outros passivos correntes	0	3.458.147	3.458.147
<b>Total do passivo</b>	<b>0</b>	<b>20.186.812</b>	<b>20.186.812</b>

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI) – Concessões

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.3.

#### OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os outros ativos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados ao longo do período da concessão a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do ativo.

#### IMPARIDADE

Os ativos da Águas do Douro e Paiva, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a empresa efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 8.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

### VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível.

Na determinação do investimento contratual a empresa utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de concessão e/ou EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

### IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## 8.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	1.555.456	0	0	0	0	1.555.456
Direitos de utilização de infraestruturas	436.974.232	452.158	0	0	2.066.740	439.493.131
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	8.806.993	6.678.261	0	0	-2.066.740	13.418.515
<b>TOTAL</b>	<b>447.336.682</b>	<b>7.130.420</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>454.467.102</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	1.211.857	26.170 <sup>(*)</sup>	0	0	0	1.238.027
Direitos de utilização de infraestruturas	304.936.667	10.239.895 <sup>(*)</sup>	0	0	1.397.666 <sup>(**)</sup>	316.574.228
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>306.148.524</b>	<b>10.266.065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.397.666</b>	<b>317.812.255</b>

<sup>(\*)</sup> conforme nota 29

<sup>(\*\*)</sup> conforme nota 20

<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	343.599	-26.170	0	0	0	317.429
Direitos de utilização de infraestruturas	132.037.566	-9.787.737	0	0	669.074	122.918.903
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	8.806.993	6.678.261	0	0	-2.066.740	13.418.515
<b>TOTAL</b>	<b>141.188.159</b>	<b>-3.135.645</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.397.666</b>	<b>136.654.847</b>

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	1.555.456	0	0	0	0	1.555.456
Direitos de utilização de infraestruturas	431.450.235	2.329.034	0	0	3.194.963	436.974.232
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	6.090.441	5.911.516	0	0	-3.194.963	8.806.993
<b>TOTAL</b>	<b>439.096.132</b>	<b>8.240.550</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>447.336.682</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	1.186.467	25.390 <sup>(*)</sup>	0	0	0	1.211.857
Direitos de utilização de infraestruturas	292.226.902	9.945.070 <sup>(*)</sup>	0	0	2.764.695 <sup>(**)</sup>	304.936.667
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>293.413.369</b>	<b>9.970.460</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.764.695</b>	<b>306.148.524</b>

<sup>(\*)</sup> conforme nota 29

<sup>(\*\*)</sup> conforme nota 20

<b>VALOR LIQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Outros intangíveis	368.989	-25.390	0	0	0	343.599
Direitos de utilização de infraestruturas	139.223.333	-7.616.036	0	0	430.268	132.037.566
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	6.090.441	5.911.516	0	0	-3.194.963	8.806.993
<b>TOTAL</b>	<b>145.682.763</b>	<b>-1.729.910</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2.764.695</b>	<b>141.188.159</b>

O valor das aquisições da concessionária, realizado em 2023, ascendeu a 7,1 milhões de euros, dos quais se destacam as seguintes empreitadas:

- Abastecimento de Água a Baião, captação no rio Douro
- Abastecimento de Água a Baião, zona nascente
- Abastecimento de água a Fajões (Oliveira de Azeméis)
- Aquisição de Grupo Eletrobomba para a Ponte da Bateira
- Reabilitação da conduta S. Vicente de Louredo/ Abelheira
- Sistemas de Videovigilância – CCTV
- Sistemas de telegestão, telemetria e automação
- Modernização de equipamentos de comunicações informáticos e industriais

Em 2023, foi lançado o concurso para o Solar Fotovoltaico 1ª fase, empreitada a iniciar em 2024.

Em 2023 foram ainda desenvolvidos projetos no âmbito do cumprimento do Contrato de Concessão, da reabilitação de infraestruturas e da otimização energética, sendo de destacar os seguintes:

- Ampliação do reservatório de Souto Redondo
- Ampliação da EE de Lagoa, duplicação da conduta Lagoa/Seixo Alvo e reabilitação do reservatório de Lagoa
- Projeto de reabilitação das seguintes instalações da AdDP: ETA de Lever - Ed Exploração, Laboratório e Sala QE, reservatórios de Amarelhe e Pousada, reservatório Sete Casas, reservatório do Avelal e reservatório Souto Redondo (Arouca)
- Reabilitação e Ampliação do Reservatório Souto Redondo (Feira)

## 9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

#### DEPRECIAÇÃO

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

#### IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Douro e Paiva, S.A.. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

## **DESRECONHECIMENTO**

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## **9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

### **VIDA ÚTIL**

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

### **IMPARIDADE**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## 9.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos ativos fixos tangíveis, bem como os movimentos ocorridos nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Edifícios e outras construções	704.235	0	0	0	0	704.235
Equipamento básico	50.849	0	0	0	0	50.849
Equipamento de transporte	50.243	0	0	0	0	50.243
Equipamento administrativo	2.343.340	0	-5.350	0	0	2.337.990
Outro ativo fixo tangível	1.390.332	0	-206	0	0	1.390.126
<b>TOTAL</b>	<b>4.539.000</b>	<b>0</b>	<b>-5.556</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.533.444</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Edifícios e outras construções	284.749	18.036	0	0	0	302.785
Equipamento básico	26.053	4.030	0	0	0	30.083
Equipamento de transporte	50.243	0	0	0	0	50.243
Equipamento administrativo	2.343.133	190	-5.350	0	0	2.337.972
Outro ativo fixo tangível	1.377.419	4.770	-206	0	0	1.381.983
<b>TOTAL</b>	<b>4.081.596</b>	<b>27.026</b>	<b>-5.556</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.103.066</b>

<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2023</b>
Edifícios e outras construções	419.487	-18.036	0	0	0	401.450
Equipamento básico	24.797	-4.030	0	0	0	20.767
Equipamento de transporte	0	0	0	0	0	0
Equipamento administrativo	208	-190	0	0	0	18
Outro ativo fixo tangível	12.913	-4.770	0	0	0	8.143
<b>TOTAL</b>	<b>457.404</b>	<b>-27.026</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>430.378</b>

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2022</b>
Edifícios e outras construções	704.235	0	0	0	0	704.235
Equipamento básico	50.849	0	0	0	0	50.849
Equipamento de transporte	50.243	0	0	0	0	50.243
Equipamento administrativo	3.196.723	952	-854.335	0	0	2.343.340
Outro ativo fixo tangível	1.537.660	0	-147.328	0	0	1.390.332
<b>TOTAL</b>	<b>5.539.711</b>	<b>952</b>	<b>-1.001.663</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.539.000</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2022</b>
Edifícios e outras construções	266.713	18.036	0	0	0	284.749
Equipamento básico	22.023	4.030	0	0	0	26.053
Equipamento de transporte	48.997	1.246	0	0	0	50.243
Equipamento administrativo	3.195.737	1.731	-854.335	0	0	2.343.133
Outro ativo fixo tangível	1.497.636	27.111	-147.328	0	0	1.377.419
<b>TOTAL</b>	<b>5.031.105</b>	<b>52.153</b>	<b>-1.001.663</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.081.596</b>

<b>VALOR LIQUIDO</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES/ABATES</b>	<b>REVERSÕES</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.12.2022</b>
Edifícios e outras construções	437.523	-18.036	0	0	0	419.487
Equipamento básico	28.826	-4.030	0	0	0	24.797
Equipamento de transporte	1.246	-1.246	0	0	0	0
Equipamento administrativo	987	-779	0	0	0	208
Outro ativo fixo tangível	40.024	-27.111	0	0	0	12.913
<b>TOTAL</b>	<b>508.606</b>	<b>-51.202</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>457.404</b>

## 10. LOCAÇÕES

### 10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a Águas do Douro e Paiva, S.A. é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. apenas tem locações enquanto locatário (edifícios, viaturas e licenças Microsoft).

#### IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

#### SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Águas do Douro e Paiva, S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e a componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

#### PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- a) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- b) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

## CONTABILIZAÇÃO COMO LOCATÁRIO

### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

#### Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

#### Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

#### Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 50
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

## Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. mensura o passivo da locação por:

- Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
  - a) Implica ajustar o valor contábilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

## EXPEDIENTES PRÁTICOS UTILIZADOS PELA EMPRESA ENQUANTO LOCATÁRIO

A Águas do Douro e Paiva, S.A. utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Águas do Douro e Paiva, S.A. é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## VENDAS SEGUIDAS DE LOCAÇÃO ( "SALE AND LEASEBACK TRANSACTIONS" )

Se uma entidade (vendedor-locatário) transferir um ativo para outra entidade (comprador-locador) e locar esse ativo do comprador/locador, ambas as entidades devem registar a transferência do ativo da seguinte forma:

- a) A transferência do ativo é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- O vendedor-locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso que resulta da locação ("leaseback") pela proporção do valor líquido contábilístico do ativo que corresponde ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Deste modo, o vendedor-locatário deve reconhecer apenas o montante de qualquer ganho ou perda que corresponde aos direitos transferidos para o comprador-locador;
- O comprador-locador deve registar a compra do ativo de acordo com as Normas IFRS que sejam aplicáveis, e para a locação deverá aplicar a Norma IFRS 16 nos termos aplicáveis aos locadores.

Se o justo valor da venda do ativo não for igual ao justo valor do ativo, ou se os pagamentos da locação não forem a taxas de mercado, uma entidade deve efetuar os seguintes ajustamentos na mensuração do valor da venda ao justo valor:

- Quaisquer condições abaixo de mercado devem ser contabilizadas como um pagamento antecipado da locação; e
- Quaisquer condições acima de mercado devem ser contabilizadas como um financiamento adicional concedido pelo comprador-locador ao vendedor-locatário.

b) A transferência do ativo não é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário não satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- O vendedor-locatário deve continuar a reconhecer o ativo transferido e deve reconhecer um passivo financeiro por valor equivalente ao montante recebido, nos termos do IFRS 9;
- O comprador-locador não deve reconhecer um ativo transferido e deve reconhecer um ativo financeiro por valor equivalente ao montante pago, nos termos do IFRS 9.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. não tem operações consideradas como “*Sale and leaseback transactions*”.

## 10.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

### VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

## 10.3 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe e movimento dos ativos sob direito de uso ocorridos nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativos sob direito de uso	81.982	0	0	0	81.982
- Edifícios e Outras Construções					
Ativos sob direito de uso	190.473	73.666	-96.731	0	167.409
- Equipamento de transporte					
Ativos sob direito de uso	332.975	0	-332.975	0	0
- Intangíveis - Licenças					
<b>TOTAL</b>	<b>605.431</b>	<b>73.666</b>	<b>-429.706</b>	<b>0</b>	<b>249.391</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativos sob direito de uso	47.823	16.396	0	0	64.219
- Edifícios e Outras Construções					
Ativos sob direito de uso	94.826	50.459	-96.731	0	48.554
- Equipamento de transporte					
Ativos sob direito de uso	231.233	101.742	-332.975	0	0
- Intangíveis - Licenças					
<b>TOTAL</b>	<b>373.881</b>	<b>168.598</b>	<b>-429.706</b>	<b>0</b>	<b>112.773</b>

<b>VALOR LIQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativos sob direito de uso	34.159	-16.396	0	0	17.763
- Edifícios e Outras Construções					
Ativos sob direito de uso	95.648	23.207	0	0	118.855
- Equipamento de transporte					
Ativos sob direito de uso	101.742	-101.742	0	0	0
- Intangíveis - Licenças					
<b>TOTAL</b>	<b>231.549</b>	<b>-94.932</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>136.618</b>

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2022</b>
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	81.982	0	0	0	81.982
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	369.500	93.742	-272.769	0	190.473
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	332.975	0	0	0	332.975
<b>TOTAL</b>	<b>784.458</b>	<b>93.742</b>	<b>-272.769</b>	<b>0</b>	<b>605.431</b>

<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2022</b>
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	31.427	16.396	0	0	47.823
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	296.023	71.572	-272.769	0	94.826
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	120.241	110.992	0	0	231.233
<b>TOTAL</b>	<b>447.691</b>	<b>198.960</b>	<b>-272.769</b>	<b>0</b>	<b>373.881</b>

<b>VALOR LIQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>ALIENAÇÕES /ABATES</b>	<b>CORREÇÕES</b>	<b>31.12.2022</b>
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	50.556	-16.396	0	0	34.159
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	73.477	22.171	0	0	95.648
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	212.734	-110.992	0	0	101.742
<b>TOTAL</b>	<b>336.767</b>	<b>-105.218</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>231.549</b>

## 10.4 PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação nos exercícios de 2022 e de 2023 é o seguinte:

<b>CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO</b>	<b>CORRENTE</b>	<b>NÃO CORRENTE</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	18.020	1.526	19.546
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	41.321	80.506	121.827
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>59.341</b>	<b>82.032</b>	<b>141.373</b>

<b>PASSIVOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>ATÉ 1 ANO</b>	<b>1-5 ANOS</b>	<b>MAIS 5 ANOS</b>	<b>31.12.2023</b>
Futuros pagamentos mínimos	63.273	84.171	0	147.445
Juros	3.932	2.140	0	6.072
Valor presente dos pagamentos mínimos	59.341	82.032	0	141.373

<b>CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO</b>	<b>CORRENTE</b>	<b>NÃO CORRENTE</b>	<b>31.12.2022</b>
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	17.145	19.163	36.308
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	37.295	60.543	97.839
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54.440</b>	<b>79.706</b>	<b>134.147</b>

<b>PASSIVOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>ATÉ 1 ANO</b>	<b>1-5 ANOS</b>	<b>MAIS 5 ANOS</b>	<b>31.12.2022</b>
Futuros pagamentos mínimos	58.349	81.989	0	140.338
Juros	3.909	2.282	0	6.191
Valor presente dos pagamentos mínimos	54.440	79.707	0	134.147

## 10.5 PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

<b>TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>31.12.2023</b>
Contabilizados de acordo com modelo único previsto no IFRS 16	71.723
Contabilizados como despesa em resultados	204.007
<b>TOTAL</b>	<b>275.730</b>

<b>TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>31.12.2022</b>
Contabilizados de acordo com modelo único previsto no IFRS 16	206.046
Contabilizados como despesa em resultados	181.841
<b>TOTAL</b>	<b>387.887</b>

## 11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

### 11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 14.1.

### 11.2 DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo (IGCP)	0	12.010.557
Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo (IGCP) - Juros a receber	0	136.099
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	14.558	12.645
<b>Total dos investimentos financeiros</b>	<b>14.558</b>	<b>12.159.301</b>

O valor aplicado em CEDIM decorreu da constituição e reforço do fundo de reconstituição do capital, para dar cumprimento aos anteriores contratos de concessão.

O atual contrato de concessão da Águas do Douro e Paiva, S.A. (cláusula 23.<sup>a</sup>), dispensa a empresa de manter quaisquer fundos de reconstituição de capital, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas concessionárias extintas, designadamente para redução do endividamento.

Estas aplicações mantiveram-se até ao seu vencimento em 25,10.2023.

## 12. IMPOSTOS DIFERIDOS

### 12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a impostos diferidos, consultar divulgação na nota 23.1.

### 12.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos impostos diferidos ativos e passivos nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

<b>TAXA DE IRC + DERRAMA MUNICIPAL + DERRAMA ESTADUAL</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>REGULARIZAÇÃO</b>	<b>ACERTO TX EFETIVA</b>	<b>DOTAÇÃO</b>	<b>UTILIZAÇÃO</b>	<b>31.12.2023 (*)</b>
	<b>26,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,0%</b>
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>						
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	46.854.164	0	0	2.422.844	1.331.375	47.945.633
Desvio tarifário	63.199.917	0	0	2.405.417	0	65.605.334
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	110.054.081	0	-110.054.081	4.828.260	1.331.375	113.550.967
IRC	28.614.061	0	-1.100.541	1.207.065	332.844	28.387.742
Imposto diferido ativo reconhecido	28.614.061	0	-1.100.541	1.207.065	332.844	28.387.742
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	10.519.827	0	0	0	751.416	9.768.411
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsidio investimento contratual realizado	5.073.187	0	0	0	189.476	4.883.711
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	15.593.013	0	-15.593.013	0	940.892	14.652.121
IRC	4.054.137	0	-155.930	0	235.223	3.662.984
Imposto diferido passivo reconhecido	4.054.137	0	-155.930	0	235.223	3.662.984

(\*) ver nota 23.5

TAXA DE IRC + DERRAMA MUNICIPAL + DERRAMA ESTADUAL	31.12.2022	REGULARIZAÇÃO	ACERTO TX EFETIVA	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	31.12.2022 <sup>(*)</sup>
	26,0%	25,0%	1,0%	25,0%	25,0%	25,0%
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>						
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	47.820.219	0	0	481.003	1.447.058	46.854.164
Desvio tarifário	49.895.955	0	0	2.405.417	0	65.605.334
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	97.716.174	0	-97.716.174	13.784.966	1.447.058	110.054.081
IRC	24.917.624	0	488.581	3.584.091	376.235	28.614.061
Imposto diferido ativo reconhecido	24.917.624	0	488.581	3.584.091	376.235	28.614.061

TAXA DE IRC + DERRAMA MUNICIPAL + DERRAMA ESTADUAL	26,0%	25,0%	1,0%	25,0%	25,0%	25,0%
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	11.271.243	0	0	0	751.416	10.519.827
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsidio investimento contratual realizado	5.284.973	0	0	0	211.787	5.073.187
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	16.556.216	0	-16.556.216	0	963.203	15.593.013
IRC	4.221.788	0	82.781	0	250.433	4.054.137
Imposto diferido passivo reconhecido	4.221.788	0	82.781	0	250.433	4.054.137

(\*) ver nota 23.5

A empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

## 12.3 DIFERIMENTO FISCAL DOS EFEITOS DA TRANSIÇÃO CONTABILÍSTICA PELO PRAZO REMANESCENTE DA CONCESSÃO

No decurso de um *Pedido de Informação Vinculativo* (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de custos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a empresa AdDP está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A AdDP é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas multimunicipais, onde se enquadra a AdDP.

Assim, este foi o procedimento adotado pelas empresas, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde, no seu art.º 255.º, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando, para o efeito, ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5.º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, as empresas mantiveram o procedimento em que os ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual não realizado à data de 31/12/2009 concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável pelo prazo remanescente da concessão. Os restantes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como definido no Decreto-Lei n.º 159/2009, em partes iguais, em 5 anos (período já terminado em 2014).

## **12.4 IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS POTENCIAIS**

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

## 13. INVENTÁRIOS

### 13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 13.2 DETALHE

O detalhe dos inventários nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Matérias subsidiárias	155.020	169.923
Materiais de aplicação geral	614.566	527.625
	<b>769.586</b>	<b>697.548</b>

As matérias subsidiárias da empresa são integralmente constituídas por reagentes.

Os materiais de aplicação geral são maioritariamente constituídos por materiais de conservação.

## 14. ATIVOS FINANCEIROS

### 14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Águas do Douro e Paiva, S.A., a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

#### AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

#### AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

## RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

## MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo. Face à atividade da Águas do Douro e Paiva, S.A., a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

## CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (*WRITE-OFF*)

A empresa reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

## IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o *default* ocorrer.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

## DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor; os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 14.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

### IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A., não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da empresa.

### 14.3 CLIENTES DETALHE

O detalhe de Clientes nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023			31.12.2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
AdNorte	176.979	0	176.979	166.995	0	166.995
Lousada	145.805	0	145.805	0	0	0
Santa Maria da Feira	0	0	0	198.444	0	198.444
Vila Nova de Gaia	1.612.559	0	1.612.559	703.991	0	703.991
Valongo	407.387	0	407.387	191.024	0	191.024
Paredes	108.136	0	108.136	80.475	0	80.475
Espinho	0	0	0	87.745	0	87.745
Paços de Ferreira	95.690	0	95.690	86.326	0	86.326
Porto	908.488	0	908.488	822.476	0	822.476
Matosinhos	473.729	0	473.729	0	0	0
Castelo de Paiva	0	0	0	68.785	0	68.785
São João da Madeira	29.174	0	29.174	26.657	0	26.657
Penafiel	519	0	519	11.556	0	11.556
Oliveira de Azeméis	98.446	0	98.446	88.238	0	88.238
Outros	0	0	0	959	0	959
<b>Total Clientes (faturação emitida)</b>	<b>4.056.912</b>	<b>0</b>	<b>4.056.912</b>	<b>2.533.668</b>	<b>0</b>	<b>2.533.668</b>
Acréscimos de rendimentos - nota 24	3.116.400	0	3.116.400	2.898.542	0	2.898.542
<b>Total de Clientes</b>	<b>7.173.312</b>	<b>0</b>	<b>7.173.312</b>	<b>5.432.210</b>	<b>0</b>	<b>5.432.210</b>

	31.12.2023			31.12.2022		
	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL
AdNorte	0	176.979	176.979	0	166.995	166.995
Lousada	0	145.805	145.805	0	0	0
Santa Maria da Feira	0	0	0	0	198.444	198.444
Vila Nova de Gaia	2.205	1.610.355	1.612.559	0	703.991	703.991
Valongo	0	407.387	407.387	0	191.024	191.024
Paredes	0	108.136	108.136	0	80.475	80.475
Espinho	0	0	0	0	87.745	87.745
Paços de Ferreira	0	95.690	95.690	0	86.326	86.326
Porto	0	908.488	908.488	0	822.476	822.476
Matosinhos	0	473.729	473.729	0	0	0
Castelo de Paiva	0	0	0	0	68.785	68.785
São João da Madeira	0	29.174	29.174	0	26.657	26.657
Penafiel	0	519	519	0	11.556	11.556
Oliveira de Azeméis	0	98.446	98.446	0	88.238	88.238
Outros	0	0	0	0	959	959
<b>Total Clientes</b>	<b>2.205</b>	<b>4.054.707</b>	<b>4.056.912</b>	<b>0</b>	<b>2.533.668</b>	<b>2.533.668</b>

A rubrica de Clientes integra os acréscimos de rendimentos relativos ao fornecimento de água efetuados em dezembro, a faturar em janeiro do ano seguinte.

## 14.4 CLIENTES – MUNICÍPIOS

A seguinte tabela representa a exposição corrente da Águas do Douro e Paiva, S.A. referente a serviço aos municípios, a 31 de dezembro de 2022 e 2023:

	31.12.2023			31.12.2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Lousada	145.805	0	145.805	0	0	0
Vila Nova de Gaia	1.612.559	0	1.612.559	703.991	0	703.991
Paredes <sup>(*)</sup>	108.136	0	108.136	0	0	0
Espinho	0	0	0	87.745	0	87.745
Porto	908.488	0	908.488	822.476	0	822.476
Castelo de Paiva	0	0	0	68.785	0	68.785
São João da Madeira	29.174	0	29.174	26.657	0	26.657
Penafiel	519	0	519	11.556	0	11.556
<b>Total Clientes</b>	<b>2.804.681</b>	<b>0</b>	<b>2.804.681</b>	<b>1.721.209</b>	<b>0</b>	<b>1.721.209</b>

	31.12.2023			31.12.2022		
	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL
Lousada	0	145.805	145.805	0	0	0
Vila Nova de Gaia	2.205	1.610.355	1.612.559	0	703.991	703.991
Paredes <sup>(*)</sup>	0	108.136	108.136	0	0	0
Espinho	0	0	0	0	87.745	87.745
Porto	0	908.488	908.488	0	822.476	822.476
Castelo de Paiva	0	0	0	0	68.785	68.785
São João da Madeira	0	29.174	29.174	0	26.657	26.657
Penafiel	0	519	519	0	11.556	11.556
<b>Total Clientes</b>	<b>2.205</b>	<b>2.802.476</b>	<b>2.804.681</b>	<b>0</b>	<b>1.721.209</b>	<b>1.721.209</b>

<sup>(\*)</sup> Em 2023 o cliente passou a ser o SMAS de Paredes, logo a integrar a categoria de Municípios

## 15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

### 15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a outros ativos correntes, consultar divulgação na nota 14.1.

### 15.2 DETALHE

O detalhe de outros ativos correntes nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a fornecedores	0	0
Pessoal	2.560	0
Outros devedores	54.117	77.349
Acréscimos de rendimentos - outros	25.525	9.293
Gastos a reconhecer	132.829	223.089
Estado e outros entes públicos	1.014.022	320.466
	<b>1.229.053</b>	<b>630.198</b>

Os valores da rubrica Estado e outros entes públicos referem-se integralmente a IVA a recuperar e reembolsos pedidos.

## 16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

### 16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

### 16.2 DETALHE

O detalhe de caixa e seus equivalentes nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	2.500	2.500
Depósitos à ordem	3.462.346	931.669
Depósitos a prazo	12.500.000	2.000.000
Acréscimo de juros de depósitos a prazo	59.341	11
	16.024.187	2.934.180

O valor do caixa em 31,12,2022 e 31,12,2023 é composto pelo fundo fixo de caixa de 2.500 euros.

O valor de depósitos a prazo refere-se a aplicações de curto prazo CEDIC no IGCP.

## 17. CAPITAL PRÓPRIO

### 17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

#### CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

#### DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando atribuídos.

## 17.2 CAPITAL SOCIAL

O capital social é constituído por 20.902.500 ações ao valor nominal de 1 euro cada.

ACIONISTAS	31.12.2023			31.12.2022		
	% DE CAPITAL REALIZADO	TOTAL DO CAPITAL SUBSCRITO	TOTAL DO CAPITAL REALIZADO	% DE CAPITAL REALIZADO	TOTAL DO CAPITAL SUBSCRITO	TOTAL DO CAPITAL REALIZADO
ADP - Águas de Portugal	51,00	10.660.275	10.660.275	51,00	10.660.275	10.660.275
Município de Amarante	2,99	624.000	624.000	2,99	624.000	624.000
Município de Arouca	0,29	59.985	59.985	0,29	59.985	59.985
Município de Baião	0,53	111.000	111.000	0,53	111.000	111.000
Município de Castelo de Paiva	0,27	55.420	55.420	0,27	55.420	55.420
Município de Cinfães	0,16	34.420	34.420	0,16	34.420	34.420
Município de Espinho	1,43	299.350	299.350	1,43	299.350	299.350
Município de Gondomar	4,03	842.185	842.185	4,03	842.185	842.185
Município de Maia	2,71	566.805	566.805	2,71	566.805	566.805
Município de Matosinhos	5,39	1.127.560	1.127.560	5,39	1.127.560	1.127.560
Município de Oliveira de Azeméis	1,63	341.605	341.605	1,63	341.605	341.605
Município de Ovar	0,91	190.375	190.375	0,91	190.375	190.375
Município de Porto	13,31	2.781.220	2.781.220	13,31	2.781.220	2.781.220
Município de St <sup>a</sup> . Maria da Feira	2,33	486.270	486.270	2,33	486.270	486.270
Município de S. João da Madeira	0,37	77.655	77.655	0,37	77.655	77.655
Município de Valongo	2,75	575.240	575.240	2,75	575.240	575.240
Município de Vila Nova de Gaia	5,44	1.136.910	1.136.910	5,44	1.136.910	1.136.910
Município de Paredes	1,53	319.725	319.725	1,53	319.725	319.725
Município de Lousada	0,69	143.325	143.325	0,69	143.325	143.325
Município de Felgueiras	1,15	241.325	241.325	1,15	241.325	241.325
Município de Paços de Ferreira	1,09	227.850	227.850	1,09	227.850	227.850
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>20.902.500</b>	<b>20.902.500</b>	<b>100</b>	<b>20.902.500</b>	<b>20.902.500</b>

## 17.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Nos exercícios de 2022 e 2023, o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido	1.430.864	1.182.568
Número médio de ações	20.902.500	20.902.500
	0,068	0,057

## 17.4 DETALHE E MOVIMENTO

O movimento de capital próprio em 2023 é o seguinte:

	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTO DE CAPITAL</b>	<b>AFETAÇÃO DO RES.LÍQUIDO</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2023</b>
Capital social	20.902.500	0	0	0	20.902.500
Reservas e outros ajustamentos	8.939.850	0	59.128	0	8.998.978
Resultado do exercício	1.182.568	0	-1.182.568	1.430.864	1.430.864
	<b>31.024.918</b>	<b>0</b>	<b>-1.123.440</b>	<b>1.430.864</b>	<b>31.332.342</b>

Na Assembleia Geral de 27,03.2023 foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos no montante de 1.123.440 euros. O valor pago, líquido de retenções, ascendeu a 1.007.850 euros.

Em Reservas e outros ajustamentos estão consideradas a reserva legal, a reserva contratual e as doações.

## 18. PASSIVOS FINANCEIROS

### 18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

### 18.2 EMPRÉSTIMOS DETALHE

O detalhe de empréstimos nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos bancários BEI	14.623.776	15.972.708
Empréstimos - empresa-mãe	0	0
<b>Não correntes</b>	<b>14.623.776</b>	<b>15.972.708</b>
Empréstimos bancários BEI	1.348.932	1.280.040
Acréscimos de juros - Empréstimos bancários BEI	19.133	19.803
Acréscimos de juros - Empréstimos - empresa-mãe	0	2.396
<b>Correntes</b>	<b>1.368.065</b>	<b>1.302.239</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>15.991.841</b>	<b>17.274.947</b>

## 18.3 EMPRÉSTIMOS POR INTERVALOS DE MATURIDADE

	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	1.348.932	1.280.040
De 1 a 2 anos	1.446.684	1.348.932
De 2 a 3 anos	1.521.144	1.446.684
De 3 a 4 anos	1.626.576	1.521.144
De 4 a 5 anos	1.697.220	1.626.576
Superior a 5 anos	8.332.152	10.029.372
	<b>15.972.708</b>	<b>17.252.748</b>

Os compromissos que se vencem no próximo ano serão liquidados através das disponibilidades do Balanço e, se necessário, da contratação/renovação de linhas de crédito ou por recurso a linhas de crédito disponíveis e ainda não utilizadas, entre as quais as linhas de suprimentos e apoio à tesouraria contratualizadas com a holding Águas de Portugal, SGPS, S.A..

## 18.4 EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

TAXA DE JURO FIXA	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	1.348.932	1.280.040
De 1 a 2 anos	1.446.684	1.348.932
De 2 a 3 anos	1.521.144	1.446.684
Superior a 3 anos	11.655.948	13.177.092
	<b>15.972.708</b>	<b>17.252.748</b>

## 18.5 FLUXOS DE CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

	31.12.2022	PAGAMENTOS	RECEBIMENTOS	31.12.2023
Empréstimos bancários BEI	17.252.748	1.280.040	0	15.972.708
Empréstimos - empresa-mãe	0	6.000.000	6.000.000	0
<b>Total de empréstimos</b>	<b>17.252.748</b>	<b>7.280.040</b>	<b>6.000.000</b>	<b>15.972.708</b>

## 18.6 LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS

	31.12.2023	31.12.2022
Expira num ano (taxa variável)	6.000.000	6.000.000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	45.000.000	45.000.000
	51.000.000	51.000.000

## 18.7 GARANTIAS ASSOCIADAS AOS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2023	31.12.2022	GARANTIA DA ADP
Empréstimos bancários BEI	15.972.708	17.252.748	Sim
Empréstimos - empresa-mãe	0	0	Não
Total de empréstimos	15.972.708	17.252.748	

## 19. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

### 19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como passivos não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 19.2 DETALHE

#### 19.2.1 O DETALHE DE FORNECEDORES NÃO CORRENTES NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2023 É O SEGUINTE:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de Imobilizado	736.824	668.600
	736.824	668.600

#### 19.2.2 O DETALHE DE FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2023 É O SEGUINTE:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	3.588.227	3.982.828
Acréscimos com férias e subsidio de férias	773.638	704.533
Outras operações com pessoal	115	14
Acréscimo de gastos - energia	1.652.802	112.759
Acréscimo de gastos - seguros	39.175	37.157
Acréscimo de gastos - outros	210.233	384.537
Outros credores	620.816	381.395
Componente tarifária acrescida <sup>(*)</sup>	2.837.331	2.661.368
Estado e outros entes públicos <sup>(**)</sup>	3.081.190	3.158.361
	12.803.526	11.422.950

<sup>(\*)</sup> Componente Tarifária Acrescida (CTA), conforme n.ºs 9 a 13 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro (valor unitário de 0.0777€/ m³ em 2022 e de 0.0798/ m³ em 2023).

<sup>(\*\*)</sup> O valor mais significativo prende-se com a TRH que ascende a 2.918.473 euros (2.862.942 euros em 2022).

## 20. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTO CONTRATUAL

### 20.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.3.5.

### 20.2 MOVIMENTO DO PERÍODO

O movimento ocorrido em acréscimos de gastos para investimento contratual no exercício de 2023 foi o seguinte:

	31.12.2022	ACRÉSCIMOS (NOTA 29)	REALIZAÇÃO INVESTIMENTO (NOTA 8)	31.12.2023
Investimentos contratuais	19.399.305	2.422.844	-1.397.666	20.424.483

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual a preços correntes, definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, acrescido de eventuais montantes de novos investimentos devidamente autorizados pelo Concedente, e são reconhecidos em gastos, na rubrica de amortizações do exercício e no passivo não corrente, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. revê regularmente a calendarização dos seus investimentos contratuais face ao EVEF, sendo que o eventual atraso na realização de algumas empreitadas não coloca em causa a realização destes investimentos em exercícios futuros.

## 21. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

### 21.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Douro e Paiva, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios ao investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

### 21.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos subsídios ao investimento nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	<b>31.12.2022</b>	<b>AUMENTO</b>	<b>RECONHECIMENTO</b>	<b>REGULARIZAÇÃO</b>	<b>31.12.2023</b>
Fundo de Coesão	42.799.704	0	3.250.088	0	<b>39.549.616</b>
POSEUR	898.288	398.247	101.862	0	<b>1.194.673</b>
Fundo Ambiental	0	20.000	2.857	0	<b>17.143</b>
Outros subsidios	181.998	0	20.448	0	<b>161.550</b>
	<b>43.879.990</b>	<b>418.247</b>	<b>3.375.254</b>	<b>0</b>	<b>40.922.983</b>

	<b>31.12.2021</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>RECONHECIMENTO</b>	<b>REGULARIZAÇÕES</b>	<b>31.12.2022</b>
Fundo de Coesão	45.955.319	0	3.155.615	0	<b>42.799.704</b>
POSEUR	370.668	593.998	66.378	0	<b>898.288</b>
Outros subsidios	202.445	0	20.448	0	<b>181.998</b>
	<b>46.528.432</b>	<b>593.998</b>	<b>3.242.440</b>	<b>0</b>	<b>43.879.990</b>

O valor registado corresponde aos montantes de comparticipação de candidaturas a subsídios ao investimento previamente aprovadas, não se antecipando qualquer risco de desreconhecimento dos proveitos reconhecidos à data e/ou devolução dos montantes recebidos, por incumprimento do disposto nas candidaturas.

No exercício de 2023 foram registadas transferências para resultados no valor de 3.375.254 euros.

## 22. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

### 22.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação de gastos, consultar divulgação na nota 2.3.6.

### 22.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), para a atividade da AdDP, é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e do contrato de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração, o investimento e uma remuneração do capital social realizado e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% a partir da data da sua realização, constituição ou reforço e a remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos a partir da data em que era devida a respetiva distribuição, não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (Critérios de Eficiência Produtiva).

Nos termos do Contrato de Concessão, a concessionária deve enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

### 22.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento do desvio de recuperação de gastos nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	31.12.2022	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	31.12.2023
Desvio tarifário passivo	63.199.917	2.405.417	0	65.605.334
Impostos diferidos ativos	16.431.978	-30.645	0	16.401.333
– desvio de recuperação de gastos				
Desvio tarifário passivo (líquido)	46.767.939	2.436.062	0	49.204.000

	31.12.2021	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	31.12.2022
Desvio tarifário passivo	49.895.955	13.303.963	0	63.199.917
Impostos diferidos ativos	12.723.468	3.708.510	0	16.431.978
– desvio de recuperação de gastos				
Desvio tarifário passivo (líquido)	37.172.486	9.595.453	0	46.767.939

DETALHE MOVIMENTO DO EXERCÍCIO	DRG 2023	CORREÇÃO TX	ACERTO ERSAR	VARIAÇÃO
Desvio tarifário passivo	3.248.082	-842.666	0	2.405.417
Impostos diferidos ativos	812.021	-842.666	0	-30.645
– desvio de recuperação de gastos				
Desvio tarifário passivo (líquido)	2.436.062	0	0	2.436.062

## 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 23.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

#### IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em Outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

### 23.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

#### IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

#### IMPOSTOS DIFERIDOS

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

### 23.3 DETALHE

O detalhe do imposto do exercício nos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Estimativa de imposto	1.500.107	3.814.017
Retenções na fonte	-193.320	-189.314
Pagamentos por conta e adicional por conta	-2.108.195	-2.339.003
Imposto a receber / pagar	-801.408	1.285.700

### 23.4 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Imposto corrente	-1.471.953	-3.792.954
Imposto diferido - (ver nota 12)	164.834	3.864.089
	-1.307.119	71.135

Nos valores do Imposto corrente de 2023 e 2022 estão incluídos os valores de -28.154 euros e de -21.063 euros, referentes a excessos de estimativas para imposto dos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente.

## 23.5 RECONCILIAÇÃO ENTRE A TAXA NORMAL E A TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes de imposto	2.737.983	1.111.434
Variações patrimoniais, acréscimos e deduções - Desvio recuper gastos	2.405.417	13.303.963
Variações patrimoniais, acréscimos e deduções - outros	763.678	17.007
<b>Lucro tributável</b>	<b>5.907.077</b>	<b>14.432.403</b>
Imposto à taxa normal + derrama estadual	1.372.699	3.557.425
Imposto à taxa normal - 21%	1.240.486	3.030.805
Derrama estadual entre 1.500.000 e 7.500.000 - 3%	132.212	180.000
Derrama estadual entre 7.500.000 e 35.000.000 - 5%		346.620
Tributação autónoma	38.802	40.106
Derrama municipal - 1,5%	88.606	216.486
<b>Total do imposto</b>	<b>1.500.107</b>	<b>3.814.017</b>
Taxa efetiva de imposto	25,40%	26,43%
Acertos imposto ano anterior	-28.154	-21.063
<b>Imposto do exercício</b>	<b>1.471.953</b>	<b>3.792.954</b>
<hr/>		
Total do imposto (expurgado da Tributação autónoma)	1.461.305	3.773.911
Taxa efetiva de imposto (para efeitos de ID's - nota 12) <sup>(*)</sup>		26%
<hr/>		
Benefício fiscal - Artigo 239º da LOE para 2024 <sup>(**)</sup>	1.278.261	
<b>Lucro tributável (expurgado do benefício fiscal)</b>	<b>7.185.338</b>	
Efeito do benefício fiscal no valor total do Imposto (21% + 3% + 1,5%)	325.956	
<b>Total do imposto - Tributação autónoma - efeito Benefício fiscal</b>	<b>1.787.261</b>	
Taxa efetiva de imposto (para efeitos de ID's - nota 12) <sup>(*)</sup>	25%	

<sup>(\*)</sup> Para efeitos de imposto diferido, e por forma a simplificar metodologias e cálculos, a taxa encontrada é arredondada ao meio ponto percentual mais próximo.

<sup>(\*\*)</sup> Sendo este benefício fiscal extraordinário, o seu efeito é retirado do cálculo da taxa efetiva de imposto para efeitos de ID's, uma vez que esta se refere a períodos futuros em que este benefício fiscal não estará em vigor.

## 24. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

### 24.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Nas vendas de bens efetuadas pela empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

### 24.2 DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 o rédito de contratos com clientes tem o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Vendas de água	34.691.112	32.604.713
Estimativa - nota 14	3.116.400	2.898.542
	<b>37.807.512</b>	<b>35.503.255</b>

O valor das vendas de água resulta do produto do volume de água fornecido (102.933.603 m<sup>3</sup> em 2023 e 99.282.034 m<sup>3</sup> em 2022) pela tarifa (0.3673 €/m<sup>3</sup> em 2023 e 0.3576 €/m<sup>3</sup> em 2022) definida e atualizada, conforme Despacho n.º 10/SEAMB/2023 (Despacho n.º 15300-B/2016 do Ministério do Ambiente para a tarifa de 2022).

O valor de estimativa refere-se aos fornecimentos de dezembro de 2023, a faturar em janeiro de 2024.

## 25. RÉDITO DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

### 25.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

### 25.2 DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 o rédito da atividade de construção e os respetivos gastos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços de construção	7.130.420	8.240.550
Gastos diretos de construção	7.130.420	8.240.550
	0	0

## 26. GASTOS COM MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

### 26.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 26.2 DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os gastos das vendas têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
CMVMC - Matérias - subsidiárias	660.634	521.134
	660.634	521.134

As matérias subsidiárias da empresa são integralmente constituídas por reagentes.

## 27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

### 27.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

### 27.2 DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhos especializados	1.371.556	1.671.624
Energia e outros fluídos	13.744.522	3.035.127
Conservação e reparação	766.840	2.122.126
Vigilância e Segurança	107.738	121.548
Rendas e Alugueres	221.193	188.531
Limpeza, Higiene e Conforto	116.982	116.139
Seguros	193.370	176.194
Outros FSE's	346.706	510.616
	<b>16.868.907</b>	<b>7.941.905</b>
FSE's capitalizados	-59.326	-46.966
	<b>16.809.581</b>	<b>7.894.939</b>

A subida no valor de Fornecimentos e Serviços Externos deve-se à subida nos gastos com energia. Verificou-se uma subida muito significativa (cerca de 400% acima do ano de 2022) das tarifas de energia dos contratos que se iniciaram a 1 de janeiro de 2023, na sequência da crise energética instalada na Europa devido ao contexto geopolítico.

## 28. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações OS	240.039	222.307
Remunerações pessoal	4.608.803	4.111.609
Indemnizações	0	547
Encargos sociais com remunerações	1.106.146	981.881
Outros custos com pessoal	98.282	102.141
Seguro de vida e de saúde	266.485	205.850
	<b>6.319.756</b>	<b>5.624.336</b>
Subsídios à exploração	-3.242	-6.366
Gastos com pessoal capitalizados	-516.520	-433.564
	<b>5.799.994</b>	<b>5.184.406</b>

O aumento dos gastos com pessoal deveu-se essencialmente a:

- Aplicação do acordo de rendimentos, conforme Despachos SET/SEF de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023;
- Aplicação do Regulamento do Regime de Comissão de Serviço de Funções de Chefia;
- Regularização dos vínculos precários com a contratação, em dezembro de 2022, de 11 novos trabalhadores.

### 28.1 QUADRO DE PESSOAL

	2023	2022
Orgãos sociais	12	12
Trabalhadores efetivos e outros	151	141
	<b>163</b>	<b>153</b>

	31.12.2023	31.12.2022
Orgãos sociais*	12	12
Trabalhadores efetivos e outros**	151	151
	<b>163</b>	<b>163</b>

\* em 31 de dezembro de 2023, os Órgãos Sociais têm a seguinte composição: 5 Administradores + 3 membros mesa AG + 3 membros Conselho Fiscal + 1 ROC

\*\* em 31 de dezembro de 2023, além dos 151 trabalhadores ao serviço da empresa, existiam 3 colaboradores com contrato com a AdDP suspenso (2 por cedência ocasional a outras empresas do grupo; 1 por nomeação para Órgão Social noutras empresas do grupo).

## 29. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 as amortizações têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Amortizações de ativos intangíveis (nota 8)	10.266.065	9.970.460
Acréscimos de gastos para investimento contratual (nota 20)	2.422.844	481.003
Amortizações de ativos fixos tangíveis (nota 9)	27.026	52.153
Amortizações de ativos sob direito de uso (nota 10)	168.598	198.960
	<b>12.884.533</b>	<b>10.702.576</b>

O aumento das amortizações deve-se à inclusão dos montantes de novos investimentos (25.055.754), devidamente autorizados pelo Concedente, com o seguinte detalhe: Neutralidade Energética (16 milhões de euros); Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva (2,9 milhões euros); Nova Origem de Abastecimento a Baião (2,4 milhões de euros), Abastecimento a Fajões (1 milhão de euros); Ampliação e Reabilitação do Reservatório de Souto Redondo (1 milhão de euros); Novos Pontos de Entrega Lousada (1 milhão de euros) e Sistema de Ozonização ETA de Lever (700 mil euros).

### 30. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Impostos	610.833	566.707
Descontos de pp concedidos	13.692	11.323
Perdas em existências	30.386	0
Perdas em locações antecipadas	5.368	0
Donativos	44.300	50.000
Outros gastos operacionais	37.823	40.900
	<b>742.403</b>	<b>668.930</b>

O valor dos impostos é essencialmente constituído pelas taxas anuais pagas à ERSAR, tal como definido nos termos do n.º 1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro.

A empresa concede um desconto financeiro, a uma taxa anual de 2%, aos seus clientes que antecipem os pagamentos em 30 dias.

## 31. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	495.746	447.210
Rendas auferidas	51.254	54.603
Ganhos em imobilizado - sinistros	24.670	27.522
Outros rendimentos e ganhos operacionais	600	0
	<b>572.270</b>	<b>529.334</b>

Em rendimentos suplementares está incluído o valor de 457 mil euros, relativo ao protocolo de cooperação com a SIMDOURO, S.A., que visa a partilha de recursos, no âmbito do referido no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

## 32. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Juros suportados empréstimos bancários	541.529	674.198
Juros suportados locações - IFRS 16	5.283	5.125
Juros de mora	433	678
Comissões de grupo	101.311	108.690
	<b>648.557</b>	<b>788.691</b>
Gastos financeiros capitalizados	-231.404	-149.281
	<b>417.153</b>	<b>639.411</b>

A redução nesta rubrica deve-se, essencialmente, à redução do nível do endividamento (ver nota 18).

### 33. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Juros de mora	12.434	714
Outros juros	690.226	751.048
	702.660	751.763

Em Outros juros está registado o rendimento das aplicações feitas no IGCP (CEDIM e CEDIC).

## 34. TRANSAÇÕES E SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

### GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

	RENDIMENTOS 31.12.2023	GASTOS 31.12.2023	RENDIMENTOS 31.12.2022	GASTOS 31.12.2022
Águas de Portugal, SGPS, SA	594	1.031.689	0	1.074.361
AdP Valor, S A	0	594	0	0
ADP Energias, SA	-701	0	-2.089	0
Simdouro, SA	457.567	6.325	444.960	-60.125
Águas da Região de Aveiro, SA	1.104.684	0	1.069.868	0
Aguas do Norte, SA	1.594.151	297	1.585.131	0
Águas do Centro Litoral	743	297	0	149
Águas do Tejo Atlântico	30.446	743	149	446
EPAL	1.708	594	0	8.269
Águas de Sto André	297	149	0	0
Águas públicas do Alentejo	149	149	0	0
Águas do alto Minho	297	446	0	0
Simarsul	0	149	0	0
Águas do Algarve	446	0	0	0
	3.190.379	1.041.430	3.098.018	1.023.099

	ATIVOS 31.12.2023	PASSIVOS 31.12.2023	ATIVOS 31.12.2022	PASSIVOS 31.12.2022
Águas de Portugal, SGPS, SA	0	371.950	0	356.304
AdP Valor, S A	0	32.534	0	32.534
ADP Energias, SA	0	62	308	239
Simdouro, SA	0	0	2.373	0
Águas da Região de Aveiro, SA	70.894	48.693	53.282	-620
Aguas do Norte, SA	270.754	2.837.628	300.963	2.661.368
Águas do Centro Litoral	90.426	0	85.461	0
Águas do Tejo Atlântico	446	297	959	1.400
EPAL	0	149	0	0
Águas de Sto André	0	0	0	0
Águas públicas do Alentejo	297	446	0	0
Águas do alto Minho	0	0	0	0
Simarsul	0	0	0	0
Águas do Algarve	0	0	0	0
	432.817	3.291.758	443.345	3.051.225

Natureza dos saldos de rendimentos:

AdDP/ AdP – júris de procedimento

AdDP / AdP Energias – microprodução de energia

AdDP/ SIMDOURO – protocolo de colaboração, júris de procedimento

AdDP/ ADRA – faturação de abastecimento de água, júris de procedimento

AdDP / Águas do Norte – faturação de abastecimento de água, júris de procedimento

AdDP/Águas do Centro Litoral – júris de procedimento

AdDP / Águas do Tejo Atlântico – júris de procedimento, software GOC

AdDP / EPAL – júris de procedimento, formação

AdDP / Águas de Sto André – júris de procedimento

AdDP / Águas Públicas do Alentejo – júris de procedimento

AdDP / Águas do Alto Minho – júris de procedimento

AdDP / Águas do Algarve – júri de procedimento

Natureza dos saldos de gastos:

AdDP / AdP SGPS – fees de gestão, juros de financiamento, júris de procedimento, administrador não executivo

AdDP/AdP Valor – júris de procedimento

AdDP/ SIMDOURO – redébitos de custos de Órgãos Sociais e viaturas em utilização pela SIMDOURO

AdDP / Águas do Norte – júris de procedimento

AdDP/Águas do Centro Litoral – júris de procedimento

AdDP / Águas do Tejo Atlântico – júris de procedimento

AdDP / EPAL – júris de procedimento, formação

AdDP / Águas de Sto André – júris de procedimento

AdDP / Águas públicas do Alentejo – júris de procedimento

AdDP / Águas do Alto Minho – júris de procedimento

AdDP / Simarsul – júris de procedimento

## ACIONISTAS

	<b>RENDIMENTOS</b> <b>31.12.2023</b>	<b>GASTOS</b> <b>31.12.2023</b>	<b>RENDIMENTOS</b> <b>31.12.2022</b>	<b>GASTOS</b> <b>31.12.2022</b>
Lousada	658.457	0	692.287	0
Maia	2.935.479	0	2.259.553	0
Vila Nova de Gaia	6.782.291	0	6.517.697	0
Felgueiras	1.133.037	0	1.098.817	0
Espinho	823.322	0	819.282	0
Porto	7.970.519	1.697	7.377.874	1.979
Paredes <sup>(*)</sup>	536.455	0	0	0
Castelo de Paiva	692.725	124	646.133	118
São João da Madeira	291.719	0	374.345	0
	<b>21.824.003</b>	<b>1.821</b>	<b>19.785.988</b>	<b>2.097</b>

	<b>ATIVOS</b> <b>31.12.2023</b>	<b>PASSIVOS</b> <b>31.12.2023</b>	<b>ATIVOS</b> <b>31.12.2022</b>	<b>PASSIVOS</b> <b>31.12.2022</b>
Lousada	145.805	0	0	0
Maia	0	0	0	0
Vila Nova de Gaia	1.612.559	0	703.911	0
Felgueiras	0	0	0	0
Espinho	0	0	87.745	0
Porto	908.488	148	822.476	214
Paredes <sup>(*)</sup>	108.136	0	0	0
Castelo de Paiva	0	70.327	68.785	70.327
São João da Madeira	29.174	0	11.556	0
	<b>2.804.162</b>	<b>70.475</b>	<b>1.694.473</b>	<b>70.541</b>

<sup>(\*)</sup> A partir de junho 2023 a faturação passou a ser emitida ao SMAS de Paredes

Natureza dos saldos de rendimentos:

AdDP/ Municípios – Faturação de abastecimento de água, juros de mora e de acordos

Natureza dos saldos de gastos:

AdDP / Município do Porto – Fornecimento de água em baixa

AdDP / Município de Castelo de Paiva – Taxas de saneamento e resíduos sólidos

## 35. COMPROMISSOS

A empresa assumiu, ainda, os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### 35.1 CONTRATO DE CONCESSÃO

Os Investimentos reversíveis incluídos na versão aprovada do modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão, acrescidos dos montantes de novos investimentos (25.055.754 euros) devidamente autorizados pelo Concedente, perfazem o valor de 492.258.868 euros (preços correntes), dos quais 454.467.102 euros já se encontram realizados.

### 35.2 CONTRATOS DE EMPREITADA E SERVIÇOS

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foram celebrados os seguintes contratos:

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	VALOR CONTRATO (MEUROS)	TOTAL FATURADO A 31.12.2023 (MEUROS)	VALOR FINAL DO CONTRATO (ESTIMADO) (MEUROS)
AA009 E4 Aquisição de grupo eletrobomba para a captação da Ponte da Bateira	DTE, Instalações Especiais, S.A.	429.769	341.782	429.769
AA014 E2 Nova Adutora Ramalde - Pedrouços. Reabilitação Fase 2	Amydra Construções Lda Lálíio Engenharia S.A	945.720	1.360.146	1.360.146
AA015 E1 Abastecimento de Água ao Município de Baião - Zona Nascente. Abastecimento a Valadares	Amydra Construções Lda Lálíio Engenharia S.A	1.066.331	1.108.449	1.108.449
AA022 E1/Lote 1 Nova captação de abastecimento a Baião - Captação do Abelhal, Edifício de apoio à captação, RR+EE água bruta da ETA de Pousada	Amydra Construções Lda Lálíio Engenharia S.A	1.196.070	1.265.275	1.265.275
AA022 E2/Lote 2 Nova captação de abastecimento a Baião - Lote 2 - Condutas Adutoras Elevatórias	Amydra Construções Lda Lálíio Engenharia S.A	846.853	931.072	984.774
AA032 E1 Reforço/melhoria de taludes	Nortejuvil, Sociedade de Construções S.A.	117.696	114.432	117.969
AA045 E2 Reforço da capacidade da EE de Santa Eulália	Amydra Construções Lda	29.729	29.725	29.725
AA058 E1 Abastecimento de água a Fajões	Construções Lousaestradas Ribeiro Lda	1.019.352	458.612	1.071.562
AA063 E1 Reabilitação do Troço S. Vicente Louredo - Abelheira	Paviazeméis Pavimentos de Azeméis Lda	1.047.982	368.890	1.047.982
DIG 002 Sistemas de Videovigilância - CCTV	Strong Charon Soluções de Segurança SA	975.000	476.349	975.000
DIG 006 Modernização de equipamentos de comunicações informáticos e industriais, implementação, configuração e operação	LINKCOM Sistemas de Construção, S.A	1.050.000	749.994	1.050.000
<b>TOTAL</b>		<b>8.724.503</b>	<b>7.204.727</b>	<b>9.440.652</b>

## 36. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 36.1 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2023 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no valor de 400.315 euros assim discriminadas:

BENEFICIÁRIO	BPI
Infraestruturas de Portugal, SA	22.440
Tribunais	9.984
Diversos Proprietários	280.426
Calçadas do Douro	54.390
Imoretalho	33.075
<b>TOTAL</b>	<b>400.315</b>

### 36.2 PROCESSOS JUDICIAIS

No final de 2023 encontra-se pendente o conjunto de processos abaixo discriminados:

#### PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
Proc. 1099/19.IBEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	EFACEC Electric Mobility	AdDP	8.197,58	DSJ AdP, SGPS, S.A.
Proc. 865/20.OBELSB	Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	Ocidental Companhia de Seguros, S.A.	AdDP e participadas Grupo	30.000,01	DSJ AdP, SGPS, S.A.
Proc. 1816/23.5BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	PMT - Coordenação e Gestão de Projetos, Unipessoal, Lda	AdDP	12.127,50	Pinto Júnior & Associados

#### PROCESSOS JUDICIAIS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
Proc. 9879/19.IT8PRT	TJCPorto - Juízo 1 do Trabalho do Porto	Ana Cláudia Tomás e Outros (trabalhadores AdDP)	AdDP	6.884,06	Pinto Júnior & Associados

#### INJUNÇÕES - AÇÕES DECLARATIVAS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
46766/22.8YIPRT	BNI	LNEC	AdDP	510.484,65	Beatriz Saraiva

É convicção da Administração da empresa que não existem riscos financeiros associados a estes processos.

## **37. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

### **ARTIGO 324.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

A AdDP não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### **ARTIGO 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Relativamente aos seus administradores, a AdDP não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### **ARTIGO 21.º DO DECRETO-LEI N.º 411/91, DE 17 DE OUTUBRO**

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados, em 31 de dezembro de 2023, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro de 2024.

### **ARTIGO 66.º N.º 5 G) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

A Empresa não possui qualquer sucursal.

## 38. RENDIMENTO GARANTIDO

Nos termos do contrato de concessão da AdDP, os capitais próprios aplicados na empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde (até ao final do primeiro subperíodo do segundo período tarifário) à aplicação ao capital social e reserva legal desde a data da sua realização, constituição e reforço, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

O valor da remuneração do capital social, reserva legal e dividendos em dívida, calculado nos termos do contrato de concessão, é o seguinte:

			<b>2023</b>
Capital a 01-01-2023			20.902.500,00
Taxa de juro OT 10 anos			3,240%
Spread 3pp			3,000%
Taxa de remuneração acionista			6,240%
<b>Reserva legal em 01-01-2023</b>			<b>1.982.654,29</b>
Reforço da Reserva legal			
	data	nº dias	
	3/27/2023	280	59.128,42
Reserva legal a 31-12-2023			2.041.782,71
Taxa de juro OT 10 anos			3,240%
Spread 3pp			3,000%
Taxa de remuneração acionista			6,240%
<b>Remuneração da Reserva legal</b>			<b>126.547,99</b>
<b>Remuneração acionista total do exercício de 2023</b>			<b>1.430.863,98</b>

<b>ACIONISTAS</b>	<b>POSIÇÃO INICIAL 31.12.2022</b>	<b>AFETAÇÃO A RESERVAS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS</b>	<b>REMUNERAÇÃO DO ANO</b>	<b>POSIÇÃO EM 31.12.2023</b>
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	603.167,45	30.158,37	573.009,08	729.810,29	729.810,29
M. Maia	32.260,95	1.613,05	30.647,90	39.034,54	39.034,54
M. Lousada	7.988,93	399,45	7.589,48	9.666,31	9.666,31
M. Felgueiras	13.427,96	671,40	12.756,56	16.247,33	16.247,33
M. Amarante	33.403,41	1.670,17	31.733,24	40.416,88	40.416,88
M. Arouca	3.414,34	170,72	3.243,62	4.131,22	4.131,22
M. Baião	5.941,95	297,10	5.644,85	7.189,54	7.189,54
M. Cinfães	1.959,09	97,95	1.861,14	2.370,43	2.370,43
M. Vila Nova de Gaia	64.713,89	3.235,69	61.478,20	78.301,41	78.301,41
M. Paredes	17.850,17	892,51	16.957,66	21.598,03	21.598,03
M. Castelo de Paiva	3.154,46	157,72	2.996,74	3.816,77	3.816,77
M. Espinho	17.038,15	851,91	16.186,24	20.615,54	20.615,54
M. Gondomar	47.934,79	2.396,74	45.538,05	57.999,33	57.999,33
M. Matosinhos	64.181,68	3.209,08	60.972,60	77.657,45	77.657,45
M. Oliveira de Azeméis	19.444,15	972,21	18.471,94	23.526,68	23.526,68
M. Ovar	10.835,61	541,78	10.293,83	13.110,68	13.110,68
M. Paços de Ferreira	12.712,62	635,63	12.076,99	15.381,81	15.381,81
M. Porto	158.299,23	7.914,96	150.384,27	191.536,20	191.536,20
M. S. J. Madeira	4.420,11	221,01	4.199,10	5.348,18	5.348,18
M. S. M. Feira	27.678,46	1.383,92	26.294,54	33.489,91	33.489,91
M. Valongo	32.741,03	1.637,05	31.103,98	39.615,45	39.615,45
<b>TOTAL</b>	<b>1.182.568,43</b>	<b>59.128,42</b>	<b>1.123.440,01</b>	<b>1.430.863,98</b>	<b>1.430.863,98</b>

## **39. INFORMAÇÃO RELEVANTE**

### **39.1 EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### **39.1.1 PROJETO DE DECISÃO DA ERSAR SOBRE OS DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS DE 2023**

Relativamente ao DRG de 2023, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

## 40. OUTROS ASSUNTOS

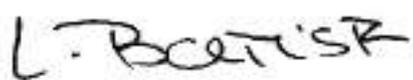
### CRISE GEOPOLÍTICA

O ano 2023 foi um ano marcado pelo combate contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho, que influenciaram o mercado mundial de energia e pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

### EVEF

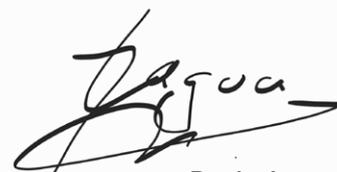
A revisão do EVEF da AdDP, concluída em 2023, suportará o segundo período tarifário de vida da empresa. Neste EVEF estão incluídos os principais planos de intervenção operacional para os próximos anos. Aguarda-se o parecer da ERSAR a esta revisão do EVEF.

A Contabilista Certificada



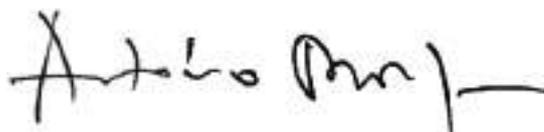
Lurdes Batista

O Diretor Administrativo e Financeiro

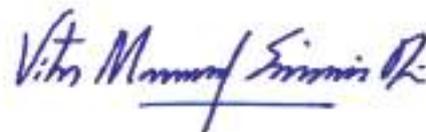


Paulo Lagoa

O Conselho de Administração,



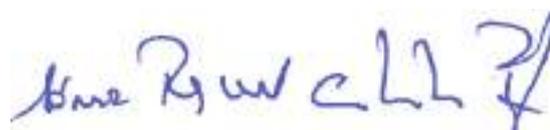
António Manuel Leitão Borges



Vítor Manuel Simões Dias



Joana Mafalda Felício Ferreira



Sónia Raquel Conchinha Pacífico



José Luís Gaspar Jorge

# RELATÓRIO E PARECER DO CONCELHO FISCAL

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023 DAS ÁGUAS DE DOURO E PAIVA, S.A. (AdDP)

### RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas de Douro e Paiva, S.A. (AdDP), aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024, relativamente ao exercício de 2023.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdDP e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados, por parte do Conselho de Administração e dos Serviços, e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Com referência ao ano de 2023 e em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas emitiram pareceres sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o qual foi aprovado pelo Despacho SET 347/2023-SET, de 10 de agosto e pelo Despacho conjunto assinado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, em 10 de agosto de 2023 e 29 de agosto de 2023, respetivamente.
5. No que se refere ao cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas.
6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

7. O relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos evidencia uma apreciação positiva do desempenho dos membros do órgão de administração em 2023.
8. O Conselho Fiscal tem acompanhado o processo de implementação do Modelo de Controlo Interno, sendo que no presente exercício, foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). O Conselho Fiscal recomenda que seja mantido o esforço na mais breve conclusão deste processo de modo que se obtenha uma avaliação integrada do risco na empresa com o consequente amadurecimento da sua cultura de risco e tendo como objetivo máximo a fiabilidade do SCI da **AdDP**.
9. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2023, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
10. Em cumprimento do disposto no artigo 18º do Decreto-Lei nº71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), conjugado com o disposto no nº13 do artigo 3º da portaria nº317-A/2021, de 23 de dezembro, os membros do Conselho de Administração da Sociedade, eleitos na condição de gestores executivos, na Assembleia Geral de 27 de março de 2023, submeteram à UTAM (unidade técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial), para posterior aprovação pelos membros do governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa, para análise, a proposta de contratos de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas. À data deste relatório aguarda-se a respetiva aprovação. No entanto, a análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo no que respeita aos objetivos fixados, estes foram superados, tendo em 2023, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido 3.
11. O Conselho Fiscal apreciou ainda a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

12. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento de um “Memorandum” emitido pelo ROC, denominado “Aspetos para Partilha com o Conselho Fiscal”, o qual apresenta algumas matérias transversais ao Grupo AdP, tais como, riscos relevantes, estimativas significativas, metodologia de auditoria, materialidade e independência.
13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da posição financeira, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das variações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Notas às demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da **AdDP** no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
14. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da **AdDP**.

### PARECER

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os factos acima referidos, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **AdDP** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2023.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Porto, 7 de março de 2024

### O Conselho Fiscal

Assinado por: **Saskia Marcia Ferreira Lopes**  
Num. de Identificação: 10281258  
Data: 2024.03.07 19:33:39+00'00'

Saskia Márcia Ferreira Lopes  
(Presidente)

[Assinatura Qualificada]  
Emídio Ferreira dos Santos Sousa

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Emídio Ferreira dos Santos Sousa  
Dados: 2024.03.13 09:44:49 Z

Emídio Ferreira dos Santos Sousa  
(Vogal)

Assinado por: **PEDRO LEONEL COQUENIM DE AZEVEDO CANTEIRO**  
Num. de Identificação: 12140813  
Data: 2024.03.07 12:14:10+00'00'

Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro  
(Vogal)



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Douro e Paiva, S.A., a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 191.621.689 euros e um total de capital próprio de 31.332.342 euros, incluindo um resultado líquido de 1.430.864 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Douro e Paiva, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

7 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957  
Registado na CMVM com o nº 20200003

